

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

<b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</b> Regido pela Lei nº 14.133/2021	
<b>Setor:</b>	<b>Comissão Permanente de Licitação</b>
<b>Tipo:</b>	<b>Menor Preço Global</b>
<b>Objeto:</b>	<b>Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.</b>
<b>SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b>	
<b>Data:</b>	<b>30/08/2024</b>
<b>Local:</b>	<b><a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a></b>
<b>Hora:</b>	<b>09:00h</b>
<b>Local, dia da semana e horário para leitura ou obtenção deste Edital</b>	
<b>Dias da Semana</b>	<b>2ª a 6ª feira</b>
<b>Horário:</b>	<b>Das: 08:00h às 12:00h</b>
<b>Local de retirada de edital:</b>	<b>Portal da Transparência, Licitante ou na Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú-MA.</b>

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		Processo Nº:
<b>OFICIO</b>		
<b>DE:</b> Secretaria Municipal de Administração	<b>PARA:</b> Protocolo/Setor de Compras	
<p><b>ASSUNTO:</b> Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.</p> <p>Venho por meio deste solicitar para que sejam iniciadas o procedimento de licitação para o Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, devendo ser realizado através de Pregão Eletrônico. Segue, em anexo, Termo de Referência emitido por essa Secretaria, devidamente justificado.</p> <p style="text-align: center;">Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;"> <b>PAULO SERGIO NASCIMENTO BARROS</b> Secretário Municipal de Administração</p>		
Barão de Grajaú – MA, 01/08/2024	<b>Emitido em: 01/08/2024</b>  _____ Ass/Carimbo	<b>Recebido em:</b> ____/____/____  _____ Ass/Carimbo

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

**TERMO DE REFERENCIA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**1. OBJETO**

Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

**2. JUSTIFICATIVA**

A presente solicitação de abertura de licitação é necessária, pois, visa facilitar o conserto e garantir a funcionalidade dos equipamentos, uma vez que os ar condicionados são usados diretamente nas repartições públicas, Escolas, Hospital, os quais estão sempre necessitando de reparos, manutenção e troca de peças.

A prestação dos serviços será efetuada periodicamente nas quantidades e prazos estipulados pelo município, de acordo com a demanda.

**2.1 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

Não se aplica a realização de um estudo técnico preliminar ao caso concreto, considerando as características simplificadas da execução dos serviços a serem contratados, assim como seu baixo custo estimado.

**3. PLANILHA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20		
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20		
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10		
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25		
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30		
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30		
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10		
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20		
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40		
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30		
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20		
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30		
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10		
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30		
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10		
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20		
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20		
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10		
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15		
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10		
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40		
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40		
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30		
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100		
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100		
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50		
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80		
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60		
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100		
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80		
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30		
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30		
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12		
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20		
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10		
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO	10		

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

	18.000 BTUS			
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10		
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4		
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30		
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10		
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10		
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30		
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30		
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30		
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15		
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45		
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6		
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2		
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10		
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4		
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4		
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4		
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30		
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40		
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20		

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20		
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10		
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10		
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30		
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15		
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30		
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100		
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10		
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5		
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5		
76	servço de reposição de compressor	5		
77	Placa unirversal	7		
78	reposição protetor termico	10		

**4. EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:**

- Prestar atendimento a Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, através de abertura de chamado para identificação e resolução do problema.
- O atendimento deverá acontecer por meio presencial, no prazo máximo de 2h após a solicitação.
- O atendimento se dará durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 9:00h (nove horas) até as 17:00h (dezesete horas). A manutenção corretiva mediante chamada avulsa, por unidade, dos equipamentos será realizada pela CONTRATADA em dias úteis, no horário compreendido entre 09 (nove) e às 18 (dezoito) horas, após solicitação do CONTRATANTE.
- Preferencialmente os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados no próprio local onde encontra-se instalado o equipamento;
- A CONTRATADA deverá transcrever em formulário específico (relatório de atendimento ou ordem de serviço), os dados dos equipamentos, n.º de tombamento, data da solicitação, o defeito apresentado, e outras observações que se fizerem necessárias, e disponibilizar acesso a um servidor da Prefeitura;
- O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 2 (duas) horas, contado a partir da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE, entendendo-se por início do atendimento, a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento; Entende-se como término do reparo do equipamento, a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde encontrava-se anteriormente instalado;
- No caso de transporte dos equipamentos para a realização dos serviços, a empresa contratada, se responsabilizará pela locomoção dos aparelhos, sem nenhum custo para a empresa contratante.
- para a troca de peças, a empresa contratada terá que apresentar a relação das peças, devendo ainda devolver as inservíveis para essa Secretaria;
- A periodicidade na prestação dos serviços será de acordo com a necessidade, nos termos da Resolução nº

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

j) A contratada deverá possuir responsável Técnico quando da prestação dos serviços, profissional de nível superior, reconhecido pelo CREA ou profissional de nível técnico em refrigeração com registro no CFT (conselho federal de técnicos), nos moldes da Lei 13.639/18, de março/18, criando o Conselho Federal de Técnicos Industriais e ofício Circular 002/18 - GABCFT, de outubro/18, Decreto 90.922/1985. E resolução nº 068/ de 24 de maio de 2019.

**5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Prestar os serviços nas quantidades, forma, prazo e local conforme as orientações estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- c) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
- d) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
- e) comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- f) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- g) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes da prestação dos serviços;
- h) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do local onde serão entregues os produtos;
- i) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- j) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias a prestação dos serviços dos materiais, como única e exclusiva empregadora;
- k) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- l) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- m) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) emitir cada Autorização de Serviço;
- b) acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
- c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a prestação dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- d) efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- e) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

g) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

**9. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

9.1. A Vigência será de 12 (doze) meses, com início a partir de sua publicação. O contrato terá validade até o final do exercício financeiro.

**10. DO PAGAMENTO:**

10.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Autorização de Serviço, da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos da Receita Federal, do Certificado de Regularidade do F. G. T. S., Certidões Estaduais, Certidões Municipais e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

10.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

10.4. A Secretaria Municipal Interessada, reserva-se o direito do não pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

**11. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

11.1 A Vigência será de 12 (doze) meses, com início a partir de sua publicação.

**12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

A licitação deverá utilizar como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, cabendo à Comissão de Contratação a escolha da modalidade e a definição dos demais aspectos inerentes à realização do procedimento licitatório.

**13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.2 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

1.3 A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.5 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

#### **14. FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da prestação dos serviços será feita diretamente pela Contratante, através de servidor formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando o contrato em conformidade com este Edital e seus anexos.

A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, obrigando-se desde já a Contratada assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer ao Secretário, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

## **15. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

15.2 As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

## **16. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS**

16.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

16.2 Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;

16.3 A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

16.4 Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

## **17. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

A licitante vencedora deverá assinar o contrato na sede do Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicada, durante o transcurso do prazo especificado acima, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

O Município deverá providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

O prazo para execução dos serviços é até o final do exercício financeiro, contado da data de assinatura do contrato, com validade e eficácia legal após a publicação do extrato do contrato.

## **18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando for formalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13.

## **19. DAS PENALIDADES.**

Atrasos injustificados ou a inexecução no todo ou em parte do objeto do contrato sujeitará a contratada às penalidades prescritas em lei.

## **20. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.**

A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem expressa concordância da Contratante.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

**21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

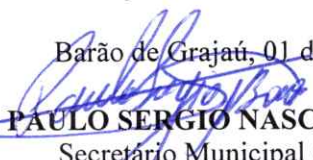
- a) O Município terá direito, a qualquer tempo, de rejeitar quaisquer serviços prestados, que de alguma forma, não estejam em estrita conformidade com os requisitos especificados, independentemente dos defeitos a serem apresentados após a entrega.
- b) A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.
- c) Caberá à CONTRATADA, a indenização pecuniária dos danos morais ou materiais causados por seus empregados em bens patrimoniais da contratante, desde que comprovado dolo ou culpa, do empregado da CONTRATADA.
- c.1) Desde que apurado o dano e caracterizada a autoria de qualquer empregado da CONTRATADA, o valor da indenização será descontado no ato do pagamento de fatura, o que fica desde já pactuado.
- d) A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.
- e) As documentações deverão esta de acordo com a **LEI 1014.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** e demais legislações aplicada à matéria.

Barão de Grajaú, 01 de agosto de 2024.

Secretária Adjunta Municipal de Administração

Aprovo o Termo de Referência

Barão de Grajaú, 01 de agosto de 2024.

  
**PAULO SERGIO NASCIMENTO BARROS**  
Secretário Municipal de Administração



FOLHA: 12  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

Barão de Grajaú - MA, 01 de agosto de 2024.

Processo Administrativo Nº : 86/2024

Assunto: Licitação

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

Solicitante: Secretaria Municipal de Administração

Pelo presente, procedo à autuação deste processo, e dou seguimento ao mesmo, adotando as providencias pertinentes.

Ao Setor de compras para as demais providências.

Protocolado em: 01 de agosto de 2024.

  
Protocolo Administrativo

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

**PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO DE PRODUTOS**

ASSUNTO Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA,


Solicitamos a colaboração da empresa da REFRIGEL –REFRIGERAÇÃO GERAL , inscrita no CNPJ 08.983.683/0001-56 /sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha em anexo à próprio punho (preços unitários e totais) ou elaboradas e impressas por qualquer processo eletrônico e entregar com o máximo de urgência possível, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú -Ma. Endereço: Rua Seroa da Mota, 414, Centro – Barão de Grajaú – MA, em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 13:00h (treze horas) ou no endereço eletrônico: [compras.baraodegrajau@gmail.com](mailto:compras.baraodegrajau@gmail.com).

As informações prestadas por essa empresa serão utilizadas para obtenção de “planilha de preços de mercado” e servirão para verificação da modalidade de licitação cabível.

Encaminhamos em anexo a planilha com os quantitativos e especificações dos produtos que deverão ser cotados.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

Barão de Grajaú – MA, 01 de agosto 2024



Maria José Sousa Neres  
Chefe do Setor de Compras

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

**PLANILHA COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

ASSUNTO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA,

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20		
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20		
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10		
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25		
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30		
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30		
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10		
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20		
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40		
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30		
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20		
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30		
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10		
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30		
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10		
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20		
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20		
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10		
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15		

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10		
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40		
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40		
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30		
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100		
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100		
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50		
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/ 8 DE COBRE	80		
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60		
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100		
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1 / 4 DE COBRE	80		
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30		
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30		
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12		
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20		
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10		
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10		
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4		
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30		
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10		
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10		
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/ 8 DE COBRE	30		
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1 / 4 DE COBRE	30		
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30		
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15		

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45		
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6		
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2		
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10		
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4		
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4		
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4		
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30		
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40		
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20		
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20		
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10		
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10		
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30		
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15		
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30		
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100		
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10		
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5		
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5		
76	servço de reposição de compressor	5		
77	Placa universal	7		





FILIAL: 17  
P. INC.: 861 2024  
RUBRICA: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

78	reposição protetor termico	10	
valor total			

Assinatura do responsável  
Carimbo da empresa



FOLHA: 18  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

## PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO DE PRODUTOS

ASSUNTO Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA,

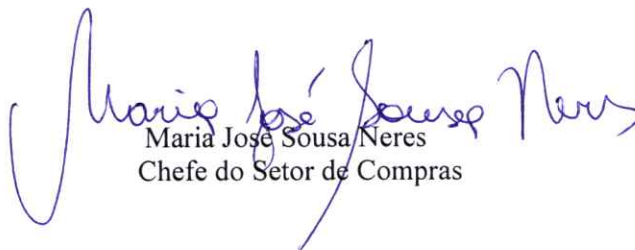
Solicitamos a colaboração da empresa da TOMAZ DE SOUSA DA SILVA NETO, inscrita no CNPJ 24.548.458/0001-48 /sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha em anexo à próprio punho (preços unitários e totais) ou elaboradas e impressas por qualquer processo eletrônico e entregar com o máximo de urgência possível, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú -Ma. Endereço: Rua Seroa da Mota, 414, Centro – Barão de Grajaú – MA, em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 13:00h (treze horas) ou no endereço eletrônico: [compras.baraodegrajau@gmail.com](mailto:compras.baraodegrajau@gmail.com).

As informações prestadas por essa empresa serão utilizadas para obtenção de “planilha de preços de mercado” e servirão para verificação da modalidade de licitação cabível.

Encaminhamos em anexo a planilha com os quantitativos e especificações dos produtos que deverão ser cotados.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

Barão de Grajaú – MA, 01 de agosto 2024

  
Maria José Sousa Neres  
Chefe do Setor de Compras

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

**PLANILHA COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

ASSUNTO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA,

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20		
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20		
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10		
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25		
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30		
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30		
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10		
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20		
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40		
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30		
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20		
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30		
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10		
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30		
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10		
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20		
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20		
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10		
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15		

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10		
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40		
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40		
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30		
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100		
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100		
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50		
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/ 8 DE COBRE	80		
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60		
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100		
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1 / 4 DE COBRE	80		
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30		
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30		
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12		
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20		
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10		
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10		
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4		
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30		
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10		
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10		
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/ 8 DE COBRE	30		
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1 / 4 DE COBRE	30		
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30		
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15		

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45		
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6		
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2		
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10		
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4		
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4		
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4		
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30		
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40		
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20		
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20		
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10		
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10		
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30		
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15		
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30		
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100		
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10		
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5		
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5		
76	servço de reposição de compressor	5		
77	Placa univrsal	7		



FOLHA: 22  
PROC: 887/2024  
RUBRICA: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

78	reposição protetor termico	10	
valor total			

Assinatura do responsável  
Carimbo da empresa



FOLHA: 23  
PRINCO: 06/08/2024  
RUBRICA: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

## PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO DE PRODUTOS

ASSUNTO Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA,

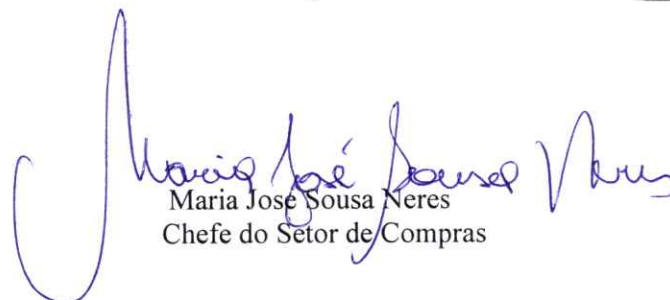
Solicitamos a colaboração da empresa da JR AR CONDICIONADO, inscrita no CNPJ 34.628.211/0001-95 /sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha em anexo à próprio punho (preços unitários e totais) ou elaboradas e impressas por qualquer processo eletrônico e entregar com o máximo de urgência possível, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú -Ma. Endereço: Rua Seroa da Mota, 414, Centro – Barão de Grajaú – MA, em dias-úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 13:00h (treze horas) ou no endereço eletrônico: [compras.baraodegrajau@gmail.com](mailto:compras.baraodegrajau@gmail.com).

As informações prestadas por essa empresa serão utilizadas para obtenção de “planilha de preços de mercado” e servirão para verificação da modalidade de licitação cabível.

Encaminhamos em anexo a planilha com os quantitativos e especificações dos produtos que deverão ser cotados.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

Barão de Grajaú – MA, 01 de agosto de 2024.

  
Maria José Sousa Neres  
Chefe do Setor de Compras

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

**PLANILHA COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

ASSUNTO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA,

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20		
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20		
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10		
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25		
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30		
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30		
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10		
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20		
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40		
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30		
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20		
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30		
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10		
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30		
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10		
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20		
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20		
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10		
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15		



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10		
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40		
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40		
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30		
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100		
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100		
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50		
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/ 8 DE COBRE	80		
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60		
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100		
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1 / 4 DE COBRE	80		
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30		
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30		
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12		
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20		
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10		
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10		
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4		
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30		
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10		
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10		
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/ 8 DE COBRE	30		
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1 / 4 DE COBRE	30		
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30		
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15		

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45		
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6		
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2		
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10		
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4		
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4		
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4		
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30		
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40		
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20		
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20		
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10		
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10		
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30		
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15		
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30		
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100		
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10		
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5		
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5		
76	servço de reposição de compressor	5		
77	Placa unirversal	7		




PLANO: 07  
DATA: 06/02/24  
COTA: 11/500

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

78	reposição protetor termico	10	
valor total			

Assinatura do responsável  
Carimbo da empresa

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

<b>SETOR DE COMPRAS</b>		Processo Nº: <b>86/2024</b>
<b>DE:</b> Setor de Compras.	<b>PARA:</b> Secretaria Municipal de Administração	
<p><b>ASSUNTO:</b> Encaminha Cotações de Preços.</p> <p>Segue, em anexo cotações de preços realizadas, conforme Mapa de Apuração em Anexo, teve como parâmetro a menor da coleta de preços. A Secretária de Administração para autorização. Após informação o presente processo deverá ser encaminhado à Comissão de Licitação, para as demais providências.</p> <p style="text-align: center;">Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;">Barão de Grajaú – MA, 08 de agosto de 2024.</p> <p style="text-align: center;"> Chefe do Departamento de Compras</p>		

TOMAZ JOSE DA SILVA NETO 01290744114

CNPJ: 24.548.458/0001-48

ENDEREÇO: AVENIDA BUCAR NETO, 2494, CENTRO, FLORIANO - PI, CEP: 64.800-002

FONE: (89) 99907-3482

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ MA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

LICITANTE: TOMAZ JOSE DA SILVA NETO 01290744114

CNPJ: 24.548.458/0001-48

ENDEREÇO: AVENIDA BUCAR NETO, 2494, CENTRO, FLORIANO - PI, CEP: 64.800-002

FONE: (89) 99907-3482

FILIA: 29  
PROJ: 867/2024  
MERCADO: 44709

COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20	R\$ 54,00	R\$ 1.080,00
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20	R\$ 108,00	R\$ 2.160,00
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10	R\$ 108,00	R\$ 1.080,00
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25	R\$ 486,00	R\$ 12.150,00
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 486,00	R\$ 4.860,00
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30	R\$ 540,00	R\$ 16.200,00
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30	R\$ 594,00	R\$ 17.820,00
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10	R\$ 756,00	R\$ 7.560,00
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 432,00	R\$ 4.320,00
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20	R\$ 324,00	R\$ 6.480,00
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40	R\$ 129,60	R\$ 5.184,00
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 162,00	R\$ 2.430,00
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 194,40	R\$ 2.916,00
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30	R\$ 194,40	R\$ 5.832,00
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20	R\$ 108,00	R\$ 2.160,00
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30	R\$ 129,60	R\$ 3.888,00
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10	R\$ 194,40	R\$ 1.944,00
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30	R\$ 216,00	R\$ 6.480,00
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10	R\$ 324,00	R\$ 3.240,00
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20	R\$ 324,00	R\$ 6.480,00
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20	R\$ 108,00	R\$ 2.160,00
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10	R\$ 518,40	R\$ 5.184,00
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15	R\$ 81,00	R\$ 1.215,00
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10	R\$ 302,40	R\$ 3.024,00
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40	R\$ 12,96	R\$ 518,40
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40	R\$ 21,60	R\$ 864,00

TOMAZ JOSE DA SILVA NETO 01290744114

CNPJ: 24.548.458/0001-48

ENDEREÇO: AVENIDA BUCAR NETO, 2494, CENTRO, FLORIANO - PI, CEP: 64.800-002

FONE: (89) 99907-3482

27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30	R\$ 97,20	R\$ 2.916,00
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100	R\$ 12,96	R\$ 1.296,00
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100	R\$ 12,96	R\$ 1.296,00
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50	R\$ 37,80	R\$ 1.890,00
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80	R\$ 27,00	R\$ 2.160,00
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60	R\$ 48,60	R\$ 2.916,00
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100	R\$ 64,80	R\$ 6.480,00
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80	R\$ 34,56	R\$ 2.764,80
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30	R\$ 194,40	R\$ 5.832,00
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30	R\$ 194,40	R\$ 5.832,00
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12	R\$ 378,00	R\$ 4.536,00
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20	R\$ 486,00	R\$ 9.720,00
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 486,00	R\$ 4.860,00
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 378,00	R\$ 3.780,00
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R\$ 378,00	R\$ 3.780,00
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 378,00	R\$ 3.780,00
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10	R\$ 486,00	R\$ 4.860,00
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 486,00	R\$ 4.860,00
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4	R\$ 540,00	R\$ 2.160,00
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 324,00	R\$ 3.240,00
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30	R\$ 324,00	R\$ 9.720,00
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10	R\$ 540,00	R\$ 5.400,00
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10	R\$ 486,00	R\$ 4.860,00
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30	R\$ 12,96	R\$ 388,80
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30	R\$ 12,96	R\$ 388,80
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30	R\$ 162,00	R\$ 4.860,00
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15	R\$ 21,60	R\$ 324,00
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45	R\$ 129,60	R\$ 5.832,00
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6	R\$ 756,00	R\$ 4.536,00
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 756,00	R\$ 3.024,00
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 972,00	R\$ 3.888,00
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2	R\$ 1.296,00	R\$ 2.592,00

TOMAZ JOSE DA SILVA NETO 01290744114

CNPJ: 24.548.458/0001-48

ENDEREÇO: AVENIDA BUCAR NETO, 2494, CENTRO, FLORIANO - PI, CEP: 64.800-002

FONE: (89) 99907-3482

93  
36/2024  
4383

59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10	R\$ 540,00	R\$ 5.400,00
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4	R\$ 756,00	R\$ 3.024,00
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4	R\$ 864,00	R\$ 3.456,00
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4	R\$ 972,00	R\$ 3.888,00
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30	R\$ 86,40	R\$ 2.592,00
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40	R\$ 86,40	R\$ 3.456,00
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS À 36.000 BTUS	20	R\$ 486,00	R\$ 9.720,00
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS À 18.000 BTUS	20	R\$ 378,00	R\$ 7.560,00
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10	R\$ 270,00	R\$ 2.700,00
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10	R\$ 486,00	R\$ 4.860,00
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30	R\$ 129,60	R\$ 3.888,00
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15	R\$ 54,00	R\$ 810,00
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30	R\$ 21,60	R\$ 648,00
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100	R\$ 12,96	R\$ 1.296,00
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10	R\$ 486,00	R\$ 4.860,00
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5	R\$ 864,00	R\$ 4.320,00
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5	R\$ 540,00	R\$ 2.700,00
76	servço de reposição de compressor	5	R\$ 486,00	R\$ 2.430,00
77	Placa univrsal	7	R\$ 324,00	R\$ 2.268,00
78	reposição protetor termico	10	R\$ 48,60	R\$ 486,00
<b>VALOR TOTAL DA COTAÇÃO</b>				<b>R\$ 322.363,80</b>

TOMAZ JOSE DA SILVA NETO 01290744114  
CNPJ: 24.548.458/0001-48  
ENDEREÇO: AVENIDA BUCAR NETO, 2494, CENTRO, FLORIANO - PI, CEP: 64.800-002  
FONE: (89) 99907-3482

FLORIANO - PI, 02 DE AGOSTO DE 2024

FOLHA: 32  
PÁGINA: 86/204  
RUBRICA: ~~11/5/09~~

Tomaz Jose da Silva Neto

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



## JR AR CONDICIONADO

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
CNPJ: 34.628.211/0001-95  
TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAUÍ - MA, CEP: 65660-000  
TELEFONE: (89) 99411-6358

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAUÍ MA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
PROponente: JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
CNPJ:34.628.211/0001-95  
ENDEREÇO: TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAUÍ - MA, CEP: 65660-000  
VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

### COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25	R\$ 450,00	R\$ 11.250,00
	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30	R\$ 500,00	R\$ 15.000,00
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30	R\$ 550,00	R\$ 16.500,00
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 180,00	R\$ 2.700,00
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDESADORA	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15	R\$ 75,00	R\$ 1.125,00
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDESADORA	10	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40	R\$ 12,00	R\$ 480,00
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40	R\$ 20,00	R\$ 800,00
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80	R\$ 25,00	R\$ 2.000,00
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1 / 4 DE COBRE	80	R\$ 32,00	R\$ 2.560,00
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDESADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00

59  
86/2021  
MBS

## JR AR CONDICIONADO

JACKSON RIBEIRO DA SILVA

CNPJ: 34.628.211/0001-95

TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000

TELEFONE: (89) 99411-6358

37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30	R\$ 300,00	R\$ 9.000,00
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15	R\$ 20,00	R\$ 300,00
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45	R\$ 120,00	R\$ 5.400,00
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6	R\$ 700,00	R\$ 4.200,00
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 700,00	R\$ 2.800,00
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4	R\$ 700,00	R\$ 2.800,00
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4	R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40	R\$ 80,00	R\$ 3.200,00
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDICIONADO	15	R\$ 50,00	R\$ 750,00
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30	R\$ 20,00	R\$ 600,00
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00
76	servço de reposição de compressor	5	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00
77	Placa unirversal	7	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
78	reposição protetor termico	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 298.485,00</b>

**JR**

**AR CONDICIONADO**

**JR AR CONDICIONADO**

JACKSON RIBEIRO DA SILVA

CNPJ: 34.628.211/0001-95

TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000

TELEFONE: (89) 99411-6358

FOLHA: 35  
DATA: 06/08/2024  
NÚMERO: 4388

BARÃO DE GRAJAÚ - MA, 05 DE AGOSTO DE 2024

*Jackson Ribeiro da Silva*  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**REFRIGEL - REFRIGERAÇÃO GERAL****BENEDITO RODRIGUES LIMA - CNPJ: 08.983.683/0001-56****ENDEREÇO: RUA DAVID CALDAS, 255 -A, SAMBAIBA VELHA, FLORIANO - PI, CEP: 64.803-205****TELEFONE: (89) 99422-1125****COTAÇÃO DE PREÇOS****À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ - MA****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL****VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS**FOLHA: 46  
DATA: 06/2021  
RUBRICA: [assinatura]**DADOS DA EMPRESA:****RAZÃO SOCIAL: BENEDITO RODRIGUES LIMA****CNPJ: 08.983.683/0001-56****ENDEREÇO: RUA DAVID CALDAS, 255 -A, SAMBAIBA VELHA, FLORIANO - PI, CEP: 64.803-205****TELEFONE: (89) 99422-1125**

Nº	PRODUTO/SERVIÇO	QUANT.	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20	R\$ 60,91	R\$ 1.218,20
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20	R\$ 121,82	R\$ 2.436,40
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10	R\$ 121,82	R\$ 1.218,20
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25	R\$ 548,20	R\$ 13.705,00
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 548,20	R\$ 5.482,00
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30	R\$ 609,12	R\$ 18.273,60
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30	R\$ 670,03	R\$ 20.100,90
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10	R\$ 852,76	R\$ 8.527,60
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 487,29	R\$ 4.872,90
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20	R\$ 365,47	R\$ 7.309,40
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40	R\$ 146,18	R\$ 5.847,20
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 182,73	R\$ 2.740,95
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 219,28	R\$ 3.289,20
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30	R\$ 219,28	R\$ 6.578,40
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20	R\$ 121,82	R\$ 2.436,40
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30	R\$ 146,18	R\$ 4.385,40
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10	R\$ 219,28	R\$ 2.192,80
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30	R\$ 243,64	R\$ 7.309,20
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10	R\$ 365,47	R\$ 3.654,70
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20	R\$ 365,47	R\$ 7.309,40
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20	R\$ 121,82	R\$ 2.436,40
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10	R\$ 584,75	R\$ 5.847,50
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15	R\$ 91,36	R\$ 1.370,40
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10	R\$ 341,10	R\$ 3.411,00
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40	R\$ 14,61	R\$ 584,40
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40	R\$ 24,36	R\$ 974,40
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30	R\$ 109,64	R\$ 3.289,20
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100	R\$ 14,61	R\$ 1.461,00
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100	R\$ 14,61	R\$ 1.461,00
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50	R\$ 42,63	R\$ 2.131,50
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80	R\$ 30,45	R\$ 2.436,00
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60	R\$ 54,82	R\$ 3.289,20
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100	R\$ 73,09	R\$ 7.309,00
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80	R\$ 38,98	R\$ 3.118,40
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30	R\$ 219,28	R\$ 6.578,40
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30	R\$ 219,28	R\$ 6.578,40
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12	R\$ 426,38	R\$ 5.116,56
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20	R\$ 548,20	R\$ 10.964,00

**REFRIGEL - REFRIGERAÇÃO GERAL**  
**BENEDITO RODRIGUES LIMA - CNPJ: 08.983.683/0001-56**

**ENDEREÇO: RUA DAVID CALDAS, 255 -A, SAMBAIBA VELHA, FLORIANO - PI, CEP: 64.803-205**

**TELEFONE: (89) 99422-1125**

39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$	548,20	R\$	5.482,00
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$	426,38	R\$	4.263,80
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R\$	426,38	R\$	4.263,80
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$	426,38	R\$	4.263,80
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10	R\$	548,20	R\$	5.482,00
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$	548,20	R\$	5.482,00
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4	R\$	609,12	R\$	2.436,48
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$	365,47	R\$	3.654,70
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30	R\$	365,47	R\$	10.964,10
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10	R\$	609,12	R\$	6.091,20
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10	R\$	548,20	R\$	5.482,00
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30	R\$	14,61	R\$	438,30
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30	R\$	14,61	R\$	438,30
52	REPOSIÇÃO DE RÉLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30	R\$	182,73	R\$	5.481,90
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15	R\$	24,36	R\$	365,40
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45	R\$	146,18	R\$	6.578,10
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6	R\$	852,76	R\$	5.116,56
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$	852,76	R\$	3.411,04
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$	1.096,41	R\$	4.385,64
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2	R\$	1.461,88	R\$	2.923,76
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10	R\$	609,12	R\$	6.091,20
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4	R\$	852,76	R\$	3.411,04
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4	R\$	974,59	R\$	3.898,36
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4	R\$	1.096,41	R\$	4.385,64
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30	R\$	97,45	R\$	2.923,50
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40	R\$	97,45	R\$	3.898,00
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20	R\$	548,20	R\$	10.964,00
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20	R\$	426,38	R\$	8.527,60
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10	R\$	304,56	R\$	3.045,60
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÉ DA PLACA E DEGELO	10	R\$	548,20	R\$	5.482,00
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30	R\$	146,18	R\$	4.385,40
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15	R\$	60,91	R\$	913,65
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30	R\$	24,36	R\$	730,80
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100	R\$	14,61	R\$	1.461,00
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10	R\$	548,20	R\$	5.482,00
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5	R\$	974,59	R\$	4.872,95
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5	R\$	609,12	R\$	3.045,60
76	servço de reposição de compressor	5	R\$	548,20	R\$	2.741,00
77	Placa univrsal	7	R\$	365,47	R\$	2.558,29
78	reposição protetor termico	10	R\$	54,82	R\$	548,20
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$</b>	<b>363.615,32</b>

**REFRIGEL - REFRIGERAÇÃO GERAL**  
**BENEDITO RODRIGUES LIMA - CNPJ: 08.983.683/0001-56**  
**ENDEREÇO: RUA DAVID CALDAS, 255 -A, SAMBAIBA VELHA, FLORIANO - PI, CEP: 64.803-205**  
**TELEFONE: (89) 99422-1125**

FLORIANO - PI, 08 DE AGOSTO DE 2024

*Benedito Rodrigues Lima*  
Rua David Caldas, Nº 255  
CNPJ: 08.983.683/0001-56  
REPRESENTANTE LEGAL

FORMA: 3B  
PERÍODO: 06/2024  
MUNICÍPIO: UBS B

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

**MAPA DE APURAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25	R\$ 450,00	R\$ 11.250,00
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30	R\$ 500,00	R\$ 15.000,00
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30	R\$ 550,00	R\$ 16.500,00
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 180,00	R\$ 2.700,00
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15	R\$ 75,00	R\$ 1.125,00
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40	R\$ 12,00	R\$ 480,00
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40	R\$ 20,00	R\$ 800,00
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80	R\$ 25,00	R\$ 2.000,00
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80	R\$ 32,00	R\$ 2.560,00
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00



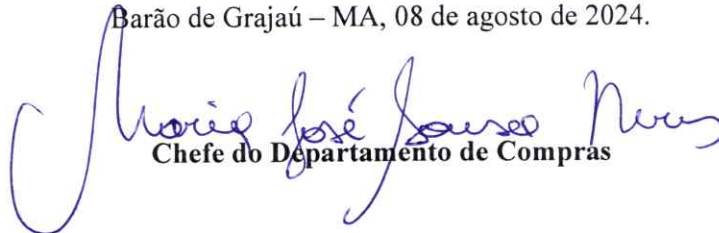
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30	R\$ 300,00	R\$ 9.000,00
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15	R\$ 20,00	R\$ 300,00
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45	R\$ 120,00	R\$ 5.400,00
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6	R\$ 700,00	R\$ 4.200,00
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 700,00	R\$ 2.800,00
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4	R\$ 700,00	R\$ 2.800,00
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4	R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40	R\$ 80,00	R\$ 3.200,00
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15	R\$ 50,00	R\$ 750,00
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30	R\$ 20,00	R\$ 600,00
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00
76	servço de reposição de compressor	5	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00
77	Placa unirversal	7	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
78	reposição protetor termico	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00
valor total				R\$ 298.485,00

Barão de Grajaú – MA, 08 de agosto de 2024.

  
Chefe do Departamento de Compras

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**


## AUTORIZAÇÃO

### A Comissão de Contratação

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

AUTORIZO a realização da despesa na FORMA DA LEI. À Comissão de Contratação para fins de autuação do processo e demais providências.

Barão de Grajaú – MA, 08 de agosto de 2024.



**PAULO SERGIO NASCIMENTO BARROS**  
Secretário Municipal de Administração



FOLHA: 44  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

### AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, autuo este Processo Administrativo que deu origem ao presente processo licitatório nas condições abaixo:

#### DA LICITAÇÃO

**Processo Administrativo Nº:** 86/2024

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 37/2024 – Sistema de Registro de Preços

**Requisitante:** Secretaria Municipal de Administração

#### DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

#### ESTIMATIVA DO VALOR

O valor máximo estimado a ser pago será de **R\$ 298.485,00 (duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).**

Barão de Grajaú – MA, 12 de agosto de 2024

EDELSON  
CARLOS VAZ DA  
SILVA:62034529  
391

Assinado de forma  
digital por EDELSON  
CARLOS VAZ DA  
SILVA:62034529391  
Dados: 2024.08.14  
09:53:21 -03'00'

**Edelson Carlos Vaz da Silva**  
Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação

## DIÁRIO OFICIAL

FOLHA: 45 ISSN 2965-2197

PROC.: 86/2024

RUBRICA: HBS

## PORTARIA Nº 001/2024-GAB, DE 02 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira para exercer a função de Agente de Contratação junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú - MA, e nomeia membros da Equipe de Apoio.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**, ESTADO DO MARANHÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHES CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E,

Considerando que a Lei nº. 14.133/2021, que dispõe sobre a nova lei de licitações e contratos administrativos, estabeleceu que as licitações com fundamento nesta lei deverão ser conduzidas por agente de contratação, a ser designado pela autoridade competente, entre servidores efetivos do Quadro de Pessoal da administração municipal (art.8º, da Lei nº. 14.133/2021);

Considerando, pois, a necessidade de designar servidor efetivo para o exercício de tal função.

RESOLVE:

Art.1º. Fica designada para exercer a função de Agente de Contratação nos processos licitatórios instaurados com fundamento na Lei nº. 14.133/2021, o Sr. **EDELSON CARLOS VAZ DA SILVA**, servidor efetivo municipal, CPF nº. 620.345.293-91.

Art.2º. Ficam designados como membros da Equipe de Apoio do Agente de contratação os servidores:

I – **GISELI RODRIGUES DAS CHAGAS** – Servidor Efetivo, CPF nº 951.185.783-53

II-**ADALBERTO DE AZEVEDO DE CARVALHO** – Servidor Comissionado, CPF nº 883.533.033-53

Art.3º. O Agente de Contratação designado, nos processos licitatórios instaurados com fundamento na Lei nº. 14.133/2021, possui as seguintes atribuições: tomar decisões, acompanhar o tramite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e exercer quaisquer outras atividades necessárias para o bom andamento do certame, até a sua homologação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, 02 de janeiro de 2024.

CLAUDIME ARAUJO LIMA  
Prefeita Municipal de Barão de Grajaú - MA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/20024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, sediada na Rua Seroa da Mota, 314, Centro, Barão de Grajaú-MA, cep. 65.660-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.477.822/0001-44, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 408.205.563-00, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO nº 42/2023, RESOLVE registrar os preços da empresa **L. J. FONTINELES DOS SANTOS & CIA. LTDA**, CNPJ nº 18.784.993/0001-03 com sede na RUA BENTO LEAO nº 261 SALA A CENTRO FLORIANO -PI neste ato representado pelo Sr. **LEONIDAS JOSE FONTINELES DOS SANTOS** CPF nº 755.172.303-00, RG 1.610.169, expedida pela SSP/PI e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 88/2023, "ex vi" do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, tudo com fulcro nas disposições das **LEI 10.520/2002; DECRETOS Nº 9.507/2018; DECRETO Nº 10.024/2019, e, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 e DECRETO MUNICIPAL Nº 14/2019**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **L. J. FONTINELES DOS SANTOS & CIA. LTDA**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, PREÇO POR LOTE, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 10.520/2002; DECRETOS Nº 9.507/2018; DECRETO Nº 10.024/2019, e, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de poços, com fornecimento de peças, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú – MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023 – PMBG/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 88/2023 – CPL.

**Parágrafo Segundo** - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, do Município de Barão de Grajaú.

**Parágrafo Segundo** – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

RUA SEROA DA MOTA, Nº 314, CENTRO – CEP: 65.660-000 – BARÃO DE GRAJAÚ/MA – CNPJ: 06.477.822/0001-44

Página 3 de 13



FOLHA: 17  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

## DESPACHO

À

**Procuradoria Geral do Município**

Processo Administrativo Nº: 86/2024

Interessado: Secretaria Municipal de Administração

Referência: Análise da **Licitação**

Para fins de análise e emissão de Parecer Jurídico acerca da legalidade dos procedimentos adotados, envio-lhe o Processo Administrativo Nº: 86/2024, o qual visa o Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

Barão de Grajaú – MA, 12 de agosto de 2024.

EDELSON CARLOS  
VAZ DA  
SILVA:6203452939  
1

Assinado de forma digital  
por EDELSON CARLOS VAZ  
DA SILVA:62034529391  
Dados: 2024.08.14 09:55:22  
-03'00'

**Edelson Carlos Vaz da Silva**  
Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024**

**MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

**Data e hora de abertura da sessão pública:** xx/xx/2024 às xxh

**Local:** <https://licitanet.com.br/>, horário de Brasília/DF.

**Exclusiva ME/EPP**     Sim     Não

**Reserva de cota exclusiva ME/EPP**     Sim     Não

**Pedidos de esclarecimento e Impugnação** Até XX/XX/2024

Os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para a plataforma do licitanet e para o endereço [cpl.baraodegrajau@gmail.com](mailto:cpl.baraodegrajau@gmail.com), conforme Lei nº 14.133/2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024**

**MINUTA DO EDITAL**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**, por intermédio da **Comissão de Contratação**, através do Pregoeiro Oficial, que este subscreve, designado através de Portaria, torna público para conhecimento de todos que realizará no sistema *Licitanet*, às **XXh do dia XX de XXXX de 2024**, Licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em regime de empreitada por preço unitário, de interesse da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, visando a contratação de empresa, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será regida pela **LEI 14.133/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e demais legislações aplicada à matéria, naquilo que não contrarie este Edital e pelas cláusulas e condições abaixo declinadas.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, designado Pregoeiro e Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "LICITANET", constante da página eletrônica do Licitanet, no endereço <https://licitanet.com.br/>.

Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

O licitante deverá observar rigorosamente os prazos limites (data e horário) para o recebimento de propostas, bem como de abertura e início da sessão de disputa de preços, informados no preâmbulo do presente Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**1. OBJETO**

1.1. Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, conforme as especificações descritas no **Anexo I deste Edital**.

1.2. O valor máximo estimado para a contratação deste objeto é de **XXXXXXXXXXXX**

1.3. O presente objeto será proposto em rigorosa observância às especificações do **ANEXO I** deste Edital e as normas vigentes que a ele se aplicarem.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1 Somente poderão participar deste Pregão empresas que atuam no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**2.2** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes da licitação deverão confirmar seu enquadramento e condição, através de Declaração registrada em campo específico do sistema *LICITANET*.

**2.3** O pregoeiro poderá solicitar, via chat do sistema eletrônico *LICITANET*, documentação com o intuito de comprovar a compatibilidade do ramo de atividade exercido pela empresa com o objeto do Edital, caso não seja possível tal comprovação mediante consulta na Receita Federal.

**2.4** Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadrar em uma ou mais das seguintes situações:

- a) autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) O impedimento de que trata o item c será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- h) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens b e c poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- i) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.4.1** Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

**2.5** É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante. \_\_\_\_\_

**b.1)** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

2.6 É vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

2.7 As empresas que se encontrarem com a sanção de impedimento de licitar, aplicada por Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais terá proposta recusada, sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo para possível aplicação de penalidade.

### 3. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

3.1 O certame será conduzido por servidor da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, designado Pregoeiro, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório, conduzir a sessão pública; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; coordenar a sessão pública e o envio de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica; receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

### 4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, a comissão de contratação e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

4.2 A sessão pública ocorrerá por meio do Sistema de Compras, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

4.3 O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

4.4 A perda da senha ou qualquer inviabilidade de seu uso e qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.5 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a este Município, promotor da Licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, bem como acompanhar todos os atos pertinentes ao Pregão até o momento da homologação do certame.

4.7 O Licitante deverá ainda preencher em campo próprio do sistema LICITANET as declarações pertinentes.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**5 DA SESSÃO PÚBLICA**

- 5.1 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 5.2 Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 5.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.5 Nessa etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos relacionados ao julgamento das propostas.

**6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA**

- 6.1 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**
- 6.2 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados após o encerramento da etapa de lance, conforme previsto neste edital (art. 63, II da Lei 14.133/2021).
- 6.3 O Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- a) A declaração falsa relativa a habilitação e proposta sujeitará o Licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.
- 6.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.5 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo dado durante a negociação.

**7. CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

- 7.1 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 7.2 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real por todos os participantes.

**8. ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

8.2 Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

## 8. INÍCIO DA FASE COMPETITIVA

8.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva de lances que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2 Os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

8.3 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.4 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, **observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

## 9. INÍCIO DA FASE COMPETITIVA

9.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva de lances que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.2 Os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

9.3 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.4 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, **observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

10.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto** – onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

10.2 No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**10.3 O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 1 %.**

10.4 **No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e**, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.5 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o *subitem anterior*, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.6 Na hipótese de não haver novos lances na forma acima estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.7 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, mediante justificativa e, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço conforme os critérios objetivos definidos no edital.

#### **11 DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES**

11.1 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.2 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

#### **12 OS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

12.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

12.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do dispositivo acima, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

#### **13 DO JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

13.1 Para fins de julgamento de proposta, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas, ofertar **O MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas as exigências do Edital.

13.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

13.3 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.4 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação no edital, observado o seguinte:

13.4.1 Os critérios objetivos fixados para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e da prestação dos serviços, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

**13.4.2 O prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, dos documentos complementares.**

**13.4.3 Verificação da habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Edital e Termo de Referência.**

13.5 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro, via chat, poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do Licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

a) O não envio da proposta adequada ao valor final negociado ou dos documentos de habilitação, no prazo determinado pelo Pregoeiro, via *chat*, resultará na desclassificação da proposta ou na inabilitação do Licitante, ficando ainda passível a aplicação de penalidade.

13.6 Não serão consideradas propostas com alternativas, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais Licitantes, devendo as proponentes observarem as especificações do Edital.

13.7 Informar o endereço, telefone, e-mail da empresa e assinatura do seu representante legal devidamente identificado e qualificado.

13.8 Quando solicitadas pelo Pregoeiro, as cópias autenticadas dos documentos de habilitação técnica deverão ser encaminhadas em até 08 dias úteis, contados a partir da data da declaração de vencedor, para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú - CNPJ.: 06.477.822/0001-44

**Sede da Prefeitura / Setor de Licitações – CPL**

Rua Seroa da Mota, 314, Centro, no Prédio da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú,  
Sala de Reuniões da CPL - CEP: 65.660-000

13.9 Será desclassificada a proposta que:

- a) Contenha ilegalidade ou vício insanável;
- b) Obedecida a ordem de classificação e após a negociação com o Pregoeiro, apresentar preço final superior ao valor estimado pela Administração.
- c) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado;

d) Apresentarem proposta alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

e) Que não atendam as condições previstas no Termo de Referência;

f) Serão desclassificadas as propostas que não apresentarem documentos que comprovem, de forma inequívoca, o atendimento aos requisitos do presente instrumento.

g) As licitantes que apresentarem meras declarações de atendimento às condições ora estipuladas também terão suas propostas desclassificadas.

13.10 Os erros, equívocos e omissões havidas nos lances serão de inteira responsabilidade do Licitante, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da prestação dos serviços do objeto da presente Licitação, sob pena de aplicação de sanção pela Administração, salvo motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

13.11 O Pregoeiro poderá realizar diligência no sentido de verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida, levando em consideração a competitividade e a melhor forma de promover a aquisição para o órgão.

13.12 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

## 10 A PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 A proposta de preços reajustada ao valor negociado deverá obedecer às seguintes condições: Ser redigida em linguagem clara, contendo a razão social, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fac-símile, e-mail, preferencialmente, assinada e/ou rubricada em todas as folhas pelo representante legal da empresa licitante e que os preços contidos na proposta, incluam todos os custos e despesas, tais como: impostos, frete, seguros e demais encargos necessários à execução do contrato.

a) Valor unitário e total estimado para a prestação dos serviços.

10.2 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura das propostas.

## 15. DA HABILITAÇÃO

**15.1 Toda documentação de habilitação deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

15.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro e/ou membros da Equipe de Apoio verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consultas consolidada ao site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça, conforme determina o Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- c) Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, Inidôneos - Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas do Portal da Transparência; e
- e) Consulta ao SICAF a fim de verificar se há Impedimento de Licitar no SICAF com basena Lei. nº 14.133/2021.

**15.2** A existência de registro da licitante que impliquem em restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública acarretará exclusão automática da empresa do certame, mediante recusa de sua proposta.

**15.3** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**15.4** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**15.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviços similares, dentre outros.

**15.6** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**15.7** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**15.8** Declarações disponibilizadas no sistema LICITANET:

**I.** Declaração expressa do responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações ou de contratar com nenhum órgão da Administração Pública Federal e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente;

**II.** Declaração expressa do responsável pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (Lei nº 9.854/1999);

**III.** Declaração de que a empresa licitante conhece e concorda com as condições estabelecidas no Edital e que atende aos requisitos de habilitação;

**IV.** Declaração de elaboração independente de proposta;

**V.** Declaração de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004. E, não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do art. 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e 105.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**15.9** As declarações de que tratam os incisos "I a V" são disponibilizadas pelo sistema LICITANET.

**15.10** **Habilitação Jurídica:** A documentação relativa à habilitação jurídica será a seguinte:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

f) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, e ainda:

f.1) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.2) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.3) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f.4) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

g) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

j) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

k) Cópias(s) da(s) cédulas(s) de identidade(s) dos sócio/proprietários;

**15.11 Regularidade Fiscal e Trabalhista:** A documentação comprobatória da regularidade fiscal será a seguinte:

a) Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL** do domicílio ou sede da licitante.

b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débito trabalhista - CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com alterações da Lei nº 12.440/2011;

d) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e consulta quadro de Sócios, emitido nos últimos 30 (trinta) dias;

f) Alvará de Localização e Funcionamento, referente à sede da licitante;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**15.12.1** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais (ou estaduais) relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal (Fazenda Estadual) do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**15.12.2** Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**15.13 Qualificação Técnica:** A qualificação técnica será feita a partir da comprovação dos seguintes documentos:

**15.13.1** Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o Licitante prestou serviços compatíveis com a proposta apresentada, em quantidade, característica e prazo, informando ainda que a prestação dos serviços foi satisfatória, sendo vedada a apresentação de atestados genéricos.

**15.13.2** O licitante disponibilizará caso seja solicitado todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram efetuados a prestação dos serviços.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

15.14 **Qualificação Econômico-Financeira:** A documentação a ser apresentada consistirá de:

**15.14.1** Balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados, na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, termo de abertura e encerramento, bem como, notas explicativas vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, observando-se as seguintes condições:

a) quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, ~~essa~~ peça de escrituração contábil poderá ser atualizadas com base na variação ocorrida do IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas) ou de outro indicador que o venha substituir (devendo ser apresentado o respectivo memorial de cálculo);

b) A expressão na forma da lei será, objetivamente, suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados em uma das seguintes formas:

I - publicados em Diário Oficial; II - publicados em Jornal; ou

III - por cópia ou fotocópia registrada na Junta Comercial, ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da sede ou domicílio do licitante;

IV - por cópia ou fotocópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado pela Junta Comercial, ou pelo Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da sede ou domicílio do licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento (de acordo com a IN nº 65/97-DNRC).

c) A situação financeira da licitante será analisada através:

Índice de Liquidez Corrente superior a 1,00 –

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

Índice de Liquidez Geral superior a 1,00 –

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Índice de Solvência Geral superior a 1,00 –

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

c.1) As empresas que apresentarem índices contábeis iguais ou inferiores a 1 (um), deverão comprovar um capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação."

d) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

CONTÁBIL, nos termos da IN RFB 1.420/2013, alterada pela IN RFB nº 1.594/2015, e 1.422/2013.

- e) Qualquer dos documentos referidos na letra “a” deste item, somente serão considerados válidos na forma da lei se apresentados juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional do técnico responsável pela assinatura dos referidos documentos, expedidas pelo Conselho de Contabilidade da sede da licitante e declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.
- f) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

**15.1.1** Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no prazo de validade.

- a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

15.15 Outros documentos:

a) Certidão Simplificada e Específica expedida pela junta comercial, do exercício em curso.

15.16 A verificação no SICAF ou nos sites dos órgãos expedidores de existência de restrição relativa à regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte não impede a sua habilitação conforme determina a Lei Complementar 123/2006 e alterações.

15.17 A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz, exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado e devidamente comprovado.

15.18 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades insanáveis, serão inabilitadas.

15.19 Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

15.20 Consoante disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e na Lei nº. 11.488/2007, verificada a existência de restrição relativa à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que tenha apresentado melhor proposta, o Pregoeiro:

- a) emitirá mensagem declarando o licitante vencedor, fixando prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e
- b) suspenderá a sessão eletrônica fixando data e hora para a reabertura.

15.21 O licitante poderá solicitar prorrogação do prazo fixado no **subitem 15.20.a**, por igual período, mediante mensagem enviada ao Pregoeiro, por meio do e-mail [cpl.baraodegrajau@gmail.com](mailto:cpl.baraodegrajau@gmail.com) ou através do *chat*.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

15.22 A não-regularização da documentação nos termos acima implicará:

- a) decadência do direito à contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021; e
- b) exame, pelo Pregoeiro, quando da reabertura da sessão, das propostas ou lances subsequentes, obedecida a ordem de classificação.

**16 A IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS**

**16.1 Dos Esclarecimentos:**

**16.1.1** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [cpl.baraodegrajau@gmail.com](mailto:cpl.baraodegrajau@gmail.com), em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a realização do certame.

**16.1.2** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**16.1.3** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**16.2 Das Impugnações:**

**16.2.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**16.2.2** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

**16.2.3** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**16.2.4** Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**16.2.5** A impugnação deverá vir acompanhada de documento que comprove os poderes do signatário de representar o Licitante (contrato social no caso de sócio, e procuração do contrato social nos demais casos).

**16.2.6** O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

**16.2.7** Ocorrendo alterações no Edital que afetem a formulação das propostas, será publicado "Aviso" no Diário Oficial do Estado, bem como designada nova data para realização do certame.

**16.2.8** As alterações do Edital serão comunicadas a todos os licitantes através do link visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos do LICITANET, assim como pelo e-mail que constar da retirada do Edital.

**16.3 Dos Recursos: (Art. 165 da Lei 14.133/2021)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**16.3.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**16.3.2** A falta de manifestação imediata do Licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência do direito de interpor recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar a autoridade superior para adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**16.3.3** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias.

**16.3.4** As demais Licitantes ficam desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis para a defesa dos seus interesses. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso

**16.3.5** O Pregoeiro verificará os pressupostos de admissibilidade da intenção de recurso.

**16.3.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.3.7** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**16.3.8** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**16.3.9** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.3.10** Não serão conhecidos os recursos cujas petições não sejam apresentadas tempestivamente.

## **17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.1** Caberá ao pregoeiro encaminhar à autoridade superior o processo licitatório, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**17.2** A adjudicação e homologação em favor da Licitante vencedor será feita pelo Secretário Municipal de Administração do Município de Barão de Grajaú, após constatada a regularidade dos atos praticados e recebimento do processo concluído pela Comissão de Contratação.

## **18 DA DESPESA**

18.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos orçamentários: A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando for formalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13.

## **19 DA CONTRATAÇÃO E REAJUSTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

19.1 A contratação com a empresa vencedora far-se-á por Termo de Contrato, conforme Minuta de Contrato em anexo, considerando a proposta apresentada e disposições legais.

19.2 A licitante será convocada para assinar o Termo de Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, podendo o prazo ser prorrogado por uma única vez.

19.3 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

19.4 Quando o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato no prazo e condições estabelecidas, a Administração poderá convidar para assinar o Contrato os demais licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, e em igual prazo, desde que sejam mantidas todas as condições do Edital.

19.5 Respeitado o amplo direito de defesa, A extinção do contrato em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores, das seguintes formas:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

19.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

## **20 DA SUBCONTRATAÇÃO**

20.1 Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

20.2 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

20.3 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**21 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

21.1 A execução das atividades será acompanhada pela Equipe de Gestão do Contrato, especialmente designada para esse fim, a ser oportunamente indicada pela área gestora, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

21.2 A fiscalização deve observar o disciplinado no Contrato.

**22 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

22.1 São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, além das constantes no Termo de Referência e contrato, afora outras que por Lei lhe couberem, as abaixo relacionadas:

- I. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: transportes, fretes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que porventura existam ou venham a ser criadas e exigidas pela Administração Pública;
- II. Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- III. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

**23 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

23.1 São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade do CONTRATANTE, além das constantes no Termo de Referência e contrato, afora outras que por Lei lhe couberem, as abaixo relacionadas:

- I - Receber o objeto de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;
- II - Comunicar eventuais falhas ocorridas na execução do objeto;
- III - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no contrato;
- IV - Designar um representante responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato (Equipe de Gestão do Contrato), sem prejuízo da total responsabilidade da Contratada perante o Contratante ou para com terceiros.

**24 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS, FATURAMENTO E PAGAMENTO**

24.1 O recebimento do objeto será em conformidade a Lei nº 14.133/2021 e de acordo com o estabelecido no **Termo de Referência** (anexo I do edital).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

24.2 O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.

24.3 Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

24.4 O CONTRATANTE verificará a situação do fornecedor por meio de consulta "On Line" no SICAF, cujo resultado será impresso e anexado ao processo.

24.5 No caso de eventual atraso de pagamento desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios, à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de Juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

24.6 Se o inadimplemento for provocado pela CONTRATADA por não cumprir com as suas obrigações, o CONTRATANTE ficará isento de promover tal atualização monetária.

## **25 DAS PENALIDADES**

25.1 A Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú poderá aplicar ao licitante ou contratado (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades constantes no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

25.2 A recusa injustificada da firma adjudicatária em receber o Contrato e/ou a Nota de Empenho no prazo estabelecido após a convocação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

25.3 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, sem efeito suspensivo, obedecendo-se aos prazos legais.

25.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas por juízo da Administração nas hipóteses de casos fortuito e/ou força maior, devidamente justificadas e comprovadas.

25.5 A Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú aplicará as penalidades previstas no Edital e seus anexos e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível.

25.6 Quando for aplicada multa, seu valor será descontado da fatura a que fizer jus a CONTRATADA. Não se verificando as hipóteses anteriores, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

correspondente mediante Guia de Recolhimento. Frustrada a cobrança, serão encaminhadas cópias do processo para inscrição da dívida junto ao Município.

25.7 A retenção do valor da multa poderá ser feita cautelarmente, quando se tratar de última parcela a ser faturada, ou quando do encerramento do processo administrativo de penalidade.

25.8 Durante a **FASE DA LICITAÇÃO E/OU EXECUÇÃO CONTRATUAL**, o licitante estará sujeito nos termos da Lei a penalidade de:

a) Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato, e demais cominações legais, quando for convocado no prazo de validade de sua proposta, e não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no Edital; apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

## **26. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

26.1. Após a publicação do resultado da licitação, as **licitantes vencedoras** e, se houver, as **empresas classificadas para formação do cadastro de reserva**, terão o prazo de **5 (cinco) dias úteis, independentemente de convocação**, para comparecerem perante a Comissão de Contratação (Órgão Gerenciador) para **assinar a Ata de Registro de Preços**.

26.1.1. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado em caso de interesse público a ser devidamente justificado pela Comissão de Contratação nos autos do processo para registro de preços.

26.1.2. Caso a convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços não seja emitida dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais **60 (sessenta)** dias antes de findo o prazo de validade.

26.2. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido no **item 26.1**, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital.

26.2.1. É facultado ao Pregoeiro reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes.

26.2.2. Na sessão de reabertura do Pregão, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para que seja obtido preço melhor.

26.3. A Ata de Registro de Preços será firmada entre o Município de Barão de Grajaú, representado pela **Comissão de Contratação** (Órgão Gerenciador), e os licitantes vencedores, e, se houver, as empresas classificadas para formação do cadastro de reserva, para atendimento de demandas dos Órgãos Participantes.

26.4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze)** meses, contados da data da sua publicação no Diário Oficial do Município.

26.5. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

## **27. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

27.1. Após a publicação da resenha da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial os órgãos públicos poderão utilizar o Sistema de Registro de Preços para contratação dos serviços registrados, observadas as normas editadas pela **Comissão de Contratação** (Órgão Gerenciador).

27.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame licitatório (“Carona”), mediante prévia consulta à **Comissão de Contratação** para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

27.3. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à **Comissão de Contratação**.

27.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta prestação de serviços não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

27.4.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

27.5. O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

27.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo à **Comissão de Contratação** (Órgão Gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

27.6.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

27.6.2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, respeitada a legislação relativa às licitações.

## **28. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

28.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela **Comissão de Contratação** (órgão gerenciador), quando:

a) descumprir as condições previstas no Edital deste Pregão a que se vincula o preço registrado;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- c) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou assinar o Contrato Administrativo ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- e) houver razões de interesse público;
- f) forem aplicadas as sanções previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público, ou a pedido do fornecedor.

28.1.1. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

## **29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 29.1 A Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, salvo as disposições legalmente previstas.
- 29.2 Simples omissões ou irregularidades sanáveis e irrelevantes, assim entendidas aquelas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, bem como de suas validades jurídicas, e que não causem prejuízo à Administração e aos Licitantes, poderão ser relevadas.
- 29.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará ~~no afastamento do~~ licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do Pregão.
- 29.4 Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pelo Pregoeiro de acordo com a Legislação pertinente.
- 29.5 A Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões relativas a este Pregão e utilizar este meio como prova.
- 29.6 É facultada ao Pregoeiro e/ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas à esclarecer ou à complementar a instrução do processo.
- 29.7 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os interessados sem comprometimento da segurança jurídica do futuro Contrato.
- 29.8 Nesta data passa a constar o mesmo informativo deste Edital no Portal da Transparência, em "Transparência/Licitações".
- 29.9 É competente o foro do Juízo Estadual da Seção Judiciária da Cidade de Barão de Grajaú, no Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.
- 29.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 29.11 Na hipótese do processo licitatório sofrer suspensão, os prazos de validade das propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que o referido processo estiver suspenso.
- 29.12 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste **PREGÃO**, independentemente de transcrição.
- 29.13. Integram o presente Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:



Fls. Nº 70

Proc. Nº 86/2024

Rubrica

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I** – Termo de Referência

**ANEXO II** – Minuta da Ata de Registro de Preços

**ANEXO III** – Minuta do Contrato

Barão de Grajaú - MA, xxx de agosto de xxxx

EDELSON CARLOS VAZ DA SILVA  
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERENCIA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**1. OBJETO**

Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

**2. JUSTIFICATIVA**

A presente solicitação de abertura de licitação é necessária, pois, visa facilitar o conserto e garantir a funcionalidade dos equipamentos, uma vez que os ar condicionados são usados diretamente nas repartições públicas, Escolas, Hospital, os quais estão sempre necessitando de reparos, manutenção e troca de peças.

A prestação dos serviços será efetuada periodicamente nas quantidades e prazos estipulados pelo município, de acordo com a demanda.

**2.1 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

Não se aplica a realização de um estudo técnico preliminar ao caso concreto, considerando as características simplificadas da execução dos serviços a serem contratados, assim como seu baixo custo estimado.

**3. PLANILHA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20		
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20		
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10		
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25		
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30		
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30		
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10		
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20		
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40		
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15		
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30		
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20		
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30		
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10		
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30		
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10		
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20		
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20		
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10		
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15		
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10		
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40		
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40		
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30		
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100		
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100		
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50		
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80		
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60		
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100		
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80		
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30		
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30		
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12		
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20		
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10		
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10		
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10		
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4		
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10		
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30		
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10		
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10		
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30		
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30		
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30		
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15		
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45		
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6		
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4		
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2		
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10		
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4		
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4		
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4		
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30		
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40		
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20		
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20		
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10		
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30		
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15		
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30		
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100		
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10		
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5		
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5		
76	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSOR	5		
77	PLACA UNIVERSAL	7		
78	REPOSIÇÃO PROTETOR TÉRMICO	10		
valor total				

**4. EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:**

- a) Prestar atendimento a Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, através de abertura de chamado para identificação e resolução do problema.
- b) O atendimento deverá acontecer por meio presencial, no prazo máximo de 2h após a solicitação.
- c) O atendimento se dará durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 9:00h (nove horas) até as 17:00h (dezessete horas). A manutenção corretiva mediante chamada avulsa, por unidade, dos equipamentos será realizada pela CONTRATADA em dias úteis, no horário compreendido entre 09 (nove) e às 18 (dezoito) horas, após solicitação do CONTRATANTE.
- d) Preferencialmente os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados no próprio local onde encontra-se instalado o equipamento;
- e) A CONTRATADA deverá transcrever em formulário específico (relatório de atendimento ou ordem de serviço), os dados dos equipamentos, n.º de tombamento, data da solicitação, o defeito apresentado, e outras observações que se fizerem necessárias, e disponibilizar acesso a um servidor da Prefeitura;
- f) O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 2 (duas) horas, contado a partir da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE, entendendo-se por início do atendimento, a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento; Entende-se como término do reparo do equipamento, a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde encontrava-se anteriormente instalado;
- g) No caso de transporte dos equipamentos para a realização dos serviços, a empresa contratada, se responsabilizará pela locomoção dos aparelhos, sem nenhum custo para a empresa contratante.
- h) para a troca de peças, a empresa contratada terá que apresentar a relação das peças, devendo ainda devolver as inservíveis para essa Secretaria; i) A periodicidade na prestação dos serviços será de acordo com a necessidade, nos termos da Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- j) A contratada deverá possuir responsável Técnico quando da prestação dos serviços, profissional de nível superior, reconhecido pelo CREA ou profissional de nível técnico em refrigeração com registro no CFT (conselho federal de técnicos), nos moldes da Lei 13.639/18, de março/18, criando o Conselho Federal de Técnicos Industriais e ofício Circular 002/18 - GABCFT, de outubro/18, Decreto 90.922/1985. E resolução nº 068/ de 24 de maio de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Prestar os serviços nas quantidades, forma, prazo e local conforme as orientações estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- c) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
- d) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
- e) comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- f) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- g) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes da prestação dos serviços;
- h) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do local onde serão entregues os produtos;
- i) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- j) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias a prestação dos serviços dos materiais, como única e exclusiva empregadora;
- k) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- l) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- m) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) emitir cada Autorização de Serviço;
- b) acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
- c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a prestação dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- d) efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- e) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- g) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

**9. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

9.1. A Vigência será de 12 (doze) meses, com início a partir de sua publicação. O contrato terá validade até o final do exercício financeiro.

**10. DO PAGAMENTO:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

10.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Autorização de Serviço, da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos da Receita Federal, do Certificado de Regularidade do F. G. T. S., Certidões Estaduais, Certidões Municipais e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

10.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

10.4. A Secretaria Municipal Interessada, reserva-se o direito do não pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

**11. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

11.1 A Vigência será de 12 (doze) meses, com início a partir de sua publicação.

**12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

A licitação deverá utilizar como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, cabendo à Comissão de Contratação a escolha da modalidade e a definição dos demais aspectos inerentes à realização do procedimento licitatório.

**13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.2 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

1.3 A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.5 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

#### **14. FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da prestação dos serviços será feita diretamente pela Contratante, através de servidor formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando o contrato em conformidade com este Edital e seus anexos.

A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, obrigando-se desde já a Contratada assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer ao Secretário, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

#### **15. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

15.2 As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

#### **16. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS**

16.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

16.2 Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

16.3 A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

16.4 Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**17. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

A licitante vencedora deverá assinar o contrato na sede do Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicada, durante o transcurso do prazo especificado acima, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

O Município deverá providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

O prazo para execução dos serviços é até o final do exercício financeiro, contado da data de assinatura do contrato, com validade e eficácia legal após a publicação do extrato do contrato.

**18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando for formalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13.

**19. DAS PENALIDADES.**

Atrasos injustificados ou a inexecução no todo ou em parte do objeto do contrato sujeitará a contratada às penalidades prescritas em lei.

**20. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.**

A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem expressa concordância da Contratante.

**21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**a)** O Município terá direito, a qualquer tempo, de rejeitar quaisquer serviços prestados, que de alguma forma, não estejam em estrita conformidade com os requisitos especificados, independentemente dos defeitos a serem apresentados após a entrega.

**b)** A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

**c)** Caberá à CONTRATADA, a indenização pecuniária dos danos morais ou materiais causados por seus empregados em bens patrimoniais da contratante, desde que comprovado dolo ou culpa, do empregado da CONTRATADA.

**c.1)** Desde que apurado o dano e caracterizada a autoria de qualquer empregado da CONTRATADA, o valor da indenização será descontado no ato do pagamento de fatura, o que fica desde já pactuado.

**d)** A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

**e)** As documentações deverão estar de acordo com a **LEI 1014.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** e demais legislações aplicadas à matéria.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° xx/2024**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**, sediada na **Rua Seroa da Mota, 314, Centro, Barão de Grajaú-MA, cep. 65.660-000**, inscrita no CNPJ sob o n° ....., neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, ....., brasileira, inscrita no CPF sob o n° ....., RG n° ....., residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO n° xx/2024**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa ....., CNPJ n.º ...../XXXX-.... com sede na ....., n° ..... - ..... - ...../., neste ato representada pelo Sr. ....., brasileiro, ....., , portador CPF n° .....-., portador da Cédula de Identidade RG n.º ..... expedida pela SSP/., e daqui por diante denominada simplesmente **EMPRESA REGISTRADA**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo n° 86/2024, tudo com fulcro nas disposições das **LEI 14.13/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR N°123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, prevalecerão as disposições do primeiro.

**RESOLVE:**

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) \_\_\_\_\_, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, **PREÇO GLOBAL**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 14.133/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR N°123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 000/2024 – PMBG/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº xx/2024.

**Parágrafo Segundo** - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, do Município de Barão de Grajaú.

**Parágrafo Segundo** – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços .

**CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Parágrafo Primeiro** – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços nos endereços contidos na Ordem de Serviço emitida pelo Órgão Contratante

**Parágrafo Segundo** – O prazo para o início de prestação dos serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Serviço” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o Termo de Referência - **Anexo I do Edital**.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**Parágrafo Segundo** - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**Parágrafo Primeiro** - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Parágrafo Segundo** - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**Parágrafo Terceiro** - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS**

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

**Parágrafo Primeiro** - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

**Parágrafo Segundo** - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

**Parágrafo Terceiro** - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

**Parágrafo Quarto** - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- Sofrer sanção prevista na Lei nº 14.133/2021.
- Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

**Parágrafo Segundo** – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

**Parágrafo Quarto** – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO**

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Parágrafo Primeiro** - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO N° 000/2024 – PMBG/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

**Parágrafo Terceiro** - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

**Parágrafo Quarto** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei n° 14.133/2021, a Lei Complementar 123/2006,.

**CLÁUSULA TREZE - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca da cidade de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

Barão de Grajaú, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Secretário Municipal

Nome  
EMPRESA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO ÚNICO**

**REF.:** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2024 - PMBG/MA

PROCESSO N.º xxxxxxxx/2024

VIGENCIA: 12 MESES

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº ...../2024, celebrada perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, tendo como partes o Município de Barão de Grajaú e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº xx/2024—PMBG/MA.

**OBJETO:** Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

**QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.**

<b>EMPRESA:</b> .....	
CNPJ: .....	Telefone / Fax: .....
Endereço: .....	E-mail: .....

**QUADRO 2 – SERVIÇO REGISTRADO**

Nº	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	EMPRESA BENEFICIÁRIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				A		
<b>VALOR TOTAL REGISTRADO</b>						



Fis. N° 84

Proc. N° 8672024

Rubrica [assinatura]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Barão de Grajaú – MA, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Secretário Municipal

Nome  
EMPRESA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024**

**ANEXO III**

**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA

Pelo presente instrumento, que entre si fazem, de um lado **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**, sediada na **xxxxxxxxxx Barão de Grajaú – MA**, inscrita no CNPJ sob o nº **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal Interessada, ....., brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado, ....., doravante denominada **CONTRATADA**, sediada à....., CNPJ nº....., neste ato representada pelo Sr....., brasileiro, CPF nº....., residente e domiciliado nesta Cidade, têm entre si, ajustado o presente Contrato de prestação dos serviços, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho constante no Processo Administrativo nº 86/2024, da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº xx/2024-SRP e seus anexos, e ainda da proposta adjudicada que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as parte às disposições constantes da **LEI 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e demais legislações aplicada à matéria, mediante às Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, em conformidade com o **Anexo I** do Edital, que passará a ser parte integrante deste instrumento, quando de sua assinatura.

**CLÁUSULA SEGUNDA: ORDEM DE PRIORIDADE**

Ocorrendo dúvida de interpretação entre as disposições dos documentos integrantes deste Contrato, prevalecerá a seguinte ordem de prioridade: 1º Contrato; 2º Edital; 3º Proposta Adjudicada e toda correspondência trocada entre as partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- a) Prestar atendimento a Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, através de abertura de chamado para identificação e resolução do problema.
- b) O atendimento deverá acontecer por meio presencial, no prazo máximo de 2h após a solicitação.
- c) O atendimento se dará durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 9:00h (nove horas) até as 17:00h (dezesete horas). A manutenção corretiva mediante chamada avulsa, por unidade, dos equipamentos será realizada pela CONTRATADA em dias úteis, no horário compreendido entre 09 (nove) e às 18 (dezoito) horas, após solicitação do CONTRATANTE.
- d) Preferencialmente os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados no próprio local onde encontra-se instalado o equipamento;
- e) A CONTRATADA deverá transcrever em formulário específico (relatório de atendimento ou ordem de serviço), os dados dos equipamentos, n.º de tombamento, data da solicitação, o defeito apresentado, e outras observações que se fizerem necessárias, e disponibilizar acesso a um servidor da Prefeitura;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- f) O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 2 (duas) horas, contado a partir da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE, entendendo-se por início do atendimento, a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento; Entende-se como término do reparo do equipamento, a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde encontrava-se anteriormente instalado;
- g) No caso de transporte dos equipamentos para a realização dos serviços, a empresa contratada, se responsabilizará pela locomoção dos aparelhos, sem nenhum custo para a empresa contratante;
- h) para a troca de peças, a empresa contratada terá que apresentar a relação das peças, devendo ainda devolver as inservíveis para essa Secretaria;
- i) A periodicidade na prestação dos serviços será de acordo com a necessidade, nos termos da Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- j) A contratada deverá possuir responsável Técnico quando da prestação dos serviços, profissional de nível superior, reconhecido pelo CREA ou profissional de nível técnico em refrigeração com registro no CFT (conselho federal de técnicos), nos moldes da Lei 13.639/18, de março/18, criando o Conselho Federal de Técnicos Industriais e ofício Circular 002/18 - GABCFT, de outubro/18, Decreto 90.922/1985. E resolução nº 068/ de 24 de maio de 2019;

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O valor global estimado do presente Contrato é de R\$ XXX para a prestação dos serviços, que serão pagos de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, na proporção do serviço realizado pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Autorização de Serviço, da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos da Receita Federal, do Certificado de Regularidade do F. G. T. S., Certidões Estaduais, Certidões Municipais e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo servidor designado, responsável pelo recebimento dos **objetos**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no caput desta cláusula, a CONTRATANTE se obriga a pagar multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido a empresa.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Ocorrendo o pagamento antes do prazo fixado no caput, a CONTRATANTE fará jus a desconto financeiro correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de antecipação, até o limite de 10% (dez por cento).

**PARÁGRAFO QUINTO** - A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, através de depósito na Conta Corrente da **CONTRATADA** sob nº....., Agência ....., do Banco .....

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA** - O presente CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - A despesa de que trata o objeto, mediante a emissão de nota de empenho por estimativa, está a cargo do elemento orçamentário:

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

- a) emitir cada Autorização de Serviço;
- b) acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
- c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a prestação dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- d) efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- e) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- g) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

**CLAUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) Prestar os serviços nas quantidades, forma, prazo e local conforme as orientações estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- c) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
- d) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
- e) comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- f) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- g) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes da prestação dos serviços;
- h) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do local onde serão entregues os produtos;
- i) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- j) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias a prestação dos serviços, como única e exclusiva empregadora;
- k) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- l) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- m) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

**CLÁUSULA NONA - DAS COMUNICAÇÕES**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO**

A **CONTRATANTE** fará publicar o resumo do presente Contrato no Diário Oficial do Município, após sua assinatura, obedecendo o prazo previsto na Lei n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1 Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

11.2 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

11.3 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021

2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do **CONTRATANTE**;

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.2 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

1.3 A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.5 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA BASE LEGAL**

Na interpretação deste Contrato e casos omissos será aplicada a Lei nº 14.133/2021, a doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** será responsabilizada nos âmbitos administrativo e civil pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, quando comprovadamente praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, na forma ali prevista.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Constituem atos lesivos à Administração Pública:

- a) Fraudar o presente contrato;
- b) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no edital da licitação ou no próprio instrumento contratual;
- c) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Este contrato possui vínculo editalício por estar enquadrado no processo licitatório, Pregão Eletrônico nº xx/2024.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

17.1. O presente Contrato rege-se pelas seguintes normas:

- a) Constituição Federal de 1988;
- b) Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006 e alterações;
- d) Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2024e seus anexos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

e) Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria, doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais do Direito.

17.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

17.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Barão de Grajaú - MA,            de            de 2024.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF N°

\_\_\_\_\_  
CPF N°

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024

**Requerente:** Sec. Mun. De Administração.

**Assunto:** Contratação. Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preço. Aprovado. Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

### PARECER JURÍDICO

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em *Relatório*, *Análise da Demanda*, *Dispositivo* e *Encaminhamento*.

✓ **RELATÓRIO:**

Trata-se de processo administrativo desencadeado por **Ofício** emitido pela Secretaria Municipal de Administração, para **registro de preço para futura e eventual contratação de empresa prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.**

De relevante, cumpre destacar que consta nos autos, além do Ofício supracitado, despacho da Secretária de Administração desta Municipalidade autorizando a solicitação supracitada e dando os devidos encaminhamentos aos setores responsáveis pela solicitação em tela.

Por último, certifica-se que a Comissão Permanente de Licitação - CPL encaminhou os autos com Portaria que nomeia os membros participantes da comissão e a minuta do edital de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preço, para análise e emissão do parecer jurídico.

✓ **É o breve relatório:**



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

✓ DA ANÁLISE DA DEMANDA:

1. Considerações Iniciais:

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

**Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.**

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

Deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O

[assinatura]

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18, incisos I a XI, da Lei n.º 14.133/2021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

*III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

*IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*

*V - a elaboração do edital de licitação;*

*VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*

*VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

*X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação a boa execução contratual;*

[assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

*XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

Nesta quadra, preleciona o art. 82, da Lei n.º 14.133/2021, que é conteúdo obrigatório nos editais licitatórios

**Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:**

*I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;*

*II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;*

*III - a possibilidade de prever preços diferentes:*

*a) Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;*

*b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;*

*c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;*

*d) Por outros motivos justificados no processo;*

*IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior*

*ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;*

*V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior*

*desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;*

*VI - as condições para alteração de preços registrados;*

*VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que*

*aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a*

*preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;*

*VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de*

*registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já*

*tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo*

*inferior ao máximo previsto no edital;*

*IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequência.*

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o menor valor por item, atende o que determina o art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*[...]*

***XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.***

Por fim, destaco que a licitação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços – regulamentado pelo **Decreto Federal n.º 11.462/2023**, mostrando-se útil a administração da SEMUTRAN, pois, além de procurar atingir preços mais vantajosos ao longo da vigência da Ata de Registros de Preços, permite a aquisição conforme a necessidade da secretaria, cumpre observar o disposto no art. 3º do respectivo Decreto, que reza da seguinte maneira:

*Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*

*I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas*

J

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

*IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou*

*V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração*  
*Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos*

*I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e*

*II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado*

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontrasse em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

**2. Da Minuta do Edital:**

Relativamente à fase interna, **Marçal Justen Filho**<sup>1</sup> indica que ela se destina a:

*a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros [atualmente o Estado não possui estrutura própria para a fabricação do produto solicitado, sendo que a necessidade foi colocada no Ofício que motivara o presente processo];*

*b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários);*

*c) determinar a prática de prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.);*

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 348.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

*d) definir o objeto do contrato e as condições básicas de contratação;*

*e) verifica os pressupostos básicos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação.*

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos, quais sejam: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços, o termo de referência e a minuta do contrato. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe

*Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

Diante do apresentado a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

### **3. Da Minuta do Contrato**

Observa-se, por se tratar de fornecimento de objeto de forma contínua, a ser entregue parceladamente, de acordo com a necessidade da Contratante, se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

*Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:*

*I - o objeto e seus elementos característicos;*

*II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou*

*ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;*

*III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos*

*casos omissos;*

*IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;*

*V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*

*VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo*

*para liquidação e para pagamento;*

*VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;*

*VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;*

*IX - a matriz de risco, quando for o caso;*

*X - o prazo para resposta ao pedido de reapetuação de preços, quando for*

*o caso;*

*XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;*

*XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando*

*exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;*

*XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;*

*XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades*



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

- cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;*  
*XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;*  
*XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;*  
*XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;*  
*XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;*  
*XIX - os casos de extinção.*

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública e não se enquadrando como contratação de alto valor.

Outrossim, os requisitos para a qualificação dos licitantes previstos no edital, bem como os tópicos destinados às demais fases do processo licitatório, encontram-se devidamente de acordo com os parâmetros definidos na Lei 14.133/2021 e Decreto Federal 11.462/2023.

Em relação aos requisitos formais da minuta do edital, do termo de referência, da minuta do contrato, em que são evidenciadas as obrigações de cada parte de forma clara, e nos demais anexos, verifica-se que estes estão de acordo com as exigências legais impostas na Lei nº 14.133/21 para início e validade do certame. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

#### **4. Publicidade do edital e do termo do contrato**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DEBARÃO DE GRAJAU**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**5. Considerações Finais:**

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz da competência desta Assessoria Jurídica, não lhe compete adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

✓ **DISPOSITIVO:**

PELO EXPOSTO, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação juntada aos autos, conclui-se pela regularidade do procedimento até o presente momento, pelo que opino pela validação jurídica, para regular prosseguimento do presente Pregão Eletrônico, SEM RESSALVAS.


✓ **É o parecer. Sub Censura:**

✓ **ENCAMINHAMENTO:**

Encaminhem-se os autos ao **ORDENADOR DE DESPESAS** desta **Município** para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

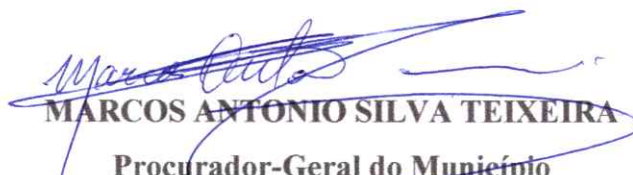
[assinatura]



FOLHA: 10.9  
PROC.: 16/2021  
RUBRICA: 

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

Barão de Grajaú - MA, 14 de 08 de 2024.

  
**MARCOS ANTONIO SILVA TEIXEIRA**  
Procurador-Geral do Município  
Portaria nº 014/2021

Prefeitura Municipal de Barão do Grajaú  
Rua Seroa da Mota, Bairro: Centro, Barão de Grajaú/MA - CEP: 65.660-000  
CNPJ: 06.477.822/0001-44

**PROCESSO**  
**190924003**



Cadastrado em 19/09/2024

VALOR: 0,00

Nome(s) do Interessado  
CONTROLE INTERNO

E-mail  
protocolo@baraodegrajau.ma.gov.br

Tipo do Processo  
ANÁLISE DE LICITAÇÃO

Assunto do Processo  
INFORMAÇÃO

Assunto Detalhado do Processo

Para fins de análise e emissão de Parecer da Controladoria acerca da legalidade dos procedimentos adotados, segue processo Administrativo nº 86 / 2024, o qual visa registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças. Para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú - MA.

Criado por  
EVERISSIMO ALMEIDA SABAÓ

Unidade Origem  
PROTOCOLO

**MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS**

Data	Tipo Evento	Movimentação
19/09/2024	Tramitado	CPL

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

## DESPACHO

À

Controladoria Geral do Município

Processo Administrativo Nº: 86/2024

Interessado: Secretaria Municipal de Administração

Referência: Análise da **Licitação**

Para fins de análise e emissão de Parecer da Controladoria acerca da legalidade dos procedimentos adotados, envio-lhe o Processo Administrativo Nº: 86/2024, o qual visa Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

Barão de Grajaú - MA, 14 d agosto de 2024.



EDELSON CARLOS VAZ DA SILVA  
Pregoeiro

## PARECER Nº 37/2024-CGM

**Processo Administrativo:** nº 86/2024

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

### RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA

Recebidos e analisados os autos, encaminhados o presente Relatório destinado a embasar o ato de Autorização para feitura da licitação pela autoridade Superior.

#### 1. Dados gerais do processo administrativo

O processo administrativo foi autuado sob o número nº 86/2024, no dia 01 de agosto de 2024, tendo objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.


Autoridade Ordenador da Despesa como órgão gerenciador para o processo é o Secretário Municipal de Administração Paulo Sérgio Nascimento Barros, conforme Portaria Municipal nº 001/2021.

#### 2. O desenvolvimento da fase interna

A fase interna é composta por uma sequência de atos administrativos praticados no âmbito do setor público. No intuito de auxiliar os órgãos do poder executivo na elaboração dos documentos necessários à correta instrução dos processos.

Instrui-se então que a fase interna deverá seguir a norma na seguinte ordem:

ANEXOS	DESCRIÇÃO	DATA
I	Abertura do processo administrativo;	01/08/2024
II	Autuação do processo administrativo;	01/08/2024
III	Aprovação do Termo de referência;	01/08/2024
IV	Despacho ao setor de compras para elaboração da pesquisa de preços;	01/08/2024
V	Despacho do setor de compras com a pesquisa em anexo;	08/08/2024
VI	Despacho de autorização de licitação;	08/08/2024
VII	Solicitação do parecer do jurídico;	12/08/2024
VIII	Minuta do edital;	-
IX	Parecer do jurídico;	14/08/2024
X	Solicitação do parecer do controle	14/08/2024
XI	Parecer do controle interno;	15/08/2024

A Solicitação de contratação partiu da Coordenadora do departamento de Compras a Secretaria Municipal de Administração, solicitando em seguida providências necessárias para 

abertura de processo de contratação.


Acatando a solicitação da secretaria, a coordenadora do setor de compras iniciou a elaboração do Termo de Referência e o procedimento de pesquisa e preços por meio eletrônico na pesquisa de mercado, onde cotou preços e chegou a uma média de valores. Se tratando que o referido Processo Administrativo é da modalidade Pregão Eletrônico. Posteriormente, o Ordenador de despesas despacha o processo para esta controladoria para emissão de parecer de conformidade.

### **3. Conclusão**

Considerando que o presente Parecer Técnico se propõe a subsidiar a Autorização para feita da Licitação pelo Ordenador da Despesa; e considerando não haver falhas de natureza material ou formal nos autos, a Controladoria opina pela continuidade do processo em epígrafe, encaminhando-o para a autoridade competente, o Sr. Paulo Sérgio Nascimento Barros, Secretário Municipal de Administração. Cabendo, no entanto, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

É a Manifestação.

BARÃO DE GRAJAÚ - MA, 15 de agosto de 2024,

  
**Dyuene Karolline de Sousa Nunes**  
Controladora Geral do Município  
Portaria Nº 39/2023 – GP



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.**

**Data e hora de abertura da sessão pública: 30/08/2024 às 09h**

Local: <https://licitanet.com.br/>, horário de Brasília/DF.

**Exclusiva ME/EPP**     Sim     Não

**Reserva de cota exclusiva ME/EPP**     Sim     Não

**Pedidos de esclarecimento e Impugnação** Até 27/08/2024

Os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para a plataforma do licitanet e para o endereço [cpl.baraodegrajau@gmail.com](mailto:cpl.baraodegrajau@gmail.com), conforme Lei nº 14.133/2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024**

**EDITAL**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**, por intermédio da **Comissão de Contratação**, através do Pregoeiro Oficial, que este subscreve, designado através de Portaria, torna público para conhecimento de todos que realizará no sistema *Licitanet*, às **09h do dia 30 de agosto de 2024**, Licitação na modalidade **PREGÃO**, em sua forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em regime de empreitada por preço unitário, de interesse da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, visando a contratação de empresa, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será regida pela **LEI 14.133/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e demais legislações aplicada à matéria, naquilo que não contrarie este Edital e pelas cláusulas e condições abaixo declinadas.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, designado Pregoeiro e Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "LICITANET", constante da página eletrônica do Licitanet, no endereço <https://licitanet.com.br/>.

Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

O licitante deverá observar rigorosamente os prazos limites (data e horário) para o recebimento de propostas, bem como de abertura e início da sessão de disputa de preços, informados no preâmbulo do presente Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**1. OBJETO**

1.1. Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, conforme as especificações descritas no **Anexo I deste Edital**.

1.2. O valor máximo estimado para a contratação deste objeto é de **R\$ 298.485,00 (duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais)**.

1.3. O presente objeto será proposto em rigorosa observância às especificações do **ANEXO I** deste Edital e as normas vigentes que a ele se aplicarem.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

2.1 Somente poderão participar deste Pregão empresas que atuam no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação.

2.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes da licitação deverão confirmar seu enquadramento e condição, através de Declaração registrada em campo específico do sistema *LICITANET*.

2.3 O pregoeiro poderá solicitar, via chat do sistema eletrônico *LICITANET*, documentação com o intuito de comprovar a compatibilidade do ramo de atividade exercido pela empresa com o objeto do Edital, caso não seja possível tal comprovação mediante consulta na Receita Federal.

2.4 Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadrar em uma ou mais das seguintes situações:

- a) autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) O impedimento de que trata o item c será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- h) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens b e c poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- i) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.4.1** Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

2.5 É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
  - b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- b.1)** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

**2.6** É vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

**2.7** As empresas que se encontrarem com a sanção de impedimento de licitar, aplicada por Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais terá proposta recusada, sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo para possível aplicação de penalidade.

### **3. DA CONDUÇÃO DO CERTAME**

**3.1** O certame será conduzido por servidor da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, designado Pregoeiro, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório, conduzir a sessão pública; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; coordenar a sessão pública e o envio de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica; receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

### **4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**4.1** A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, a comissão de contratação e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

**4.2** A sessão pública ocorrerá por meio do Sistema de Compras, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

**4.3** O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

**4.4** A perda da senha ou qualquer inviabilidade de seu uso e qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**4.5** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a este Município, promotor da Licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.6** Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, bem como acompanhar todos os atos pertinentes ao Pregão até o momento da homologação do certame.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

4.7 O Licitante deverá ainda preencher em campo próprio do sistema LICITANET as declarações pertinentes.

## **5 DA SESSÃO PÚBLICA**

5.1 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.2 Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.5 Nessa etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos relacionados ao julgamento das propostas.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA**

**6.1 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

6.2 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados após o encerramento da etapa de lance, conforme previsto neste edital (art. 63, II da Lei 14.133/2021).

6.3 O Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

a) A declaração falsa relativa a habilitação e proposta sujeitará o Licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.

6.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.5 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo dado durante a negociação.

## **7. CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

7.1 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real por todos os participantes.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**8. ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

8.2 Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

**8. INÍCIO DA FASE COMPETITIVA**

8.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva de lances que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2 Os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

8.3 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.4 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, **observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**9. INÍCIO DA FASE COMPETITIVA**

9.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva de lances que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.2 Os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

9.3 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.4 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, **observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**10 MODO DE DISPUTA**

10.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto** – onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

10.2 No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**10.3 O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 1 %.**

10.4 **No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.5 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o *subitem anterior*, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.6 Na hipótese de não haver novos lances na forma acima estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.7 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, mediante justificativa e, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço conforme os critérios objetivos definidos no edital.

**11 DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES**

11.1 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.2 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**12 OS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

12.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

12.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do dispositivo acima, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**13 DO JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

13.1 Para fins de julgamento de proposta, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas, ofertar **O MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas as exigências do Edital.

13.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

13.3 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.4 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação no edital, observado o seguinte:

13.4.1 Os critérios objetivos fixados para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e da prestação dos serviços, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

**13.4.2 O prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, dos documentos complementares.**

**13.4.3 Verificação da habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Edital e Termo de Referência.**

13.5 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro, via chat, poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do Licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**a) O não envio da proposta adequada ao valor final negociado ou dos documentos de habilitação, no prazo determinado pelo Pregoeiro, via chat, resultará na desclassificação da proposta ou na inabilitação do Licitante, ficando ainda passível a aplicação de penalidade.**

13.6 Não serão consideradas propostas com alternativas, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais Licitantes, devendo as proponentes observarem as especificações do Edital.

13.7 Informar o endereço, telefone, e-mail da empresa e assinatura do seu representante legal devidamente identificado e qualificado.

13.8 Quando solicitadas pelo Pregoeiro, as cópias autenticadas dos documentos de habilitação técnica deverão ser encaminhadas em até 08 dias úteis, contados a partir da data da declaração de vencedor, para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú - CNPJ.: 06.477.822/0001-44

**Sede da Prefeitura / Setor de Licitações – CPL**

Rua Seroa da Mota, 314, Centro, no Prédio da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú,  
Sala de Reuniões da CPL - CEP: 65.660-000

13.9 Será desclassificada a proposta que:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- a) Contenha ilegalidade ou vício insanável;
- b) Obedecida a ordem de classificação e após a negociação com o Pregoeiro, apresentar preço final superior ao valor estimado pela Administração.
- c) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado;
- d) Apresentarem proposta alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Que não atendam as condições previstas no Termo de Referência;
- f) Serão desclassificadas as propostas que não apresentarem documentos que comprovem, de forma inequívoca, o atendimento aos requisitos do presente instrumento.
- g) As licitantes que apresentarem meras declarações de atendimento às condições ora estipuladas também terão suas propostas desclassificadas.

13.10 Os erros, equívocos e omissões havidas nos lances serão de inteira responsabilidade do Licitante, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da prestação dos serviços do objeto da presente Licitação, sob pena de aplicação de sanção pela Administração, salvo motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

13.11 O Pregoeiro poderá realizar diligência no sentido de verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida, levando em consideração a competitividade e a melhor forma de promover a aquisição para o órgão.

13.12 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

## 10 A PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 A proposta de preços reajustada ao valor negociado deverá obedecer às seguintes condições: Ser redigida em linguagem clara, contendo a razão social, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fac-símile, e-mail, preferencialmente, assinada e/ou rubricada em todas as folhas pelo representante legal da empresa licitante e que os preços contidos na proposta, incluam todos os custos e despesas, tais como: impostos, frete, seguros e demais encargos necessários à execução do contrato.

- a) Valor unitário e total estimado para a prestação dos serviços.

10.2 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura das propostas.

## 15. DA HABILITAÇÃO

**15.1 Toda documentação de habilitação deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

15.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro e/ou membros da Equipe de Apoio verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consultas consolidada ao site

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

[https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/:](https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça, conforme determina o Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011,
- c) Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, Inidôneos - Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas do Portal da Transparência; e
- e) Consulta ao SICAF a fim de verificar se há Impedimento de Licitar no SICAF com base na Lei nº 14.133/2021.

**15.2** A existência de registro da licitante que impliquem em restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública acarretará exclusão automática da empresa do certame, mediante recusa de sua proposta.

**15.3** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**15.4** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**15.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviços similares, dentre outros.

**15.6** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**15.7** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**15.8** Declarações disponibilizadas no sistema LICITANET:

- I. Declaração expressa do responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações ou de contratar com nenhum órgão da Administração Pública Federal e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente;
- II. Declaração expressa do responsável pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (Lei nº 9.854/1999);
- III. Declaração de que a empresa licitante conhece e concorda com as condições estabelecidas no Edital e que atende aos requisitos de habilitação;
- IV. Declaração de elaboração independente de proposta;
- V. Declaração de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004. E, não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do art. 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e 105.

**15.9 As declarações de que tratam os incisos "I a V" são disponibilizadas pelo sistema LICITANET.**

**15.10 Habilitação Jurídica:** A documentação relativa à habilitação jurídica será a seguinte:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

f) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, e ainda:

f.1) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.2) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.3) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f.4) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- g) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- j) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

k) Cópias(s) da(s) cédulas(s) de identidade(s) dos sócio/proprietários;

**15.11 Regularidade Fiscal e Trabalhista:** A documentação comprobatória da regularidade fiscal será a seguinte:

- a) Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL** do domicílio ou sede da licitante.
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débito trabalhista - CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com alterações da Lei nº 12.440/2011;
- d) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e consulta quadro de Sócios, emitido nos últimos 30 (trinta) dias;
- f) Alvará de Localização e Funcionamento, referente à sede da licitante;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**15.12.1** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais (ou estaduais) relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal (Fazenda Estadual) do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**15.12.2** Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**15.13 Qualificação Técnica:** A qualificação técnica será feita a partir da comprovação dos seguintes documentos:

**15.13.1** Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o Licitante prestou serviços compatíveis com a proposta apresentada, em quantidade, característica e prazo, informando ainda que a prestação dos serviços foi satisfatória, sendo vedada a apresentação de atestados genéricos.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

15.13.2 O licitante disponibilizará caso seja solicitado todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram efetuados a prestação dos serviços.

15.14 **Qualificação Econômico-Financeira:** A documentação a ser apresentada consistirá de:

**15.14.1** Balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados, na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, termo de abertura e encerramento, bem como, notas explicativas vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, observando-se as seguintes condições:

a) quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, essa peça de escrituração contábil poderá ser atualizadas com base na variação ocorrida do IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas) ou de outro indicador que o venha substituir (devendo ser apresentado o respectivo memorial de cálculo);

b) A expressão na forma da lei será, objetivamente, suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados em uma das seguintes formas:

I - publicados em Diário Oficial; II - publicados em Jornal; ou

III - por cópia ou fotocópia registrada na Junta Comercial, ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da sede ou domicílio do licitante;

IV - por cópia ou fotocópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado pela Junta Comercial, ou pelo Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da sede ou domicílio do licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento (de acordo com a IN nº 65/97-DNRC).

c) A situação financeira da licitante será analisada através:

Índice de Liquidez Corrente superior a 1,00 –

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

Índice de Liquidez Geral superior a 1,00 –

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Índice de Solvência Geral superior a 1,00 –

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

c.1) As empresas que apresentarem índices contábeis iguais ou inferiores a 1 (um), deverão comprovar um capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação."

d) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB 1.420/2013, alterada pela IN RFB nº 1.594/2015, e 1.422/2013.

e) Qualquer dos documentos referidos na letra “a” deste item, somente serão considerados válidos na forma da lei se apresentados juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional do técnico responsável pela assinatura dos referidos documentos, expedidas pelo Conselho de Contabilidade da sede da licitante e declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

f) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

**15.1.1** Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no prazo de validade.

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**15.15** Outros documentos:

a) Certidão Simplificada e Específica expedida pela junta comercial, do exercício em curso.

**15.16** A verificação no SICAF ou nos sites dos órgãos expedidores de existência de restrição relativa à regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte não impede a sua habilitação conforme determina a Lei Complementar 123/2006 e alterações.

**15.17** A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz, exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado e devidamente comprovado.

**15.18** As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades insanáveis, serão inabilitadas.

**15.19** Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

**15.20** Consoante disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e na Lei nº. 11.488/2007, verificada a existência de restrição relativa à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que tenha apresentado melhor proposta, o Pregoeiro:

- a) emitirá mensagem declarando o licitante vencedor, fixando prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e

b) suspenderá a sessão eletrônica fixando data e hora para a reabertura.

15.21 O licitante poderá solicitar prorrogação do prazo fixado no **subitem 15.20.a**, por igual período, mediante mensagem enviada ao Pregoeiro, por meio do e-mail [cpl.baraodegrajau@gmail.com](mailto:cpl.baraodegrajau@gmail.com) ou através do *chat*.

15.22 A não-regularização da documentação nos termos acima implicará:

a) decadência do direito à contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021; e

b) exame, pelo Pregoeiro, quando da reabertura da sessão, das propostas ou lances subsequentes, obedecida a ordem de classificação.

## **16 A IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS**

### **16.1 Dos Esclarecimentos:**

**16.1.1** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [cpl.baraodegrajau@gmail.com](mailto:cpl.baraodegrajau@gmail.com), em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a realização do certame.

**16.1.2** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**16.1.3** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### **16.2 Das Impugnações:**

**16.2.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**16.2.2** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

**16.2.3** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**16.2.4** Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**16.2.5** A impugnação deverá vir acompanhada de documento que comprove os poderes do signatário de representar o Licitante (contrato social no caso de sócio, e procuração do contrato social nos demais casos).

**16.2.6** O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**16.2.7** Ocorrendo alterações no Edital que afetem a formulação das propostas, será publicado “Aviso” no Diário Oficial do Estado, bem como designada nova data para realização do certame.

**16.2.8** As alterações do Edital serão comunicadas a todos os licitantes através do link visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos do LICITANET, assim como pelo e-mail que constar da retirada do Edital.

**16.3 Dos Recursos: (Art. 165 da Lei 14.133/2021)**

**16.3.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**16.3.2** A falta de manifestação imediata do Licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência do direito de interpor recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar a autoridade superior para adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**16.3.3** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias.

**16.3.4** As demais Licitantes ficam desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis para a defesa dos seus interesses. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso

**16.3.5** O Pregoeiro verificará os pressupostos de admissibilidade da intenção de recurso.

**16.3.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.3.7** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**16.3.8** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**16.3.9** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.3.10** Não serão conhecidos os recursos cujas petições não sejam apresentadas tempestivamente.

**17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.1** Caberá ao pregoeiro encaminhar à autoridade superior o processo licitatório, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**17.2** A adjudicação e homologação em favor da Licitante vencedor será feita pelo Secretário Municipal de Administração do Município de Barão de Grajaú, após constatada a regularidade dos atos praticados e recebimento do processo concluído pela Comissão de Contratação.

**18 DA DESPESA**

**18.1** As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos orçamentários:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando for formalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13.

**19 DA CONTRATAÇÃO E REAJUSTE**

19.1 A contratação com a empresa vencedora far-se-á por Termo de Contrato, conforme Minuta de Contrato em anexo, considerando a proposta apresentada e disposições legais.

19.2 A licitante será convocada para assinar o Termo de Contrato no prazo de ~~05~~ (cinco) dias úteis, a contar da notificação, podendo o prazo ser prorrogado por uma única vez.

19.3 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

19.4 Quando o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato no prazo e condições estabelecidas, a Administração poderá convidar para assinar o Contrato os demais licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, e em igual prazo, desde que sejam mantidas todas as condições do Edital.

19.5 Respeitado o amplo direito de defesa, A extinção do contrato em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores, das seguintes formas:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

19.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**20 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

20.1 Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

20.2 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

20.3 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

## **21 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

21.1 A execução das atividades será acompanhada pela Equipe de Gestão do Contrato, especialmente designada para esse fim, a ser oportunamente indicada pela área gestora, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

21.2 A fiscalização deve observar o disciplinado no Contrato.

## **22 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

22.1 São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, além das constantes no Termo de Referência e contrato, afora outras que por Lei lhe couberem, as abaixo relacionadas:

I. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: transportes, fretes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que porventura existam ou venham a ser criadas e exigidas pela Administração Pública;

II. Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

III. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

## **23 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

23.1 São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade do CONTRATANTE, além das constantes no Termo de Referência e contrato, afora outras que por Lei lhe couberem, as abaixo relacionadas:

I - Receber o objeto de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

II - Comunicar eventuais falhas ocorridas na execução do objeto;

III - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no contrato;

IV - Designar um representante responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato (Equipe de Gestão do Contrato), sem prejuízo da total responsabilidade da Contratada perante o

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Contratante ou para com terceiros.

**24 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS, FATURAMENTO E PAGAMENTO**

24.1 O recebimento do objeto será em conformidade a Lei nº 14.133/2021 e de acordo com o estabelecido no **Termo de Referência** (anexo I do edital).

24.2 O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.

24.3 Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

24.4 O CONTRATANTE verificará a situação do fornecedor por meio de consulta "On Line" no SICAF, cujo resultado será impresso e anexado ao processo.

24.5 No caso de eventual atraso de pagamento desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios, à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de Juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

24.6 Se o inadimplemento for provocado pela CONTRATADA por não cumprir com as suas obrigações, o CONTRATANTE ficará isento de promover tal atualização monetária.

**25 DAS PENALIDADES**

25.1 A Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú poderá aplicar ao licitante ou contratado (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades constantes no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

25.2 A recusa injustificada da firma adjudicatária em receber o Contrato e/ou a Nota de Empenho no prazo estabelecido após a convocação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

25.3 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, sem efeito suspensivo, obedecendo-se aos prazos legais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

25.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas por juízo da Administração nas hipóteses de casos fortuito e/ou força maior, devidamente justificadas e comprovadas.

25.5 A Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú aplicará as penalidades previstas no Edital e seus anexos e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível.

25.6 Quando for aplicada multa, seu valor será descontado da fatura a que fizer jus a CONTRATADA. Não se verificando as hipóteses anteriores, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor correspondente mediante Guia de Recolhimento. Frustrada a cobrança, serão encaminhadas cópias do processo para inscrição da dívida junto ao Município.

25.7 A retenção do valor da multa poderá ser feita cautelarmente, quando se tratar de última parcela a ser faturada, ou quando do encerramento do processo administrativo de penalidade.

25.8 Durante a **FASE DA LICITAÇÃO E/OU EXECUÇÃO CONTRATUAL**, o licitante estará sujeito nos termos da Lei a penalidade de:

a) Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato, e demais cominações legais, quando for convocado no prazo de validade de sua proposta, e não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no Edital; apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

## **26. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

26.1. Após a publicação do resultado da licitação, as **licitantes vencedoras** e, se houver, as **empresas classificadas para formação do cadastro de reserva**, terão o prazo de **5 (cinco) dias úteis, independentemente de convocação**, para comparecerem perante a Comissão de Contratação (Órgão Gerenciador) para **assinar a Ata de Registro de Preços**.

26.1.1. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado em caso de interesse público a ser devidamente justificado pela Comissão de Contratação nos autos do processo para registro de preços.

26.1.2. Caso a convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços não seja emitida dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais **60 (sessenta)** dias antes de findo o prazo de validade.

26.2. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido no **item 26.1**, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital.

26.2.1. É facultado ao Pregoeiro reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes.

26.2.2. Na sessão de reabertura do Pregão, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com a proponente, obedecendo a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para que seja obtido preço melhor.

26.3. A Ata de Registro de Preços será firmada entre o Município de Barão de Grajaú, representado pela **Comissão de Contratação** (Órgão Gerenciador), e os licitantes vencedores, e, se houver, as empresas classificadas para formação do cadastro de reserva, para atendimento de demandas dos Órgãos Participantes.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

26.4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze)** meses, contados da data da sua publicação no Diário Oficial do Município.

26.5. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

## **27. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

27.1. Após a publicação da resenha da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial os órgãos públicos poderão utilizar o Sistema de Registro de Preços para contratação dos serviços registrados, observadas as normas editadas pela **Comissão de Contratação** (Órgão Gerenciador).

27.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame licitatório ("Carona"), mediante prévia consulta à **Comissão de Contratação** para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

27.3. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à **Comissão de Contratação**.

27.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta prestação de serviços não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

27.4.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

27.5. O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

27.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo à **Comissão de Contratação** (Órgão Gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

27.6.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

27.6.2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, respeitada a legislação relativa às licitações.

**28. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

28.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela **Comissão de Contratação** (órgão gerenciador), quando:

- a) descumprir as condições previstas no Edital deste Pregão a que se vincula o preço registrado;
- b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- c) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou assinar o Contrato Administrativo ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- e) houver razões de interesse público;
- f) forem aplicadas as sanções previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público, ou a pedido do fornecedor.

28.1.1. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

**29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

29.1 A Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, salvo as disposições legalmente previstas.

29.2 Simples omissões ou irregularidades sanáveis e irrelevantes, assim entendidas aquelas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, bem como de suas validades jurídicas, e que não causem prejuízo à Administração e aos Licitantes, poderão ser relevadas.

29.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do Pregão.

29.4 Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pelo Pregoeiro de acordo com a Legislação pertinente.

29.5 A Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões relativas a este Pregão e utilizar este meio como prova.

29.6 É facultada ao Pregoeiro e/ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas à esclarecer ou à complementar a instrução do processo.

29.7 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os interessados sem comprometimento da segurança jurídica do futuro Contrato.

29.8 Nesta data passa a constar o mesmo informativo deste Edital no Portal da Transparência, em "Transparência/Licitações".

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

29.9 É competente o foro do Juízo Estadual da Seção Judiciária da Cidade de Barão de Grajaú, no Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

29.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

29.11 Na hipótese do processo licitatório sofrer suspensão, os prazos de validade das propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que o referido processo estiver suspenso.

29.12 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste **PREGÃO**, independentemente de transcrição.

29.13. Integram o presente Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência

**ANEXO II** – Minuta da Ata de Registro de Preços

**ANEXO III** – Minuta do Contrato

Barão de Grajaú - MA, 14 de agosto de 2024.

Assinado de forma digital por  
EDELSON CARLOS VAZ DA  
SILVA:62034529391

Dados: 2024.08.14 10:01:18 -03'00'

EDELSON CARLOS VAZ DA SILVA

Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERENCIA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**1. OBJETO**

Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

**2. JUSTIFICATIVA**

A presente solicitação de abertura de licitação é necessária, pois, visa facilitar o conserto e garantir a funcionalidade dos equipamentos, uma vez que os ar condicionados são usados diretamente nas repartições públicas, Escolas, Hospital, os quais estão sempre necessitando de reparos, manutenção e troca de peças.

A prestação dos serviços será efetuada periodicamente nas quantidades e prazos estipulados pelo município, de acordo com a demanda.

**2.1 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

Não se aplica a realização de um estudo técnico preliminar ao caso concreto, considerando as características simplificadas da execução dos serviços a serem contratados, assim como seu baixo custo estimado.

**3. PLANILHA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25	R\$ 450,00	R\$ 11.250,00
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30	R\$ 500,00	R\$ 15.000,00
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30	R\$ 550,00	R\$ 16.500,00
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 180,00	R\$ 2.700,00
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15	R\$ 75,00	R\$ 1.125,00
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40	R\$ 12,00	R\$ 480,00
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40	R\$ 20,00	R\$ 800,00
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80	R\$ 25,00	R\$ 2.000,00
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80	R\$ 32,00	R\$ 2.560,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30	R\$ 300,00	R\$ 9.000,00
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15	R\$ 20,00	R\$ 300,00
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45	R\$ 120,00	R\$ 5.400,00
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6	R\$ 700,00	R\$ 4.200,00
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 700,00	R\$ 2.800,00
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4	R\$ 700,00	R\$ 2.800,00
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4	R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40	R\$ 80,00	R\$ 3.200,00
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15	R\$ 50,00	R\$ 750,00
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30	R\$ 20,00	R\$ 600,00
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00
76	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSOR	5	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00
77	PLACA UNIVERSAL	7	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
78	REPOSIÇÃO PROTETOR TÉRMICO	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00
valor total				R\$ 298.485,00

**4. EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- a) Prestar atendimento a Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, através de abertura de chamado para identificação e resolução do problema.
- b) O atendimento deverá acontecer por meio presencial, no prazo máximo de 2h após a solicitação.
- c) O atendimento se dará durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 9:00h (nove horas) até as 17:00h (dezesete horas). A manutenção corretiva mediante chamada avulsa, por unidade, dos equipamentos será realizada pela CONTRATADA em dias úteis, no horário compreendido entre 09 (nove) e às 18 (dezoito) horas, após solicitação do CONTRATANTE.
- d) Preferencialmente os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados no próprio local onde encontra-se instalado o equipamento;
- e) A CONTRATADA deverá transcrever em formulário específico (relatório de atendimento ou ordem de serviço), os dados dos equipamentos, n.º de tombamento, data da solicitação, o defeito apresentado, e outras observações que se fizerem necessárias, e disponibilizar acesso a um servidor da Prefeitura;
- f) O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 2 (duas) horas, contado a partir da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE, entendendo-se por início do atendimento, a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento; Entende-se como término do reparo do equipamento, a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde encontrava-se anteriormente instalado;
- g) No caso de transporte dos equipamentos para a realização dos serviços, a empresa contratada, se responsabilizará pela locomoção dos aparelhos, sem nenhum custo para a empresa contratante.
- h) para a troca de peças, a empresa contratada terá que apresentar a relação das peças, devendo ainda devolver as inservíveis para essa Secretaria;
- i) A periodicidade na prestação dos serviços será de acordo com a necessidade, nos termos da Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- j) A contratada deverá possuir responsável Técnico quando da prestação dos serviços, profissional de nível superior, reconhecido pelo CREA ou profissional de nível técnico em refrigeração com registro no CFT (conselho federal de técnicos), nos moldes da Lei 13.639/18, de março/18, criando o Conselho Federal de Técnicos Industriais e ofício Circular 002/18 - GABCFT, de outubro/18, Decreto 90.922/1985. E resolução nº 068/ de 24 de maio de 2019.

**5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Prestar os serviços nas quantidades, forma, prazo e local conforme as orientações estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- c) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
- d) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
- e) comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- f) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- g) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes da prestação dos serviços;
- h) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do local onde serão entregues os produtos;
- i) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- j) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias a prestação dos serviços dos materiais, como única e exclusiva empregadora;
- k) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- l) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- m) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) emitir cada Autorização de Serviço;
- b) acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
- c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a prestação dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- d) efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- e) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- g) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

**9. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

9.1. A Vigência será de 12 (doze) meses, com início a partir de sua publicação. O contrato terá validade até o final do exercício financeiro.

**10. DO PAGAMENTO:**

10.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Autorização de Serviço, da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos da Receita Federal, do Certificado de Regularidade do F. G. T. S., Certidões Estaduais, Certidões Municipais e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

10.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

10.4. A Secretaria Municipal Interessada, reserva-se o direito do não pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

**11. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

11.1 A Vigência será de 12 (doze) meses, com início a partir de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

## 12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

A licitação deverá utilizar como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, cabendo à Comissão de Contratação a escolha da modalidade e a definição dos demais aspectos inerentes à realização do procedimento licitatório.

## 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.2 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

1.3 A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao ~~responsável~~ pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.5 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## 14. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da prestação dos serviços será feita diretamente pela Contratante, através de servidor formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando o contrato em conformidade com este Edital e seus anexos.

A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, obrigando-se desde já a Contratada assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer ao Secretário, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

### **15. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

15.2 As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

### **16. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS**

16.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

16.2 Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

16.3 A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

16.4 Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

### **17. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

A licitante vencedora deverá assinar o contrato na sede do Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicada, durante o transcurso do prazo especificado acima, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

O Município deverá providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

O prazo para execução dos serviços é até o final do exercício financeiro, contado da data de assinatura do contrato, com validade e eficácia legal após a publicação do extrato do contrato.

### **18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando for formalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13.

### **19. DAS PENALIDADES.**

Atrasos injustificados ou a inexecução no todo ou em parte do objeto do contrato sujeitará a contratada às penalidades prescritas em lei.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**20. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.**

A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem expressa concordância da Contratante.

**21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**a)** O Município terá direito, a qualquer tempo, de rejeitar quaisquer serviços prestados, que de alguma forma, não estejam em estrita conformidade com os requisitos especificados, independentemente dos defeitos a serem apresentados após a entrega.

**b)** A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

**c)** Caberá à CONTRATADA, a indenização pecuniária dos danos morais ou materiais causados por seus empregados em bens patrimoniais da contratante, desde que comprovado dolo ou culpa, do empregado da CONTRATADA.

**c.1)** Desde que apurado o dano e caracterizada a autoria de qualquer empregado da CONTRATADA, o valor da indenização será descontado no ato do pagamento de fatura, o que fica desde já pactuado.

**d)** A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

**e)** As documentações deverão estar de acordo com a **LEI 1014.133/2021, LEI COMPLEMENTAR N°123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** e demais legislações aplicadas à matéria.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**, sediada na **Rua Seroa da Mota, 314, Centro, Barão de Grajaú-MA, cep. 65.660-000**, inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, ....., brasileira, inscrita no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2024**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa ....., CNPJ nº ...../XXXX-.... com sede na ....., nº ..... - ..... - ...../., neste ato representada pelo Sr. ....., brasileiro, ....., portador CPF nº ....., portador da Cédula de Identidade RG nº ..... expedida pela SSP/., e daqui por diante denominada simplesmente **EMPRESA REGISTRADA**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 86/2024, tudo com fulcro nas disposições das **LEI 14.13/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

**RESOLVE:**

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) \_\_\_\_\_, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, **PREÇO GLOBAL**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 14.133/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2024 – PMBG/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 37/2024.

**Parágrafo Segundo** - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, do Município de Barão de Grajaú.

**Parágrafo Segundo** – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços .

**CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Parágrafo Primeiro** – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços nos endereços contidos na Ordem de Serviço emitida pelo Órgão Contratante

**Parágrafo Segundo** – O prazo para o início de prestação dos serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Serviço” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o Termo de Referência - **Anexo I do Edital**.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**Parágrafo Segundo** - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**Parágrafo Primeiro** - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Parágrafo Segundo** - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**Parágrafo Terceiro** - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS**

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

**Parágrafo Primeiro** - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

**Parágrafo Segundo** - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

**Parágrafo Terceiro** - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

**Parágrafo Quarto** - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

- a) O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d) Sofrer sanção prevista na Lei nº 14.133/2021.
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

**Parágrafo Segundo** - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

**Parágrafo Terceiro** - No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

**Parágrafo Quarto** - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO**

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Parágrafo Primeiro** - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2024 – PMBG/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

**Parágrafo Terceiro** - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

**Parágrafo Quarto** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar 123/2006,.

**CLÁUSULA TREZE - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca da cidade de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

Barão de Grajaú, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Secretário Municipal

Nome  
EMPRESA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO ÚNICO**

**REF.:** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2024  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2024 - PMBG/MA  
PROCESSO N.º xxxxx37/2024  
VIGENCIA: 12 MESES

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº ...../2024, celebrada perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, tendo como partes o Município de Barão de Grajaú e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2024 – PMBG/MA.

**OBJETO:** Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

**QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.**

<b>EMPRESA:</b> .....	
CNPJ: .....	Telefone/Fax: .....
Endereço: .....	E-mail: .....

**QUADRO 2 – SERVIÇO REGISTRADO**

Nº	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	EMPRESA BENEFICIÁRIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL REGISTRADO</b>						



Fls. N° 143  
Proc. N° 86/2024 \_\_\_\_\_  
Rubrica [assinatura]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Barão de Grajaú – MA, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Secretário Municipal	Nome EMPRESA
----------------------	-----------------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024**

**ANEXO III**

**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA

Pelo presente instrumento, que entre si fazem, de um lado A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**, sediada na **xxxxxxxxxxx Barão de Grajaú – MA**, inscrita no CNPJ sob o nº **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal Interessada, ....., brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado, ....., doravante denominada **CONTRATADA**, sediada à....., CNPJ nº....., neste ato representada pelo Sr....., brasileiro, CPF nº....., residente e domiciliado nesta Cidade, têm entre si, ajustado o presente Contrato de prestação dos serviços, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho constante no Processo Administrativo nº 86/2024, da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 37/2024-SRP e seus anexos, e ainda da proposta adjudicada que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as parte às disposições constantes da **LEI 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e demais legislações aplicada à matéria, mediante às Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, em conformidade com o **Anexo I** do Edital, que passará a ser parte integrante deste instrumento, quando de sua assinatura.

**CLÁUSULA SEGUNDA: ORDEM DE PRIORIDADE**

Ocorrendo dúvida de interpretação entre as disposições dos documentos integrantes deste Contrato, prevalecerá a seguinte ordem de prioridade: 1º Contrato; 2º Edital; 3º Proposta Adjudicada e toda correspondência trocada entre as partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- a) Prestar atendimento a Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, através de abertura de chamado para identificação e resolução do problema.
- b) O atendimento deverá acontecer por meio presencial, no prazo máximo de 2h após a solicitação.
- c) O atendimento se dará durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 9:00h (nove horas) até as 17:00h (dezessete horas). A manutenção corretiva mediante chamada avulsa, por unidade, dos equipamentos será realizada pela CONTRATADA em dias úteis, no horário compreendido entre 09 (nove) e às 18 (dezoito) horas, após solicitação do CONTRATANTE.
- d) Preferencialmente os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados no próprio local onde encontra-se instalado o equipamento;
- e) A CONTRATADA deverá transcrever em formulário específico (relatório de atendimento ou ordem de serviço), os dados dos equipamentos, n.º de tombamento, data da solicitação, o defeito apresentado, e outras observações que se fizerem necessárias, e disponibilizar acesso a um servidor da Prefeitura;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- f) O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 2 (duas) horas, contado a partir da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE, entendendo-se por início do atendimento, a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento; Entende-se como término do reparo do equipamento, a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde encontrava-se anteriormente instalado;
- g) No caso de transporte dos equipamentos para a realização dos serviços, a empresa contratada, se responsabilizará pela locomoção dos aparelhos, sem nenhum custo para a empresa contratante;
- h) para a troca de peças, a empresa contratada terá que apresentar a relação das peças, devendo ainda devolver as inservíveis para essa Secretaria;
- i) A periodicidade na prestação dos serviços será de acordo com a necessidade, nos termos da Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- j) A contratada deverá possuir responsável Técnico quando da prestação dos serviços, profissional de nível superior, reconhecido pelo CREA ou profissional de nível técnico em refrigeração com registro no CFT (conselho federal de técnicos), nos moldes da Lei 13.639/18, de março/18, criando o Conselho Federal de Técnicos Industriais e ofício Circular 002/18 - GABCFT, de outubro/18, Decreto 90.922/1985. E resolução nº 068/ de 24 de maio de 2019;

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O valor global estimado do presente Contrato é de R\$ XXX para a prestação dos serviços, que serão pagos de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, na proporção do serviço realizado pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Autorização de Serviço, da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos da Receita Federal, do Certificado de Regularidade do F. G. T. S., Certidões Estaduais, Certidões Municipais e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo servidor designado, responsável pelo recebimento dos **objetos**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no caput desta cláusula, a CONTRATANTE se obriga a pagar multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido a empresa.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Ocorrendo o pagamento antes do prazo fixado no caput, a CONTRATANTE fará jus a desconto financeiro correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de antecipação, até o limite de 10% (dez por cento).

**PARÁGRAFO QUINTO** - A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, através de depósito na Conta Corrente da **CONTRATADA** sob nº....., Agência ....., do Banco .....

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA** - O presente CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - A despesa de que trata o objeto, mediante a emissão de nota de empenho por estimativa, está a cargo do elemento orçamentário:

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

- a) emitir cada Autorização de Serviço;
- b) acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
- c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a prestação dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- d) efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- e) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- g) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

**CLAUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) Prestar os serviços nas quantidades, forma, prazo e local conforme as orientações estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- c) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
- d) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
- e) comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- f) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- g) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes da prestação dos serviços;
- h) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do local onde serão entregues os produtos;
- i) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- j) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias a prestação dos serviços, como única e exclusiva empregadora;
- k) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- l) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando d a prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- m) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

**CLÁUSULA NONA - DAS COMUNICAÇÕES**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO**

A **CONTRATANTE** fará publicar o resumo do presente Contrato no Diário Oficial do Município, após sua assinatura, obedecendo o prazo previsto na Lei n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1 Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

11.2 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

11.3 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021

2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do **CONTRATANTE**;

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.2 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

1.3 A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.5 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA BASE LEGAL**

Na interpretação deste Contrato e casos omissos será aplicada a Lei nº 14.133/2021, a doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** será responsabilizada nos âmbitos administrativo e civil pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, quando comprovadamente praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, na forma ali prevista.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Constituem atos lesivos à Administração Pública:

- a) Fraudar o presente contrato;
- b) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no edital da licitação ou no próprio instrumento contratual;
- c) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Este contrato possui vínculo editalício por estar enquadrado no processo licitatório, Pregão Eletrônico nº 37/2024.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

17.1. O presente Contrato rege-se pelas seguintes normas:

- a) Constituição Federal de 1988;
- b) Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006 e alterações;
- d) Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2024e seus anexos;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

e) Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria, doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais do Direito.

17.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

17.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Barão de Grajaú - MA,            de            de 2024.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF N°

\_\_\_\_\_  
CPF N°

**Mendes: comparar conduta de Moraes à Lava Jato é irresponsabilidade**

PÁGINA 4

**Seleções paralímpicas iniciam treinos na França de olho em Paris**

PÁGINA 6

## POLÍTICA:

# Assembleia Legislativa reativa Frente Parlamentar em Defesa da Baixada Maranhense

A Assembleia Legislativa do Maranhão reinstalou, nesta terça-feira (13), a Frente Parlamentar em Defesa da Baixada Maranhense, que tem como objetivo tratar sobre assuntos relevantes para a população da região, nas mais diversas áreas. Durante o ato de instalação, foram eleitos o presidente do colegiado, deputado Jota Pinto (Podemos); o vice-presidente, deputado Cláudio Cunha (PL); e o relator, deputado Júlio Mendonça (PCdoB). Pag. 3



**Queda de 1% do varejo em junho interrompe cinco meses de alta**

PÁGINA 5

**Cerca de 215 mil pessoas devem trabalhar na aplicação do CNU**

PÁGINA 7

**Cemulher/TJMA promove campanha "Agosto Lilás" na Comarca de Barreirinhas**

PÁGINA 4



**OPERAÇÃO SHAMAR: EM MENOS DE 24 HORAS, CINCO HOMENS SÃO PRESOS PELO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO**

PÁGINA 8

**SES e Ministério da Saúde dialogam sobre otimização do diagnóstico da tuberculose no Maranhão**

PÁGINA 2

# Cerca de 215 mil pessoas devem trabalhar na aplicação do CNU

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) contará com cerca de 215 mil colaboradores que estarão envolvidos na segurança e logística para aplicação do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), no próximo domingo (18), em 3.647 locais de provas de 228 cidades de todos os estados e do Distrito Federal.

O número de profissionais representa cerca de 10% dos 2,11 milhões de inscritos no certame. São aplicadores, fiscais de prova, gestores e uma rede de servidores de órgãos de segurança federais, estaduais e municipais.

A rede de segurança criada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) criou uma rede formada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Força Nacional (FN), além de secretarias de segurança pública estaduais, com efetivos de policiais militares, civis e bombeiros militares.

Nesta quarta-feira (14), em apoio ao Ministério da Gestão, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, autorizou o uso da Força Nacional de Segurança Pública em Roraima, Rio Grande do Sul e Mato Grosso durante o concurso.

De acordo com portarias publicadas no Diário Oficial da União, as equipes da Força Nacional permanecerão nos estados de sexta (16) a segunda-feira (19).

Antes do adiamento das provas do concurso, em maio, devido às chuvas no Rio Grande do Sul, o auxílio da Força Nacional estava assegurado também para o Amazonas, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso do Sul e Maranhão, totalizando oito estados com o reforço na segurança até o momento.

Em resposta à Agência Brasil, o Ministério da Justiça afirmou que as tratativas para autorizações para emprego da Força Nacional nos estados estão em andamento com os governos locais.

Desde a última terça-feira (13), uma força-tarefa da Advocacia-Geral da União (AGU) também tem trabalhado em regime de plantão judicial para dar segurança jurídica à realização do CPNU. E 124 membros da AGU trabalharão de forma estratégica em eventuais

ações judiciais para não causar instabilidades no processo seletivo, sobretudo, no domingo. O plantão judicial será mantido até 23 de agosto, diz portaria publicada no Diário Oficial da União.

Colaboradores A logística do processo seletivo conta com a experiência de 25 anos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que inspirou este concurso.

Em todo o país, serão 4.146 coordenações de aplicação de provas. Cada uma das coordenações engloba cerca de 517 participantes do concurso.

O Ministério da Gestão explica que, para atender a demanda de candidatos, foi necessária a contratação de um quantitativo de colaboradores para todo o ciclo, que envolve desde o planejamento, segurança e operacionalidade até a logística reversa para retorno dos cartões de resposta dos candidatos de todos os estados até a sede da banca examinadora responsável pelo concurso público, a Fundação Cesgranrio, no Rio de Janeiro, onde serão corrigidas as questões.

Os trabalhadores que irão compor a equipe de aplicação das provas passaram por treinamento e qualificação profissional.

Segurança Nesta primeira edição do chamado Enem dos Concursos, serão adotadas medidas de reforço na segurança que vão valer durante a aplicação da prova visando coibir a atuação de criminosos.

Todos os locais de aplicação contarão com vigilância e rondas para garantir a segurança. O MGI planeja instalar - em pontos indicados pela Polícia Federal - detectores de metal para identificar pontos eletrônicos, principalmente, próximos aos banheiros dos locais das provas. O objetivo é impedir o uso fraudulento da tecnologia para contato externo e repasse ilegal de respostas das questões do concurso.

A organização prevê que os candidatos não poderão levar os cadernos de provas quando elas terminarem, nem fazer anotações do gabarito no cartão de confirmação. O objetivo é evitar o repasse das respostas a

outros candidatos, ainda dentro de salas de aplicação do concurso, por meio do uso clandestino e ilegal de ponto eletrônico.

Porém, o MGI permitirá a entrega de uma folha de rascunho aos candidatos que ficarem até os 30 minutos finais de cada um dos dois turnos das provas no domingo para que eles anatem respostas marcadas no gabarito oficial. A folha entregue pela manhã com as anotações das respostas da prova do primeiro turno não poderá ser levadas para dentro da sala no período da tarde. Este papel ficará no envelope fornecido pelos fiscais de sala do concurso para guardar objetos pessoais como telefones e chaves.

Pela manhã, os portões dos locais de prova estarão abertos das 7h30 às 8h30 (horário de Brasília) de domingo. Ao entrar na sala da prova, o candidato deverá portar apenas o cartão de confirmação, um documento de identidade com foto, caneta preta de material transparente. Além disso, poderá levar água em garrafa transparente e alimentação em embalagens fechadas.

Antes da aplicação das provas objetivas e dissertativas, nos dois turnos do domingo, todos os candidatos serão orientados pelos fiscais de sala para que desliguem e guardem dentro de um envelope lacrado os equipamentos com qualquer componente eletrônico, como celulares, chaves com alarme, calculadoras e relógios.

Também estão proibidos os portes de relógios de qualquer natureza, pendrives, MP3 player, fones de ouvido, agendas eletrônicas, gravadores, microcomputadores portáteis e outros, sob pena de eliminação do candidato.

Por recomendação da Polícia Federal, outra medida de segurança adotada no momento em que todos estiverem nas salas será a coleta de digitais dos candidatos e exame grafológico, quando o candidato terá que reescrever uma frase impressa no próprio cartão-resposta.

Correios Os Correios são os responsáveis pela operação logística da entrega dos 18,7 mil malotes de mais de 2,11 milhões de cadernos de provas até os pontos de aplicação do exame, em 228 cidades em todo Brasil, até a data de realização da prova,

em 18 de agosto.

Ao todo, as 1.442 rotas de distribuição foram mapeadas e serão usadas para levar as provas aos 3.647 locais de aplicação aos candidatos.

No último dia 3 de agosto, os mais de 18,7 mil malotes contendo as provas do concurso unificado começam a ser distribuídos pelos Correios. O material deixou o local (não divulgado por questões de segurança) onde estava armazenado desde o adiamento da prova, em maio deste ano.

A estatal também irá fazer a logística reversa dos cartões de resposta das unidades nos estados para o local de correção definido pelo Ministério da Gestão.

Os trajetos contarão com a segurança de todos os órgãos que apoiam a execução do CPNU, como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), secretarias estaduais de Segurança e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Depois das provas

O Ministério da Gestão agendou para 21 de novembro a divulgação dos resultados finais dos participantes do concurso unificado. Os 6.640 aprovados para as vagas de níveis médio e superior serão convocados em janeiro de 2025 para tomar posse e, para cargos específicos, para ingressar nos cursos de formação.

Um a um, os candidatos aprovados terão verificados - por agentes da Polícia Federal - tanto o exame grafológico quanto as digitais coletadas em 18 de agosto. Os policiais irão conferir se aquele candidato que fez a prova é o mesmo que se inscreveu no certame, em janeiro.

Um acordo com o Ministério da Educação possibilitará a confirmação da veracidade e da validade de diplomas de graduação e demais documentos educacionais apresentados pelos aprovados no concurso, no momento da prova de títulos e da efetiva posse da vaga em um dos 21 órgãos federais participantes do processo seletivo unificado.

Os envolvidos em tentativa de golpe em um concurso público podem responder pelo crime de fraude em certames de interesse público, previsto do Código Penal Brasileiro, com pena de um a quatro anos de prisão.

## AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2024-SRP - OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA. ABERTURA: Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 15/08/2024, Data para abertura de propostas e início dos lances a partir das 09:00 horas do dia 30/08/2024, horário de Brasília/DF, local https://licitanet.com.br/. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. OBTENÇÃO E CONSULTA DE EDITAL: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no Prédio da Comissão de Licitação de Barão de Grajaú, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 às 12:00h. O Edital poderá ser consultado gratuitamente no portal da transparência, ou no site do Licitanet, os esclarecimentos poderão ser realizados através do email: cpl.baraoegrajau@gmail.com. Barão de Grajaú-MA, 14 de agosto de 2024. EDELSON CARLOS VAZ DA SILVA - Agente de Contratação.

## AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 31/2024-SRP - OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de veículo para a Guarda Municipal, para atender as necessidades do município de São Vicente Ferrer/MA. ABERTURA: Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 16/08/2024, Data para abertura de propostas e início dos lances a partir das 08:00 horas do dia 28/08/2024, horário de Brasília/DF, local https://licitanet.com.br/. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. OBTENÇÃO E CONSULTA DE EDITAL: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no Prédio da Comissão de Licitação de São Vicente, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 às 12:00h. O Edital poderá ser consultado gratuitamente no portal da transparência, ou no site do Licitanet, os esclarecimentos poderão ser realizados através do email: cplsvfma@gmail.com. SÃO VICENTE FERRER-MA, 14 de agosto de 2024. REGINALDO MELÔNIO - Pregociro/Agente de Contratação

EVELYN BIGICO AIMI, CPF nº 705.278.821-78, torna público que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA/MA, a AUTORIZAÇÃO PARA QUEIMA CONTROLADA - AQC, conforme e-processo nº 024073/2024, com objetivo de queima de resíduos não aproveitáveis de exploração florestal.

JUVENAL GOUBERT LESSA OLIVEIRA, CPF nº 007.538.304-77, torna público que requereu à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA/MA, a LICENÇA ÚNICA AMBIENTAL DE REGULARIZAÇÃO - LUAR, conforme e-processo nº 049273/2024, na FAZENDA NOVA, localizada na Zona Rural, município de Parnarama, para atividades AGROSILVIPASTORIS.

## PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE EXTRAÇÃO MINERAL MUNICIPAL - LEM.

A empreendimento SANTA FÉ PRODUTOS CERAMICOS EIRELI, CNPJ: 10.365.970/0001-44 tornou público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMAM as renovações de Licenças de Extração Mineral Municipal 806.001/2018 - nº 014/2012 e 806.002/2018 - nº 013/2012, requerida para as atividades de FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO. EXCETO AZULEJOS E PISOS, localizada na Rod. BR 222, S/N, KM 18.5, CEP: 65.485-000 - Itapecuru Mirim/MA.

INOVA BIOENERGIA LTDA, CNPJ Nº 50.873.221/0001-42, torna público que RECEBEU, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a Outorga de Direito de Uso do Poço Tubular (ODU nº 011108/2024), coordenadas 03°19'46,69"S e 42°51'45,93"W, no município de Santa Quitéria do Maranhão/MA, para fins de captação de água para consumo humano e uso diversos, conforme dados constantes no e-processo Nº 134062/2024.

PONTUAL BIOENERGIA LTDA, CNPJ Nº 36.680.391/0001-80, torna público que RECEBEU, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a Outorga de Direito de Uso do Poço Tubular (ODU nº 0225208/2024), coordenadas 03°19'42,60"S e 42°51'43,50"W, no município de Santa Quitéria do Maranhão/MA, para fins de captação de água para consumo humano e uso diversos, conforme dados constantes no e-processo Nº 137302/2024.

## AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2024-SRP - OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA. ABERTURA: Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 15/08/2024, Data para abertura de propostas e início dos lances a partir das 09:00 horas do dia 30/08/2024, horário de Brasília/DF, local <https://licitanet.com.br/>. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. OBTENÇÃO E CONSULTA DE EDITAL: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no Prédio da Comissão de Licitação de Barão de Grajaú, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 às 12:00h. O Edital poderá ser consultado gratuitamente no portal da transparência, ou no site do Licitanet, os esclarecimentos poderão ser realizados através do email: [cpl.baraodegrajau@gmail.com](mailto:cpl.baraodegrajau@gmail.com). Barão de Grajaú -MA, 14 de agosto de 2024. EDELSON CARLOS VAZ DA SILVA – Agente de Contratação.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, sediada na Rua Seroa da Mota, 314, Centro, Barão de Grajaú-MA, cep. 65.660-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.477.822/0001-44, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Paulo Sérgio Nascimento Barros, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 408.205.563-00, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO nº 31/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa M. M. FEITOSA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 03.012.347/0001-42, com sede na Avenida da Integração, Nº 996, Sambaíba Velha, Floriano-PI, neste ato representada pela Sra. MARLENE MARIA FEITOSA, brasileira, portadora CPF nº 042.018.978-50, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.260.148-x expedida pela SSP/SP, e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 76/2024, tudo com fulcro nas disposições das LEI 14.13/2021, e, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

## RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) M. M. FEITOSA LTDA - EPP, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, PREÇO POR LOTE, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na LEI 14.133/2021, e, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada no fornecimento de pneus, câmaras, protetores e prestação de serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024 – PMBG/MA, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 76/2024.

**Parágrafo Segundo** - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no ANEXO ÚNICO deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de XX meses, contados a partir de sua assinatura.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Parágrafo Primeiro** - O gerenciamento deste instrumento caberá à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, do Município de Barão de Grajaú.

**Parágrafo Segundo** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no ANEXO ÚNICO da Ata de Registro de Preços.

## CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA

**Parágrafo Primeiro** - A Contratada fica obrigada a fornecer os produtos nos endereços contidos na Ordem de Fornecimento emitida pelo Órgão Contratante

**Parágrafo Segundo** - O prazo para o início de prestação dos serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" ou "Nota de Empenho", de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do Edital.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**Parágrafo Segundo** - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

## CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



# MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA

Proposta Inicial

Nº 37/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 86/2024



FOLHA: 153

PROC.: 86/2024

RUBRICA: [Signature]

## LOTE 1

Fornecedor - 34.628.211/0001-95 - JACKSON RIBEIRO DA SILVA - ME/EPP Data: 29/08/2024 18:45 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	RS Valor Unitário	RS Valor Total
1	1.0000	GLOBAL	MANUTENÇÃO AR	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	R\$ 298.485,00
<b>Total: R\$ 298.485,00</b>							

Fornecedor - 35.980.302/0001-58 - A3 SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 04/09/2024 08:27 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	RS Valor Unitário	RS Valor Total
1	1.0000	GLOBAL	MANUTENÇÃO AR	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	R\$ 298.485,00
<b>Total: R\$ 298.485,00</b>							

Fornecedor - 05.356.362/0001-33 - MARANATA SERVICOS E MANUTENCAO LTDA - ME/EPP Data: 04/09/2024 16:07 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	RS Valor Unitário	RS Valor Total
1	1.0000	GLOBAL	MANUTENÇÃO AR	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	R\$ 298.485,00
<b>Total: R\$ 298.485,00</b>							

Fornecedor - 18.778.321/0001-87 - JOSE DE RIBAMAR CORREA JUNIOR98825275315 - ME/EPP Data: 05/09/2024 09:46 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	RS Valor Unitário	RS Valor Total
1	1.0000	GLOBAL	MANUTENÇÃO AR	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	R\$ 298.485,00
<b>Total: R\$ 298.485,00</b>							

Fornecedor - 19.104.617/0001-85 - CARDOSO E AGUIAR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME/EPP Data: 05/09/2024 16:08 - Situação: Classificada



FOLHA: 154  
 PROC.: 86/2024  
 RUBRICADA

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	RS Valor Unitário	RS Valor Total
1	1.0000	GLOBAL	MANUTENÇÃO AR	SERVICO	SERVICO	R\$ 298.485,00	R\$ 298.485,00
<b>Total:</b>							R\$ 298.485,00

Fornecedor - 32.353.158/0001-31 - J P L SANTOS LTDA - ME/EPP Data: 05/09/2024 23:08 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	RS Valor Unitário	RS Valor Total
1	1.0000	GLOBAL	MANUTENÇÃO AR	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	R\$ 298.485,00
<b>Total:</b>							R\$ 298.485,00

Fornecedor - 12.508.451/0001-13 - J S COMERCIO LTDA - ME/EPP Data: 01/09/2024 17:42 - Situação: Classificada

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Modelo	RS Valor Unitário	RS Valor Total
1	1.0000	GLOBAL	MANUTENÇÃO AR	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 440.538,00	R\$ 440.538,00
<b>Total:</b>							R\$ 440.538,00



MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 86/2024

FOLHA: 133  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]  
LICITANET  
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS S.A.

PROPOSTA FINAL PROCESSO

Fornecedor: JACKSON RIBEIRO DA SILVA CNPJ: 34.628.211/0001-95

Representante: JACKSON RIBEIRO DA SILVA

Telefone: (89) 9411-6358

E-mail: pbarbosabarro@outlook.com

Endereço: TRAVESSA SOL, 190 - CENTRO, Barão de Grajaú - Maranhão - 65660-000

Lote	Quant. Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R\$	Total R\$
1	1,00	GLOBAL MANUTENÇÃO AR	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 223.863,75	R\$ 223.863,75
						<b>Total R\$ 223.863,75</b>

Validade da proposta: Conforme estipulado no Edital.

Condições de entrega do produto ou execução dos serviços: Conforme estipulado no Edital.

Garantia legal: Conforme especificação do Edital.



# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

## Empresário(a)

**Nome Civil**  
JACKSON RIBEIRO DA SILVA

**CPF**  
892.667.733-87

**CNPJ**  
34.628.211/0001-95

**Data de Abertura**  
22/08/2019

**Nome Empresarial**  
JACKSON RIBEIRO DA SILVA 89266773387

**Capital Social**  
15.000,00

**Situação Cadastral Vigente**  
ATIVA

**Data da Situação Cadastral**  
22/08/2019

## Endereço Comercial

<b>CEP</b> 65660-000	<b>Logradouro</b> TRAVESSA SOL	<b>Número</b> 190
<b>Bairro</b> CENTRO	<b>Município</b> BARAO DE GRAJAU	<b>UF</b> MA

**Situação Atual**  
Enquadrado na condição de MEI

**Períodos de Enquadramento como MEI**

Período	Início	Fim
1º período	22/08/2019	-

## Atividades

**Forma de Atuação**  
Estabelecimento fixo

**Ocupação Principal**  
Instalador(a) e reparador(a) de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, independente

**Atividade Principal (CNAE)**  
4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

**Ocupações Secundárias**  
Reparador(a) de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, independente

**Atividades Secundárias (CNAE)**  
3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente

**Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento**

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.\*

\* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**INTRUMENTO DE ALTERAÇÃO EMPRESARIO INDIVIDUAL  
JACKSON RIBEIRO DA SILVA**

Pelo instrumento particular de Alteração, **JACKSON RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 27/08/1981, natural de Floriano - PI, CPF nº 892.667.733 - 87 e RG: 389052163 SSP - SP, residente e domiciliada na Travessa Sol, nº 190, Bairro Centro Barão de Grajau - MA CEP: 65.660-000. Empresário Individual: **JACKSON RIBEIRO DA SILVA 89266773387**, com sede social na cidade de Barão de Grajau - MA, na Travessa Sol, nº 190, Bairro Centro CEP: 65.661-000, inscrito na Junta Comercial do Estado do Maranhão, sob o NIRE **21802456712** de 22/08/2019 e no CNPJ sob nº **34.628.211/0001 - 95**, resolve alterar uma Empresa Individual, mediante as seguintes cláusulas.

**CLAUSULA I** - A empresa individual passa a ter como nome Empresarial: **JACKSON RIBEIRO DA SILVA**.

**CLAUSULA II - Capital**

Fica Alteração o capital da empresa de R\$ 15.000,00 para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma cuja a diferença integraliza em moeda corrente do país neste ato.

**CLAUSULA III** - A empresa individual passa a ter como objetivo social: CNAE N°. 4322-3/02 - **INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO**; CNAE N°. 3313-9/99 - **MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (CONTROLE DE ENERGIA)**; CNAE N°. 4321-5/00 - **INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA**; CNAE N°. 4322-3/01 - **INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS**; CNAE N°. 4742-3/00 - **COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO**; CNAE N°. 4753-9/00 - **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO**; CNAE N°. 4757-1/00 - **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO**; CNAE N°. 9521-5/00 - **REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO**.

**CLAUSULA IV** - A Empresa individual alterar o nome fantasia para: **JR AR-CONDICIONADO**.

Para tanto, firma em ato contínuo, Contrato do empresário individual.

**CLÁUSULA I - NOME EMPRESARIAL**

O empresário individual adotara como nome empresarial: **JACKSON RIBEIRO DA SILVA**.

**CLÁUSULA II - EXPRESSÃO DE FANTASIA**

O empresário individual tem como expressão de fantasia o nome de: **JR AR-CONDICIONADO**.

**CLÁUSULA III - SEDE**

O empresário individual tem sua sede social na cidade de Barão de Grajau - MA, na Travessa Sol, nº 190, Bairro Centro CEP: 65.660-000.

**INTRUMENTO DE ALTERAÇÃO EMPRESARIO INDIVIDUAL  
JACKSON RIBEIRO DA SILVA**

**CLÁUSULA IV – OBJETIVO SOCIAL**

O empresário individual tem como objetivo social: CNAE N°. 4322-3/02 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; CNAE N°. 3313-9/99 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (CONTROLE DE ENERGIA); CNAE N°. 4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; CNAE N°. 4322-3/01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; CNAE N°. 4742-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO; CNAE N°. 4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO; CNAE N°. 4757-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO; CNAE N°. 9521-5/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO.

**CLÁUSULA V – DURAÇÃO E INICIO DAS ATIVIDADES**

O empresário individual iniciou suas atividades em 22/08/2019 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA VI – CAPITAL SOCIAL**

O capital será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em moeda corrente do País.

**CLÁUSULA VII – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

**CLÁUSULA VIII - PORTE EMPRESARIAL**

Declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, o enquadramento da empresa como Microempresa, onde a receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. Em atendimento ao disposto na Lei Complementar no 123/2006.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obriga-se a cumprir o presente contrato, assinando-o em um exemplar destinado ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Barão de Grajau - MA, 30 de janeiro de 2024

**JACKSON RIBEIRO DA SILVA**  
Empresário



## ASSINATURA ELETRÔNICA


Certificamos que o ato da empresa JACKSON RIBEIRO DA SILVA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
89266773387	JACKSON RIBEIRO DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/02/2024 09:21 SOB N° 20240143647.  
PROTOCOLO: 240143647 DE 31/01/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12401472844. CNPJ DA SEDE: 34628211000195.  
NIRE: 21802456712. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/01/2024.  
JACKSON RIBEIRO DA SILVA

**JUCEMA**

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)

FOLHA: 162  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: 

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



PI

Nome: JACKSON RIBEIRO DA SILVA

DOC. REFERENCIAL/CPL. EMISSOR: 38905214 SSP SP

CITY: 892 667.733-87 DATA NASCIMENTO: 28/07/1981

PLACAS: JOSE ARLINDO FRANCISCO DA SILVA ROSALINA RIBEIRO DA SILVA

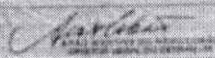
PERMISSÃO:  APC:  CATEGORIA: D

APROVEDOR: 05216737978 VIGÊNCIA: 08/09/2024 EXPIRAÇÃO: 31/05/2011

OBSERVAÇÕES

JACKSON R DA SILVA  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: FLORIANO, PI DATA DE EMISSÃO: 12/11/2013

  
ASSINATURA DO EMISSOR

PIAUI

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1923345930

PROVIDO PLÁSTICAS 1923345930



FOLHA: 162  
PROC.: 861/2024  
RUBRICA: [assinatura]



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JACKSON RIBEIRO DA SILVA**  
**CNPJ: 34.628.211/0001-95**

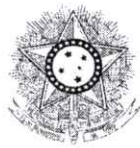
Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:22:51 do dia 01/02/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 30/07/2024.

Código de controle da certidão: **B641.316C.5747.A8DE**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

FOLHA: 163  
PROC.: 06/2024  
RUBRICA: 6

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JACKSON RIBEIRO DA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 34.628.211/0001-95

Certidão nº: 50225441/2024

Expedição: 18/07/2024, às 10:52:50

Validade: 14/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JACKSON RIBEIRO DA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **34.628.211/0001-95**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir

FOLHA: 164

PROC.: 86/2024

RUBRICA: 8



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 34.628.211/0001-95  
**Razão Social:** JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
**Endereço:** TV SOL 190 / CENTRO / BARAO DE GRAJAU / MA / 65660-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 24/08/2024 a 22/09/2024

**Certificação Número:** 2024082404445378043857

Informação obtida em 09/09/2024 11:21:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU

CNPJ: 06.477.822/0001-44

R. SERGI DA MOTA, 314, CENTRO

BARÃO DE GRAJAU-MA, CEP: 65.860-000

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FOLHA: 265

PROC.: 2024/00000000000

RUBRICA: [assinatura]

# ALVARÁ

## ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

EMISSÃO:  
**05/02/2024**

NÚMERO:  
**00439/2024**

VALIDADE:  
**31/12/2024**

CNPJ	INS. MUNICIPAL:	RAZÃO SOCIAL
34.628.211/0001-95		JACKSON RIBEIRO DA SILVA 88266773387
ENDEREÇO		
TV SOL. 5N, CENTRO, BARÃO DE GRAJAU-MA		
NATUREZA JURÍDICA		
213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)		
CNAE - ATIVIDADE PRINCIPAL		
49.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração		
CNAES SECUNDÁRIAS		
32.13-0-99 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENT		
OBSERVAÇÕES:		
POR OBEDECER A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE E TER PAGO A TAXA CORRESPONDENTE, ESTE CONTRIBUINTE, ESTÁ AUTORIZADO A REALIZAR NO ENDEREÇO ACIMA, A OBRA ABAIXO ESPECIFICADA.		

**AVISO:**

- O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER FIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA E DEVERÁ SER RENOVADO ANUALMENTE

BARÃO DE GRAJAU-MA.

EMITIDA VIA INTERNET EM 05/02/24, AS 10:02:10

A AUTENTICIDADE DESTA ALVARÁ PODERÁ SER CONFIRMADA PELA INTERNET NO PORTAL DO MUNICÍPIO

[portal.grajau.ma.gov.br](http://portal.grajau.ma.gov.br)

CÓDIGO VERIFICADOR: 35080-50447-452B5-5396D

FOLHA: 166  
PROC.: 361/2024  
RUBRICA: 70



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.628.211/0001-95 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/08/2019
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL JACKSON RIBEIRO DA SILVA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) JR AR-CONDICIONADO	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO TV SOL	NÚMERO 190	COMPLEMENTO *****
----------------------	---------------	----------------------

CEP 65.660-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BARAO DE GRAJAU	UF MA
-------------------	---------------------------	------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ROBSONCSILVA2012@GMAIL.COM	TELEFONE (89) 9411-6358
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/08/2019
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/09/2024 às 11:15:19 (data e hora de Brasília).

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**

34.628.211/0001-95

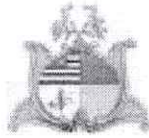
**NOME EMPRESARIAL:**

JACKSON RIBEIRO DA SILVA

**CAPITAL SOCIAL:**

R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ



FOLHA: 168  
PROC.: 30/2024  
RUBRICA: 28

## GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 355369/24

Data da

09/09/2024 11:17:59

Inscrição Estadual: 126998787

CPF/CNPJ: 34628211000195

Razão Social: JACKSON RIBEIRO DA SILVA

Endereço: TRV SOL, 190 CEP: 65660000 - CENTRO

Telefone: (89)94116358

Município: BARAO DE GRAJAU

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

**Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 08/12/2024.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

Data Impressão: 09/09/2024 11:17:59



FOLHA: 169  
PROC.: 06/2024  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA**

**Nº Certidão:** 074395/24

**Data da**

09/09/2024 11:19:11

**Inscrição Estadual:** 126998787

**CPF/CNPJ:** 34628211000195

**Razão Social:** JACKSON RIBEIRO DA SILVA

**Endereço:** TRV SOL, 190 CEP: 65660000 - CENTRO

**Telefone:** (89)94116358

**Município:** BARAO DE GRAJAU

**UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

**Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 08/12/2024.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:  
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 09/09/2024 11:19:11





PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAO DE GRAJAU

CNPJ: 06.477.822/0001-44  
R SEROA DA MOTA, 314, CENTRO  
BARAO DE GRAJAU-MA, CEP: 65.660-000

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FOLHA: 170  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA:

# CERTIDÃO

## CERTIDÃO NEGATIVA DA DÍVIDA ATIVA

EMIÇÃO:  
09/09/2024

NÚMERO:  
00542/2024

VALIDADE:  
08/12/2024

CNPJ:	INS. MUNICIPAL:	RAZÃO SOCIAL:
34.628.211/0001-95		JACKSON RIBEIRO DA SILVA
ENDEREÇO:		
TV SOL, SN, CENTRO, BARAO DE GRAJAU-MA		
NATUREZA JURÍDICA:		
213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)		
CNAE - ATIVIDADE PRINCIPAL:		
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração		
OBSERVAÇÕES:		
É CERTIFICADO QUE NÃO CONSTAM PENDÊNCIAS NA EMPRESA ACIMA DESCRITA, RELATIVO A TRIBUTOS EMITIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SMF) E NÃO INSCRITAS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO. ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE À SITUAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DESTE MUNICÍPIO.		

**AVISOS:**

- RESSALVADO À PREFEITURA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTÂNCIA QUE VENHA SER CONSIDERADA DEVIDA.

  
Felipe Augusto A. Lima Silva  
Secretário Municipal de Finanças  
CPF: 608.314.853-70  
Port: 002/2021

BARAO DE GRAJAU-MA,

EMITIDA VIA INTERNET EM 09/09/24, AS 10:09:50

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO PODERÁ SER CONFIRMADA PELA INTERNET NO PORTAL DO MUNICÍPIO

[barao.degrajau.ma.gov.br](http://barao.degrajau.ma.gov.br)

CÓDIGO VERIFICADOR: A65D7-54271-45557-67986



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAU  
CNPJ: 06.477.822/0001-44  
R SERQA DA MOTA, 314, CENTRO  
BARÃO DE GRAJAU-MA, CEP: 65.660-000  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FOLHA: 196  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: 8

# CERTIDÃO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

EMIÇÃO:  
09/09/2024

NÚMERO:  
00543/2024

VALIDADE:  
07/01/2025

CNPJ:	INS. MUNICIPAL:	RAZÃO SOCIAL:
34.628.211/0001-95		JACKSON RIBEIRO DA SILVA
ENDEREÇO:		
TV SOL, SN, CENTRO, BARÃO DE GRAJAU-MA		
NATUREZA JURÍDICA:		
213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)		
CNAE - ATIVIDADE PRINCIPAL:		
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração		
OBSERVAÇÕES:		
É CERTIFICADO QUE NÃO CONSTAM PENDÊNCIAS NA EMPRESA ACIMA DESCRITA, RELATIVO A TRIBUTOS EMITIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SMF). ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE À SITUAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DESTE MUNICÍPIO.		

AVISOS:

- RESSALVADO À PREFEITURA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTÂNCIA QUE VENHA SER CONSIDERADA DEVIDA.

*F. Augusto*  
Fellype Augusto A. Lima Silva  
Secretário Mun. de Finanças  
CPF: 608.314.693.70  
Port: 002/2021

BARÃO DE GRAJAU-MA,  
EMITIDA VIA INTERNET EM 09/09/24, AS 10:09:56

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO PODERÁ SER CONFIRMADA PELA INTERNET NO PORTAL DO MUNICÍPIO

[barao.de.grajau.ma.gov.br](http://barao.de.grajau.ma.gov.br)

CÓDIGO VERIFICADOR: 75674-4EA45-83427-D2534

### FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

FOLHA: 172  
 PROC.: 861/2021  
 RUBRICA: 6

USUÁRIO: 89266773387  
 DATA: 16/07/2024  
 HORA: 09:22

INSC. ESTADUAL: 12.699.878-7      ÚLTIMA ALTERAÇÃO: 01/02/2024  
 RAZÃO SOCIAL: JACKSON RIBEIRO DA SILVA

SITUAÇÃO FISCAL: REGULAR      SERASA: Não  
 MOTIVOS FISCAIS:

SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVO  
 MOTIVO CADASTRAL: --

**DADOS GERAIS**

CPF/CNPJ: 34.628.211/0001-95      INSC. CENTRALIZADORA: --  
 RAZÃO SOCIAL: JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
 NIRE: 21802456712      TIPO PESSOA: JURÍDICA  
 INÍCIO DE ATIVIDADES: 07/06/2021      CAPITAL SOCIAL: 50.000,00  
 AGÊNCIA REGIONAL: 36 - AGÊNCIA DE PRESIDENTE DUTRA      UFRE: 49 - Ufre/Bacabal  
 TIPO DE SOCIEDADE: EMPRESÁRIO      CAT. DO ESTABELECIMENTO: MATRIZ OU UNICO  
 REGIME DE PAG.: SIMPLES NACIONAL  
 DATA OBRIG. NFE: --      DATA OBRIG. EFD: --  
 CORREIO ELETRÔNICO: ROBSONCSILVA2012@GMAIL.COM      ÁREA UTILIZADA: --

**ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO**

CEP 65660-000      NÚMERO: 190  
 ENDEREÇO TRV SOL  
 COMPLEMENTO: --      BAIRRO: CENTRO  
 PONTO DE REFERENC.: --      ESTADO: MA  
 CIDADE: BARAO DE GRAJAU      FAX: --  
 TELEFONE: (89)9411-6358  
 CEP CAIXA POSTAL: --

**ENDEREÇO FISCAL**

CEP --      NÚMERO: 190  
 ENDEREÇO TRV SOL  
 COMPLEMENTO: --      BAIRRO: CENTRO  
 PONTO DE REFERENC.: --      ESTADO: MA  
 CIDADE: BARAO DE GRAJAU      FAX: --  
 TELEFONE: (89)9411-6358  
 CEP CAIXA POSTAL: 00000-000

**CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS**

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	4322302	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO
2	4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
3	4322301	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
4	9521500	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO
5	4742300	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
6	4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
7	4757100	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA
8	3313999	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECIFICADOS

**REPRESENTANTES LEGAIS**

CNN/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
89266773387	JACKSON RIBEIRO DA SILVA	801 - EMPRESARIO
2745814346	RICARDO AMANCIO RIBEIRO SOBRINHO	3 - CONTADOR

**AÇÕES JUDICIAIS**

TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO
Não existem Ações Judiciais para essa inscrição estadual.				

**OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO**

TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
ICMS	01/01/2024	--	Ativo

**INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS**

TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa inscrição			



Estado do  
Maranhão

SINTEGRA/ICMS

Consulta Pública do Cadastro do Estado do  
Maranhão

FOLHA: 193  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]  
Secretaria da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

**CGC:** 34.628.211/0001-95 **Inscrição Estadual:** 12.699878-7

**Razão Social:** JACKSON RIBEIRO DA SILVA

**Regime Apuração:** SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

**Logradouro:** TRV SOL

**Número:** 190 **Complemento:**

**Bairro:** CENTRO

**Município:** BARAO DE GRAJAU **UF:** MA

**CEP:** 65660000 **DDD:** **Telefone:** 94116358

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**CNAE** 4322302 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR  
**Principal:** CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
4322301	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
9521500	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO
4742300	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
4757100	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO
3313999	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

**Situação Cadastral Vigente:** HABILITADO

**Data desta Situação Cadastral:** 07/06/2021

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's):

EDF a partir de:

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

**Data da Consulta:** 09/09/2024

**Número da Consulta:**

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI

Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí

CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000

www.saojosedopeixe.pi.gov.br

FOLHA: 194

PROC.: 861008

RUBRICA: [assinatura]

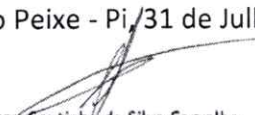
### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de São José do Peixe – PI, inscrita sob CNPJ nº 06.554.000/0001-10, localizada na Praça Helvídio Nunes, 405, centro, São José do Peixe – Pi, CEP: 64555-000, atesta para os devidos fins de direito que a empresa JACKSON RIBEIRO DA SILVA, sob o CNPJ nº 34.628.211/0001-95, localizada na Rua TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000, detém qualificação técnica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva ar condicionados, e reposição de peças, de acordo com o contrato firmado com este município, contrato Nº 37/2020, que acompanha e assegura este atestado.

Registramos que a empresa prestou os serviços e ótima qualidade e pontualidade.

Atestamos ainda que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que desabone comercial ou tecnicamente.

São José do Peixe - Pi, 31 de Julho de 2024.

  
Luyilson Coutinho da Silva Carvalho  
Séc. de Planejamento e Administração  
CPF: 009.260.223-18

Portaria Nº 80/2021

Secretaria Municipal de Planejamento e Administração



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE  
CNPJ Nº 06.554.000/0001-10  
Praça Helvídio Nunes nº 405 – Centro – Fone (89) 3554.1101  
CEP – 64.555-000 - São José do Peixe – Piauí  
Email: [prefeituramunicipalsjpeixe@hotmail.com](mailto:prefeituramunicipalsjpeixe@hotmail.com)

FOLHA: 173  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA:

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 37 / 2020

Contrato que entre si fazem o  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO  
PEIXE-PI** e a empresa **abaixo**.

Aos 04 dias do mês de maio do ano de 2020, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Helvídio Nunes, 405, Centro, inscrita no CNPJ Sob o nº. 06.554.000/0001-10, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE, neste ato representado pelo Exmo. Sr. **VALDEMAR DOS SANTOS BARROS**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Benedito Mendes, centro, portador do CPF nº 133.681.683-04 e RG:296.410 SSPPI no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em seqüência, designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **JACKSON RIBEIRO DA SILVA -ME (JR AR CONDICIONADO)**, inscrita no CNPJ 34.628.211/0001-95, Inscrição Municipal nº000746/2020, estabelecida na cidade de Floriano - PI, à Rua Ondina de Carvalho, 869 bairro Irapuá II, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo seu representante **JACKSON RIBEIRO DA SILVA**, CPF:892.667.733-87 e daqui por diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, **CELEBRAM ENTRE SI** o presente **CONTRATO**, conforme despacho exarado no ato de autorização e ratificação do **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 10/2020**, cujo contrato se regerá pelas normas da Lei n.8.666/93 e suas alterações posteriores, Art. 24, II e Decreto Federal 9.412/2018 e de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

#### 1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **contratação de empresa para Prestação de Serviços de Manutenção preventiva e corretiva de AR condicionado, e reposição de peças, para esta Prefeitura e Secretarias Municipais de São José do Peixe, conforme proposta aprovada.**

#### 2- CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 O valor global do presente contrato é de **R\$ 17.380,00 (dezessete mil trezentos e oitenta reais)**, conforme proposta aprovada.

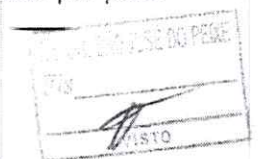
2.2 O pagamento será realizado após apresentação da nota fiscal/fatura, na Secretaria Municipal de Finanças de São José do Peixe - PI, cópia do contrato/ nota de empenho,.

2.3 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os serviços que se referir.

2.4 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

2.5 O pagamento será realizado após a verificação do recebimento dos serviços.

*Jackson Ribeiro da Silva*





ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE  
CNPJ Nº 06.554.000/0001-10  
Praça Helvídio Nunes nº 405 - Centro - Fone (89) 3554.1101  
CEP - 64.555-000 - São José do Peixe - Piauí  
Email: [prefeituramunicipalsjpeixe@hotmail.com](mailto:prefeituramunicipalsjpeixe@hotmail.com)

FOLHA: 176  
PROC.: 36/2024  
RUBRICA:

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FONTE DE RECURSO

3.1 As despesas decorrentes da execução do contrato, objeto desta licitação, correrão por conta dos recursos: FPM/ICMS/RECEITAS DIVERSAS. Elemento de despesa: 33.90.39.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato terá vigência de 08 (oito) meses a partir da sua assinatura, podendo ser aditivado, conforme a Lei e necessidade da administração.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS

5.1 Fica dispensada a prestação de garantia contratual, nos termos do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Zelar pela fiel execução contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

6.3 Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, e.m idênticas hipóteses.

6.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 71 da Lei 8.666/93, com suas alterações;

6.5. Aplicar seus melhores esforços para consecução do presente Contrato, observadas as condições aqui assumidas.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir a ordem de serviços dos itens locados, objeto de contrato, assinada pela autoridade competente (diretor(a) do setor financeiro.

7.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste contrato.

7.3. fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato, através do setor administrativo e financeiro.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 À CONTRATANTE cabe rescindir o presente Termo Contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial se a firma CONTRATADA inexecutar total ou parcialmente o que foi Contratado, com o advento das consequências Contratuais e as previstas em Lei.

8.2 Constituem motivo de rescisão os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com redação atualizada pela Lei 8.883/94

8.3 A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

### 9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções:

Jaquison Ribeiro da Silva





ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE  
CNPJ Nº 06.554.000/0001-10  
Praça Helvídio Nunes nº 405 - Centro - Fone (89) 3554.1101  
CEP - 64.555-000 - São José do Peixe - Piauí  
Email: [prefeituramunicipalsipeixe@hotmail.com](mailto:prefeituramunicipalsipeixe@hotmail.com)

FOLHA: 177  
PROC.: 867221  
RUBRICA:

- a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderá a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, aplicar as seguintes sanções, sem exclusão das demais penalidades previstas no art. 87, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;
- b) Advertência;
- c) Multa;
- d) Rescisão;
- e) Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MULTAS

10.1 Pelo atraso injustificado ou inadimplemento na execução do Contrato, fica a CONTRATADA sujeita à multa de 0,33 % por dia de atraso, sobre o valor total do Contrato, não ultrapassando a 20 % (vinte por cento) ao mês, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, notadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso no início dos serviços;
- b) Quando os serviços estiverem em desacordo com as especificações e normas técnicas;

10.2 Em caso de reincidência da alínea b, a multa será cobrada em dobro;

10.3 As multas serão dispensadas nos seguintes casos:

- a) ocorrência de circunstância prevista em lei, de caso fortuito ou força maior, nos termos da lei civil, impeditiva da execução do contrato em tempo hábil;
- b) Ordem escrita da CONTRATANTE, para paralisar ou restringir a execução dos serviços contratados.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A fiscalização deste contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de administração a qual designará servidor responsável como o gestor do presente Contrato, o qual acompanhará a Prestação de Serviços.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

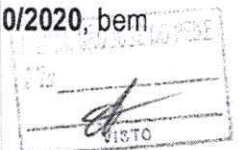
12.1 Este contrato está vinculado ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 10/2020, bem como à proposta do licitante vencedor.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O inadimplemento de quaisquer das obrigações Contratuais poderá importar na declaração expressa de inidoneidade da CONTRATADA para pactuar com a CONTRATANTE, sem prejuízo de quaisquer outras sanções previstas no presente Termo Contratual;

13.2 A Contratada manterá, obrigatoriamente em toda a EXECUÇÃO DO CONTRATO, sua compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, e exigidas na Licitação como Habilitação e Qualificação;

Jansson Ribeiro Silva







ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE  
CNPJ Nº 06.554.000/0001-10  
Praça Helvídio Nunes nº 405 - Centro - Fone (89) 3554.1101  
CEP - 64.555-000 - São José do Peixe - Piauí  
Email: [prefeituramunicipalsjpeixe@hotmail.com](mailto:prefeituramunicipalsjpeixe@hotmail.com)

FOLHA: 178  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA:

13.3 A Contratada será a única responsável por danos e prejuízos que venha a causar à Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do serviço referente ao Contrato;

13.4 A CONTRATANTE fará publicar extrato deste Contrato, no Diário Oficial dos Municípios, conforme Parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/93, para que possa surtir os efeitos legais previstos.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUCESSÃO E FORO

14.1 As partes Contratantes aceitam este instrumento na sua totalidade e se brigam, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do mesmo, e elegem o foro da cidade e Comarca de Floriano-Piauí, para dirimir as dúvidas e controvérsias do presente Termo Contratual.

14.2 E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito que, juntamente com duas testemunhas idôneas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São José do Peixe (PI), 04 de maio de 2020

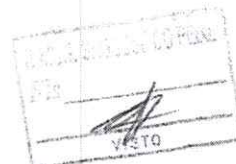
\_\_\_\_\_  
**VALDEMAR DOS SANTOS BARROS**  
Prefeito Municipal - Contratante

\_\_\_\_\_  
**JACKSON RIBEIRO DA SILVA -ME (JR AR CONDICIONADO)**  
Empresa contratada

TESTEMUNHAS:

1ª) Alto Vinícius Sousa RG: 2287136-12

2ª) Nome Certo da Fiscal RG: 1.398.247-85



## Balanzo de Abertura

Empresa: JACKSON RIBEIRO DA SILVA - CNPJ: 34.628.211/0001-95

Fortes Contábil

Endereço: TV SOL, Complemento: , N.º: 190.

Bairro: CENTRO, Cidade: Barão de Grajaú, Estado: MA, CEP: 65660000, Telefone: (89) 981182311

NIRE: 21802456712 - Data: 22/08/2019

Conta	Descrição	30/01/2024
1	*** Ativo ***	50.000,00D
1.01	Ativo Circulante	50.000,00D
1.01.01	Disponibilidades	50.000,00D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	50.000,00D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	50.000,00D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	50.000,00D
Total Ativo		50.000,00 D
2	*** Passivo ***	50.000,00C
2.07	Patrimônio Líquido	50.000,00C
2.07.01	Capital Realizado	50.000,00C
2.07.01.01	Capital Social	50.000,00C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	50.000,00C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	50.000,00C
Total Passivo		50.000,00 C

Data de Encerramento: 30/01/2024

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) .

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço de Abertura realizado em 30/01/2024, somando tanto o ativo como passivo o valor total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Sob pena as penas da Lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

a) as informações foram extraídas do Requerimento de Empresário, registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí sob nº 21802456712 em 30/01/2024.

Barão de Grajaú-MA, 30 de Janeiro de 2024

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
EMPRESÁRIO  
CPF.:892.667.733-87  
RG.389052163 SSP-SP

RICARDO AMANCIO RIBEIRO SOBRINHO  
CONTADOR  
CPF.: 027.458.143-46  
CRC/PI: 010057/O-0



FOLHA: 130  
PROC.: 8612024  
RUBRICA: [assinatura]

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa JACKSON RIBEIRO DA SILVA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02745814346	RICARDO AMANCIO RIBEIRO SOBRINHO
89266773387	JACKSON RIBEIRO DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/02/2024 12:00 SOB Nº 20240161017.  
PROTOCOLO: 240161017 DE 03/02/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12401612689. CNPJ DA SEDE: 34628211000195.  
NIRE: 21802456712. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/01/2024.  
JACKSON RIBEIRO DA SILVA

**JUCEMA**

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: RICARDO AMANCIO RIBEIRO SOBRINHO
REGISTRO.....	: PI-010057/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.458.143-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPI contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PIAUÍ, 05/09/2024 as 17:21:05.  
Válido até: 04/12/2024.  
Código de Controle: 898804.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPI.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PIAUÍ

### CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PIAUÍ** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



#### CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PI

Certidão n.º: PI/2024/00004146  
Nome: RICARDO AMANCIO RIBEIRO SOBRINHO CPF: 027.458.143-46  
CRC/UF n.º PI-010057/O Categoria: CONTADOR  
Validade: 04/12/2024  
Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página [www.crcpi.org.br](http://www.crcpi.org.br), mediante número de controle a seguir:

CPF : 027.458.143-46 Controle : 4645.5586.6214.6841



FOLHA: \_\_\_\_\_  
PÁGINA: \_\_\_\_\_  
RUBRICA: \_\_\_\_\_

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Corregedoria Geral de Justiça  
Vara Única da Comarca de Barão de Grajaú

CERTJUDONE-VNMG - 442024  
Código de validação: F84D8A2E18

Número da guia: 24051001001856928.

### CERTIDÃO

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição desta Comarca nos últimos 10 (dez) anos, que contra a empresa JR AR-CONDICIONADO – ME (JACKSON RIBEIRO DA SILVA), CNPJ Nº 34628211/0001 – 95, com sede na Travessa Sol, nº. 190, Bairro Centro, Barão de Grajaú/MA, verifiquei a INEXISTÊNCIA de Ações de Falência ou Recuperação Judicial. O referido é verdade. Dou fé.

Barão de Grajaú/MA, 17 de Julho de 2024

Jayla Tôres Ferreira  
Secretária Judicial Substituta  
Mat. 175844

JAYLA TORRES FERREIRA  
Técnica Judiciária - Apoio Téc. Administrativo  
Vara Única da Comarca de Barão de Grajaú  
Matrícula 175844

Documento assinado. BARÃO DE GRAJAÚ, 17/07/2024 13:00 (JAYLA TORRES FERREIRA)



CERTJUDONE-VNMG - 442024 / Código: F84D8A2E18  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.  
#ConsumoConsciente

FOLHA: 184.  
PROC.: 36/2024  
RUBRICA: [Signature]

FOLHA: 185  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: 8

## CERTIDÃO ESPECÍFICA

### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que JACKSON RIBEIRO DA SILVA encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:				Protocolo: <u>MAC2403534340</u>	
NIRE 21802456712 CNPJ 34.628.211/0001-95				Situação ATIVA Status	
Endereço Completo Travessa SOL, Nº 190, xxxxx, CENTRO - Barão de Grajaú/MA - CEP 65660-000					
Arquivamentos Posteriores					
Ato	Número	Data	Descrição		
223	20240161017	03/02/2024	BALANÇO		
002	20240143647	01/02/2024	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO		
002	20240143647	01/02/2024	ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL		
351	MX00517761	29/01/2024	DESENQUADRAMENTO DE MEI		
002	ME93858740	08/04/2022	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		
002	ME75607772	07/06/2021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		
002	21802456712	07/06/2021	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF		
NIRE 21802456712 CNPJ 34.628.211/0001-95				Situação ATIVA Status	
Endereço Completo Travessa SOL, Nº 190, xxxxx, CENTRO - Barão de Grajaú/MA - CEP 65660-000					
Arquivamentos Posteriores					
Ato	Número	Data	Descrição		
223	20240161017	03/02/2024	BALANÇO		
002	20240143647	01/02/2024	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO		
002	20240143647	01/02/2024	ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL		
351	MX00517761	29/01/2024	DESENQUADRAMENTO DE MEI		
002	ME93858740	08/04/2022	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		
002	ME75607772	07/06/2021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		
002	21802456712	07/06/2021	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF		

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/07/2024, às 13:40:24 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código 5MMNQHAA.



MAC2403534340

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA  
Secretário(a) Geral



FOLHA: 186  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: 6

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: JACKSON RIBEIRO DA SILVA NIRE : 21802456712 Natureza Jurídica: Empresário (Individual)			Protocolo: MAC2403534311
NIRE (Sede) 21802456712	CNPJ 34.628.211/0001-95	Arquivamento do Ato de Inscrição 22/08/2019	Início de Atividade 22/08/2019
<b>Endereço Completo</b> Travessa SOL, Nº 190, CENTRO-Barão de Grajaú/MA- CEP65660-000			
<b>Objeto</b> INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (CONTROLE DE ENERGIA) INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETROELETRONICOS PARA USO DOMESTICO, EXCETO INFORMATICA E COMUNICACAO REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS.			
<b>Capital</b> R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)			<b>Porte</b> ME (Microempresa)
<b>Último Arquivamento</b>		<b>Ato/eventos</b>	<b>Situação</b>
<b>Data</b> 03/02/2024	<b>Número</b> 20240161017	<b>223 / 223 - BALANCO</b>	<b>ATIVA</b> <b>Status</b> SEM STATUS
<b>Nome do Empresário: JACKSON RIBEIRO DA SILVA</b>		<b>CPF:</b> 892.667.733-87	<b>Regime de bens:</b> NÃO INFORMADO
<b>Identidade:</b> 38905216		<b>Estado civil:</b> SOLTEIRO(A)	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/07/2024, às 13:37:08 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código ASJZG91F.

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA  
Secretário(a) Geral

FOLHA: 187  
FOLHA: 86/2024  
PROC.:  
RUBRICA:

## DECLARAÇÃO DE CONTADOR RESPONSÁVEL

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ – MA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024**

O sr. RICARDO AMANCIO RIBEIRO SOBRINHO, inscrito no CPF nº 027.458.143-46, e CRC PI-010057/O, DECLARA para os devidos fins que é contador(a) responsável pela empresa JACKSON RIBEIRO DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.628.211/0001-95 e com Inscrição Estadual nº 126998787, e que ATESTA o atendimento dos índices econômicos previstos no edital do pregão eletrônico Nº 37/2024 SRP.

FLORIANO -PI, 05 DE SETEMBRO DE 2024.

RICARDO AMANCIO RIBEIRO  
SOBRINHO:02745814346

Assinado digitalmente por RICARDO AMANCIO RIBEIRO  
SOBRINHO 02745814346  
NO: 02745814346 | CO: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB | OU:  
RFB | CN: RFB | CN: Ricardo Amancio Ribeiro Sobrinho | CN: Representação em  
RFB: 02745814346 | CN: Ricardo Amancio Ribeiro Sobrinho | CN: 02745814346  
Data: 2024.09.05 11:23:28-0300  
Versão: 2.0.1.0  
Formato: PDF | Versão: 2024.2.3

**RICARDO AMANCIO RIBEIRO SOBRINHO**

**CPF nº 027.458.143-46**

**CRC PI-010057/O**



## JR AR CONDICIONADO

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
CNPJ: 34.628.211/0001-95  
TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000  
TELEFONE: (89) 99411-6358

FOLHA: 188  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]

### DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ – MA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024

A empresa JACKSON RIBEIRO DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o Nº 34.628.211/0001-95 com endereço na RUA TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000, POR INTERMÉDIO DO SEU REPRESENTANTE LEGAL O Sr. JACKSON RIBEIRO DA SILVA, declara que possui os seguintes contratos firmados com a administração pública:

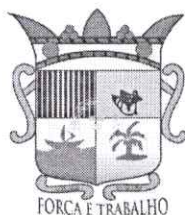
CONTRATANTE	Nº E ANO DO CONTRATO	VALOR CONTRATADO	SALDO CONTRATUAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI	37/2020	R\$ 17.380,00	SEM SALDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ -MA	10/2024	R\$ 30.745,00	SEM SALDO

Barão de Grajaú - Ma, 09 de Setembro de 2024.

JACKSON RIBEIRO DA  
SILVA:89266773387

Assinado de forma digital por  
JACKSON RIBEIRO DA  
SILVA:89266773387  
Dados: 2024.09.09 15:01:08 -03'00'

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
REPRESENTANTE LEGAL  
CPF: 892.667.733-87  
RG: 389052163 SSP - SP



# MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA

## ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024

### PROCESSO LICITATÓRIO 86/2024

FOLHA: 189  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]



Às 08:59:09 horas do dia 06 de Setembro de 2024 reuniram-se no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.**

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

## Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
JACKSON RIBEIRO DA SILVA	34.628.211/0001-95	Microempresa
J S COMERCIO LTDA	12.508.451/0001-13	Microempresa
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	Microempresa
MARANATA SERVICOS E MANUTENCAO LTDA	05.356.362/0001-33	Microempresa
JOSE DE RIBAMAR CORREA JUNIOR98825275315	18.778.321/0001-87	Microempresa
CARDOSO E AGUIAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	19.104.617/0001-85	Microempresa
J P L SANTOS LTDA	32.353.158/0001-31	Microempresa

## Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s) ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando retratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

## Histórico de propostas, lances e mensagens

### Propostas Iniciais do Lote 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R\$	Situação	Motivo
81135	JACKSON RIBEIRO DA SILVA	34628211000195	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	Classificada	--
40264	J S COMERCIO LTDA	12508451000113	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 440.538,00	Classificada	--
58838	A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	Classificada	--
7450	MARANATA SERVICOS E MANUTENCAO LTDA	05356362000133	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	Classificada	--
37344	JOSE DE RIBAMAR CORREA JUNIOR98825275315	18778321000187	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	Classificada	--
43417	CARDOSO E AGUIAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	19104617000185	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	Classificada	--
89804	J P L SANTOS LTDA	32353158000131	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 298.485,00	Classificada	--

FOLHA: 190  
PROC.: 8612024  
DATA: 08

**Classificação Final do Lote 1**

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R\$
1º	JACKSON RIBEIRO DA SILVA	34.628.211/0001-95	R\$ 223.863,75
2º	CARDOSO E AGUIAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	19.104.617/0001-85	R\$ 292.197,99

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 10:09:18 horas do dia 16 de Setembro de 2024 cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

\_\_\_\_\_  
**EDELSON CARLOS VAZ DA SILVA**  
Pregoeiro(a) Oficial

\_\_\_\_\_  
**GISELI RODRIGUES DAS CHAGAS**  
Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
**ADALBERTO DE AZEVEDO DE CARVALHO**  
Equipe de Apoio

Autenticação: 667370ACA8B55535E0F603D484E69223



# MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO  
ELETRÔNICO Complementar nº 1

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 PROCESSO LICITATÓRIO 86/2024

FOLHA: 191  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA: [assinatura]



Às **08:16:13 horas do dia 17 de Setembro de 2024** reuniram-se no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.**

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Reiniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital.

### Classificação Final do Lote 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R\$
1º	JACKSON RIBEIRO DA SILVA	34.628.211/0001-95	R\$ 223.863,75
2º	CARDOSO E AGUIAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	19.104.617/0001-85	R\$ 292.197,99

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **08:16:13 horas do dia 17 de Setembro de 2024** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a).

\_\_\_\_\_  
**EDELSON CARLOS VAZ DA SILVA**  
Pregoeiro(a) Oficial

\_\_\_\_\_  
**GISELI RODRIGUES DAS CHAGAS**  
Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
**ADALBERTO DE AZEVEDO DE CARVALHO**  
Equipe de Apoio

Autenticação: 667370ACA8B55535E0F603D484E69223

**JR AR CONDICIONADO**

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
CNPJ: 34.628.211/0001-95  
TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000  
TELEFONE: (89) 99411-6358

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ-MA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA E HORÁRIO: 06/09/2024 às 09 HORAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ-MA.

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

**DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL: JACKSON RIBEIRO DA SILVA

CNPJ: 34.628.211/0001-95

ENDEREÇO: TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000

TELEFONE: (89) 99411-6358

**DADOS BANCÁRIOS:**

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA: 0096-5

CONTA CORRENTE: 61752-0

TITULAR: Jackson Ribeiro da Silva

**PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT	V. EXTENSO	V. TOTAL	V. EXTENSO
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20	R\$ 37,50	trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 750,00	setecentos e cinquenta reais
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20	R\$ 75,00	setenta e cinco reais	R\$ 1.500,00	mil e quinhentos reais
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10	R\$ 75,00	setenta e cinco reais	R\$ 750,00	setecentos e cinquenta reais
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 8.437,50	oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 3.375,00	três mil, trezentos e setenta e cinco reais
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30	R\$ 375,00	trezentos e setenta e cinco reais	R\$ 11.250,00	onze mil, duzentos e cinquenta reais
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30	R\$ 412,50	quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos	R\$ 12.375,00	doze mil, trezentos e setenta e cinco reais
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10	R\$ 525,00	quinhentos e vinte e cinco reais	R\$ 5.250,00	cinco mil, duzentos e cinquenta reais
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 300,00	trezentos reais	R\$ 3.000,00	três mil reais
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20	R\$ 225,00	duzentos e vinte e cinco reais	R\$ 4.500,00	quatro mil e quinhentos reais
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40	R\$ 90,00	noventa reais	R\$ 3.600,00	três mil e seiscentos reais
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 112,50	cento e doze reais e cinquenta centavos	R\$ 1.687,50	mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 135,00	cento e trinta e cinco reais	R\$ 2.025,00	dois mil e vinte e cinco reais

**JR AR CONDICIONADO**

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
CNPJ: 34.628.211/0001-95  
TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000  
TELEFONE: (89) 99411-6358

14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30	R\$ 135,00	cento e trinta e cinco reais	R\$ 4.050,00	quatro mil e cinquenta reais
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20	R\$ 75,00	setenta e cinco reais	R\$ 1.500,00	mil e quinhentos reais
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30	R\$ 90,00	noventa reais	R\$ 2.700,00	dois mil e setecentos reais
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10	R\$ 135,00	cento e trinta e cinco reais	R\$ 1.350,00	mil trezentos e cinquenta reais
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30	R\$ 150,00	cento e cinquenta reais	R\$ 4.500,00	quatro mil e quinhentos reais
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10	R\$ 225,00	duzentos e vinte e cinco reais	R\$ 2.250,00	dois mil, duzentos e cinquenta reais
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20	R\$ 225,00	duzentos e vinte e cinco reais	R\$ 4.500,00	quatro mil e quinhentos reais
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20	R\$ 75,00	setenta e cinco reais	R\$ 1.500,00	mil e quinhentos reais
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10	R\$ 360,00	trezentos e sessenta reais	R\$ 3.600,00	três mil e seiscentos reais
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15	R\$ 56,25	cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos	R\$ 843,75	oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10	R\$ 210,00	duzentos e dez reais	R\$ 2.100,00	dois mil e cem reais
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40	R\$ 9,00	nove reais	R\$ 360,00	trezentos e sessenta reais
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40	R\$ 15,00	quinze reais	R\$ 600,00	seiscentos reais
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30	R\$ 67,50	sessenta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 2.025,00	dois mil e vinte e cinco reais
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100	R\$ 9,00	nove reais	R\$ 900,00	novecentos reais
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100	R\$ 9,00	nove reais	R\$ 900,00	novecentos reais
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50	R\$ 26,25	vinte e seis reais e vinte e cinco centavos	R\$ 1.312,50	mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80	R\$ 18,75	dezoito reais e setenta e cinco centavos	R\$ 1.500,00	mil e quinhentos reais
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60	R\$ 33,75	trinta e três reais e setenta e cinco centavos	R\$ 2.025,00	dois mil e vinte e cinco reais
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100	R\$ 45,00	quarenta e cinco reais	R\$ 4.500,00	quatro mil e quinhentos reais
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80	R\$ 24,00	vinte e quatro reais	R\$ 1.920,00	mil novecentos e vinte reais
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30	R\$ 135,00	cento e trinta e cinco reais	R\$ 4.050,00	quatro mil e cinquenta reais
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30	R\$ 135,00	cento e trinta e cinco reais	R\$ 4.050,00	quatro mil e cinquenta reais
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12	R\$ 262,50	duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos	R\$ 3.150,00	três mil, cento e cinquenta reais
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 6.750,00	seis mil, setecentos e cinquenta reais
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 3.375,00	três mil, trezentos e setenta e cinco reais
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 262,50	duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos	R\$ 2.625,00	dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R\$ 262,50	duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos	R\$ 2.625,00	dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais



## JR AR CONDICIONADO

JACKSON RIBEIRO DA SILVA

CNPJ: 34.628.211/0001-95

TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65 660-000

TELEFONE: (89) 99411-6358

42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 262,50	duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos	R\$ 2.625,00	dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 3.375,00	três mil, trezentos e setenta e cinco reais
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 3.375,00	três mil, trezentos e setenta e cinco reais
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4	R\$ 375,00	trezentos e setenta e cinco reais	R\$ 1.500,00	mil e quinhentos reais
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 225,00	duzentos e vinte e cinco reais	R\$ 2.250,00	dois mil, duzentos e cinquenta reais
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30	R\$ 225,00	duzentos e vinte e cinco reais	R\$ 6.750,00	seis mil, setecentos e cinquenta reais
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10	R\$ 375,00	trezentos e setenta e cinco reais	R\$ 3.750,00	três mil, setecentos e cinquenta reais
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 3.375,00	três mil, trezentos e setenta e cinco reais
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30	R\$ 9,00	nove reais	R\$ 270,00	duzentos e setenta reais
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30	R\$ 9,00	nove reais	R\$ 270,00	duzentos e setenta reais
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30	R\$ 112,50	cento e doze reais e cinquenta centavos	R\$ 3.375,00	três mil, trezentos e setenta e cinco reais
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15	R\$ 15,00	quinze reais	R\$ 225,00	duzentos e vinte e cinco reais
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45	R\$ 90,00	noventa reais	R\$ 4.050,00	quatro mil e cinquenta reais
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6	R\$ 525,00	quinhentos e vinte e cinco reais	R\$ 3.150,00	três mil, cento e cinquenta reais
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 525,00	quinhentos e vinte e cinco reais	R\$ 2.100,00	dois mil e cem reais
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 675,00	seiscentos e setenta e cinco reais	R\$ 2.700,00	dois mil e setecentos reais
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2	R\$ 900,00	novecentos reais	R\$ 1.800,00	mil e oitocentos reais
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10	R\$ 375,00	trezentos e setenta e cinco reais	R\$ 3.750,00	três mil, setecentos e cinquenta reais
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4	R\$ 525,00	quinhentos e vinte e cinco reais	R\$ 2.100,00	dois mil e cem reais
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4	R\$ 600,00	seiscentos reais	R\$ 2.400,00	dois mil e quatrocentos reais
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4	R\$ 675,00	seiscentos e setenta e cinco reais	R\$ 2.700,00	dois mil e setecentos reais
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30	R\$ 60,00	sessenta reais	R\$ 1.800,00	mil e oitocentos reais
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40	R\$ 60,00	sessenta reais	R\$ 2.400,00	dois mil e quatrocentos reais
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 6.750,00	seis mil, setecentos e cinquenta reais
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20	R\$ 262,50	duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos	R\$ 5.250,00	cinco mil, duzentos e cinquenta reais

**JR AR CONDICIONADO**

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
CNPJ: 34.628.211/0001-95  
TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ - MA, CEP: 65660-000  
TELEFONE: (89) 99411-6358

67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10	R\$ 187,50	cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 1.875,00	mil oitocentos e setenta e cinco reais
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 3.375,00	três mil, trezentos e setenta e cinco reais
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30	R\$ 90,00	noventa reais	R\$ 2.700,00	dois mil e setecentos reais
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15	R\$ 37,50	trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 562,50	quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30	R\$ 15,00	quinze reais	R\$ 450,00	quatrocentos e cinquenta reais
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100	R\$ 9,00	nove reais	R\$ 900,00	novecentos reais
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 3.375,00	três mil, trezentos e setenta e cinco reais
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5	R\$ 600,00	seiscentos reais	R\$ 3.000,00	três mil reais
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5	R\$ 375,00	trezentos e setenta e cinco reais	R\$ 1.875,00	mil oitocentos e setenta e cinco reais
76	servço de reposição de compressor	5	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	R\$ 1.687,50	mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos
77	Placa univrsal	7	R\$ 225,00	duzentos e vinte e cinco reais	R\$ 1.575,00	mil quinhentos e setenta e cinco reais
78	reposição protetor termico	10	R\$ 33,75	trinta e três reais e setenta e cinco centavos	R\$ 337,50	trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b>					<b>R\$ 223.863,75</b>	
duzentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos						

BARÃO DE GRAJAÚ - MA, 09 DE SETEMBRO DE 2024

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
SILVA:89266773387

Assinado de forma digital por JACKSON RIBEIRO DA SILVA:89266773387  
Dados: 2024.09.09 14:59:19 -03'00'

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
CNPJ: 34.628.211/0001-95  
JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
REPRESENTANTE LEGAL  
CPF: 892.667.733-87  
RG: 389052163 SSP - SP



MUNICÍPIO DE BARÃO DE  
GRAJAÚ/MA

Classificação da Disputa  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024  
PROCESSO LICITATÓRIO 86/2024

FOLHA: 196  
PROC.: 86/2024  
PUBLIC.: \*



LOTE 1

LOTE	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor Lance
4	Fornecedor Desclassificado	7450	MARANATA SERVICOS E MANUTENCAO LTDA	05.356.362/0001-33	Teresina/PI	ME	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 170.000,00
4	Fornecedor Inabilitado	40264	J.S.COMERCIO LTDA	12.508.451/0001-13	Paço de Lumiar/MA	EPP	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 170.380,60
4	Fornecedor Desclassificado	7450	MARANATA SERVICOS E MANUTENCAO LTDA	05.356.362/0001-33	Teresina/PI	ME	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 180.886,16
4	Fornecedor Desclassificado	87344	JOSE DE RIBAMAR CORREA JUNIOR08825275315	18.778.321/0001-87	SAO LUIS/MA	ME	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 180.988,24
4	Fornecedor Inabilitado	40264	J.S.COMERCIO LTDA	12.508.451/0001-13	Paço de Lumiar/MA	EPP	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 191.836,60
4	Fornecedor Desclassificado	68838	A3 SERVICOS LTDA	35.080.302/0001-58	Paço de Lumiar/MA	ME	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 207.850,03
4	Fornecedor Desclassificado	80804	J.P.L.SANTOS LTDA	32.353.158/0001-24	Caxias/MA	EPP	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 208.960,34
1	1	81135	JACKSON RIBEIRO DA SILVA	34.628.211/0001-95	Barão de Grajaú/MA	ME	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 223.863,75
1	2	43417	CARDOSO E AGUIAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	19.104.617/0001-85	Marabá/PA	EPP	SERVICO	SERVICO	R\$ 292.197,99



# MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA

FOLHA: 197  
PROC.: 86/2024  
RUBRICA:   
LICITANET  
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024  
PROCESSO LICITATÓRIO 86/2024

## TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) Autoridade Competente do(a) MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 37/2024 referente à *Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA*, que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : JACKSON RIBEIRO DA SILVA - 34.628.211/0001-95

Lote	Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. R\$
1	1	1,00	GLOBAL	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 223.863,75	R\$ 223.863,75	R\$ 298.485,00	R\$ 298.485,00	R\$ 74.621,25

Descrição: MANUTENÇÃO AR

Subtotal Adjudicado:	Subtotal Orçado:	25,0000 %	R\$ 74.621,25
R\$ 223.863,75	R\$ 298.485,00		

## TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R\$
R\$ 223.863,75	R\$ 298.485,00	25,0000 %	74.621,25

Barão de Grajaú - Maranhão, 17 de Setembro de 2024

PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS  
Autoridade Competente



# MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA

FOLHA: 198  
PROC.: 86/2024  
PUBRICA: [Signature]



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 86/2024

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) Autoridade Competente, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Registro de Preços para futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA*

Fornecedor : JACKSON RIBEIRO DA SILVA - 34.628.211/0001-95

Lote	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
1	1,00	GLOBAL	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 223.863,75	R\$ 223.863,75	R\$ 298.485,00	R\$ 298.485,00	--	R\$ 74.621,25

Descrição: MANUTENÇÃO AR

Subtotal Lote R\$ 223.863,75

Subtotal Adjudicado R\$ 223.863,75      Subtotal Orçado: R\$ 298.485,00      25,0000 %      R\$ 74.621,25

## TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R\$
R\$ 223.863,75	R\$ 298.485,00	25,0000 %	74.621,25

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Barão de Grajaú-MA, 17 de Setembro de 2024

PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS  
Autoridade Competente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2024**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, sediada na Rua Seroa da Mota, 314, Centro, Barão de Grajaú-MA, cep. 65.660-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.477.822/0001-44, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. **PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 408.205.563-00, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2024**, RESOLVE registrar os preços da empresa **JR AR CONDICIONADO**, CNPJ nº 34.628.211/0001-95, com sede na Travessa Sol, 190, Centro, Barão De Grajaú- Ma, Cep: 65660-000, neste ato representada pelo Sr. **JACKSON RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, portador CPF nº 892.667.733-87, portador da Cédula de Identidade RG nº 389052163 expedida pela SSP/SP, e daqui por diante denominada simplesmente **EMPRESA REGISTRADA**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 86/2024, tudo com fulcro nas disposições das **LEI 14.13/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

**RESOLVE:**

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **JR AR CONDICIONADO**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, **PREÇO GLOBAL**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 14.133/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 – PMBG/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 86/2024.

**Parágrafo Segundo** - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, do Município de Barão de Grajaú.

**Parágrafo Segundo** – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

*Jackson Ribeiro da Silva*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços .

**CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Parágrafo Primeiro** – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços nos endereços contidos na Ordem de Serviço emitida pelo Órgão Contratante

**Parágrafo Segundo** – O prazo para o início de prestação dos serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Serviço” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o Termo de Referência - **Anexo I do Edital**.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**Parágrafo Segundo** - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**Parágrafo Primeiro** - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

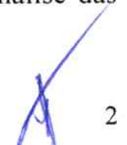
**Parágrafo Segundo** - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**Parágrafo Terceiro** - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS**

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

**Parágrafo Primeiro** - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;

*Jaques Roberto da Silva*  2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

**Parágrafo Segundo** - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

**Parágrafo Terceiro** - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

**Parágrafo Quarto** - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- Sofrer sanção prevista na Lei nº 14.133/2021.
- Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

**Parágrafo Segundo** – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

**Parágrafo Quarto** – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO**

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

**CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Parágrafo Primeiro** - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - Integra esta Ata, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 – PMBG/MA e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

**Parágrafo Terceiro** - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

**Parágrafo Quarto** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar 123/2006.

**CLÁUSULA TREZE - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca da cidade de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

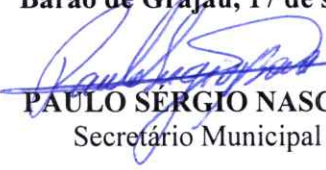
E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

*Jaqueson Ribeiro da Silva*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

Barão de Grajaú, 17 de setembro de 2024.

  
**PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS**  
Secretário Municipal de Administração

**JACKSON RIBEIRO DA SILVA**  
JR AR CONDICIONADO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

**ANEXO ÚNICO**

**REF.:** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 37/2024 - PMBG/MA

PROCESSO N.º 86/2024

VIGENCIA: 12 (doze) meses

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº 43/2024, celebrada perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, tendo como partes o Município de Barão de Grajaú e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2024 – PMBG/MA.

**OBJETO:** Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

**QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.**

<b>EMPRESA: JR AR CONDICIONADO</b>	
CNPJ: 34.628.211/0001-95	Telefone / Fax: (89) 9 9411-6358
Endereço: TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ-MA, CEP: 65660-000.	E-mail: ROBSONCSILVA2012@GMAIL.COM

**QUADRO 2 – SERVIÇO REGISTRADO**

ITE M	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20	R\$ 37,50	R\$ 750,00
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10	R\$ 75,00	R\$ 750,00
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25	R\$ 337,50	R\$ 8.437,50
5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30	R\$ 375,00	R\$ 11.250,00
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30	R\$ 412,50	R\$ 12.375,00
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10	R\$ 525,00	R\$ 5.250,00
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20	R\$ 225,00	R\$ 4.500,00
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40	R\$ 90,00	R\$ 3.600,00

*Robson Ribeiro da Silva* 5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 112,50	R\$ 1.687,50
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 135,00	R\$ 2.025,00
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10	R\$ 135,00	R\$ 1.350,00
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20	R\$ 225,00	R\$ 4.500,00
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10	R\$ 360,00	R\$ 3.600,00
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15	R\$ 56,25	R\$ 843,75
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10	R\$ 210,00	R\$ 2.100,00
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40	R\$ 9,00	R\$ 360,00
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40	R\$ 15,00	R\$ 600,00
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30	R\$ 67,50	R\$ 2.025,00
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100	R\$ 9,00	R\$ 900,00
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100	R\$ 9,00	R\$ 900,00
30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50	R\$ 26,25	R\$ 1.312,50
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80	R\$ 18,75	R\$ 1.500,00
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60	R\$ 33,75	R\$ 2.025,00
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80	R\$ 24,00	R\$ 1.920,00
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00

*Jackson Ribeiro da Silva* 6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12	R\$ 262,50	R\$ 3.150,00
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20	R\$ 337,50	R\$ 6.750,00
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 262,50	R\$ 2.625,00
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R\$ 262,50	R\$ 2.625,00
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 262,50	R\$ 2.625,00
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4	R\$ 375,00	R\$ 1.500,00
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30	R\$ 225,00	R\$ 6.750,00
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10	R\$ 375,00	R\$ 3.750,00
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30	R\$ 9,00	R\$ 270,00
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30	R\$ 9,00	R\$ 270,00
52	REPOSIÇÃO DE RÊLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30	R\$ 112,50	R\$ 3.375,00
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15	R\$ 15,00	R\$ 225,00
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45	R\$ 90,00	R\$ 4.050,00
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6	R\$ 525,00	R\$ 3.150,00
56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 525,00	R\$ 2.100,00
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 675,00	R\$ 2.700,00
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10	R\$ 375,00	R\$ 3.750,00


*Jackson*

*Revisão da Silva*

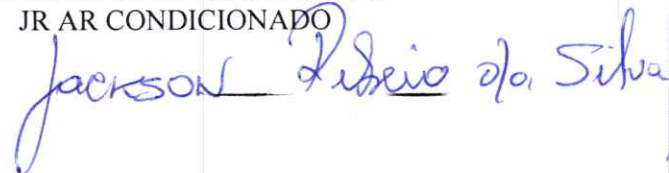
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4	R\$ 525,00	R\$ 2.100,00
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4	R\$ 675,00	R\$ 2.700,00
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40	R\$ 60,00	R\$ 2.400,00
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS Á 36.000 BTUS	20	R\$ 337,50	R\$ 6.750,00
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS Á 18.000 BTUS	20	R\$ 262,50	R\$ 5.250,00
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10	R\$ 187,50	R\$ 1.875,00
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGELO	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15	R\$ 37,50	R\$ 562,50
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30	R\$ 15,00	R\$ 450,00
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100	R\$ 9,00	R\$ 900,00
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5	R\$ 600,00	R\$ 3.000,00
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5	R\$ 375,00	R\$ 1.875,00
76	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSOR	5	R\$ 337,50	R\$ 1.687,50
77	PLACA UNIVERSAL	7	R\$ 225,00	R\$ 1.575,00
78	REPOSIÇÃO PROTETOR TÉRMICO	10	R\$ 33,75	R\$ 337,50
<b>VALOR TOTAL REGISTRADO – duzentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos)</b>				<b>R\$ 223.863,75</b>

Barão de Grajaú – MA, 17 de setembro de 2024.

  
**PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS**  
Secretário Municipal de Administração

**JACKSON RIBEIRO DA SILVA**  
JR AR CONDICIONADO





Fis. Nº 207  
Proc. Nº 86/2024  
Rubrica [Signature]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

Jackson Ribeiro da Silva

## DIÁRIO OFICIAL

## RESENHA DE CONTRATO

RESENHA.CONTRATO N.º 232/2024.PARTES: CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA RT SERVIÇOS E COMERCIO LTDA (CNPJ n.º 41.488.434.0001-60). OBJETO: Contratação empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA. AMPARO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. VALOR GLOBAL: R\$ 79.597,43 (setenta e nove mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos). VIGÊNCIA: até 31.12.2024. BARÃO DE GRAJAÚ-MA, 17 de setembro de 2024. PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS, Secretária Municipal de Administração; PAULINA RENATA FERREIRA DOS SANTOS- Contratada.

RESENHA.CONTRATO N.º 233/2024.PARTES: CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA RT SERVIÇOS E COMERCIO LTDA (CNPJ n.º 41.488.434.0001-60). OBJETO: Contratação empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA. AMPARO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. VALOR GLOBAL: R\$ 32.416,23 (trinta e dois mil, trezentos e dezesseis reais e vinte e três centavos). VIGÊNCIA: até 31.12.2024. BARÃO DE GRAJAÚ-MA, 17 de setembro de 2024. JACKELINE VIANA NOGUEIRA, Secretária Municipal de Assistência Social; PAULINA RENATA FERREIRA DOS SANTOS- Contratada.

RESENHA.CONTRATO N.º 234/2024.PARTES: CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA RT SERVIÇOS E COMERCIO LTDA (CNPJ n.º 41.488.434.0001-60). OBJETO: Contratação empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA. AMPARO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. VALOR GLOBAL: R\$ 137.398,61 (cento e trinta e sete mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos). VIGÊNCIA: até 31.12.2024. BARÃO DE GRAJAÚ-MA, 17 de setembro de 2024. LARISSA VALERIA DE FARIA CARVALHO ALMEIDA, Secretária Municipal de Educação; PAULINA RENATA FERREIRA DOS SANTOS- Contratada.

RESENHA.CONTRATO N.º 235/2024.PARTES: CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ/MA, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA RT SERVIÇOS E COMERCIO LTDA (CNPJ n.º 41.488.434.0001-60). OBJETO: Contratação empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA. AMPARO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. VALOR GLOBAL: R\$ 139.211,44 (cento e trinta e nove mil, duzentos e onze reais e quarenta e quatro centavos). VIGÊNCIA: até 31.12.2024. BARÃO DE GRAJAÚ-MA, 17 de setembro de 2024. NÁDIA FERNANDES RIBEIRO, Secretária Municipal de Saúde; PAULINA RENATA FERREIRA DOS SANTOS- Contratada.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, sediada na Rua Seroa da Mota, 314, Centro, Barão de Grajaú-MA, cep. 65.660-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.477.822/0001-44, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. **PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 408.205.563-00, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa **JR AR CONDICIONADO**, CNPJ n.º 34.628.211/0001-95, com sede na Travessa Sol, 190, Centro, Barão De Grajaú- Ma, Cep: 65660-000, neste ato representada pelo Sr. **JACKSON RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, portador CPF nº 892.667.733-87, portador da Cédula de Identidade RG n.º 389052163 expedida pela SSP/SP, e daqui por diante denominada simplesmente **EMPRESA REGISTRADA**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 86/2024, tudo com fulcro nas disposições das **LEI 14.13/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

## RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **JR AR CONDICIONADO**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, **PREÇO GLOBAL**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 14.133/2021**, e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 – PMBG/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 86/2024.

**Parágrafo Segundo** - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

## DIÁRIO OFICIAL

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, do Município de Barão de Grajaú.

**Parágrafo Segundo** – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços .

**CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Parágrafo Primeiro** – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços nos endereços contidos na Ordem de Serviço emitida pelo Órgão Contratante

**Parágrafo Segundo** – O prazo para o início de prestação dos serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" ou "Nota de Empenho", de acordo com o Termo de Referência - **Anexo I do Edital**.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**Parágrafo Segundo** - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**Parágrafo Primeiro** - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**Parágrafo Segundo** - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**Parágrafo Terceiro** - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS**

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

**Parágrafo Primeiro** - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

**Parágrafo Segundo** - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

**Parágrafo Terceiro** - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

**Parágrafo Quarto** - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

Sofrer sanção prevista na Lei nº 14.133/2011.

Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

**Parágrafo Segundo** – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial



do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

**Parágrafo Quarto** – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

#### CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

#### CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Parágrafo Primeiro** - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - Integra esta Ata, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 – PMBG/MA e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

**Parágrafo Terceiro** - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

**Parágrafo Quarto** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar 123/2006.

#### CLÁUSULA TREZE - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca da cidade de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

Barão de Grajaú, 17 de setembro de 2024.

**PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS**  
Secretário Municipal de Administração

**JACKSON RIBEIRO DA SILVA**  
JR AR CONDICIONADO

#### ANEXO ÚNICO

REF.: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 37/2024 - PMBG/MA  
PROCESSO N.º 86/2024  
VIGENCIA: 12 (doze) meses

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº 43/2024, celebrada perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, tendo como partes o Município de Barão de Grajaú e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2024 – PMBG/MA.

**OBJETO:** Registro de Preços para a futura e eventual Contratação empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú-MA.

#### QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.

<b>EMPRESA: JR AR CONDICIONADO</b>	
CNPJ: 34.628.211/0001-95	Telefone / Fax: (89) 9 9411-6358
Endereço: TRAVESSA SOL, 190, CENTRO, BARÃO DE GRAJAÚ-MA, CEP: 65660-000.	E-mail: ROBSONCSILVA2012@GMAIL.COM

#### QUADRO 2 – SERVIÇO REGISTRADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	BASE PARA AR CONDICIONADO	20	R\$ 37,50	R\$ 750,00
2	BASE PARA AR CONDICIONADO REFORÇADA	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
3	CONTROLE DE AR CONDICIONADO	10	R\$ 75,00	R\$ 750,00
4	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	25	R\$ 337,50	R\$ 8.437,50

## DIÁRIO OFICIAL

ISSN 2965-2197

5	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
6	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	30	R\$ 375,00	R\$ 11.250,00
7	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	30	R\$ 412,50	R\$ 12.375,00
8	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS SEM GÁS	10	R\$ 525,00	R\$ 5.250,00
9	INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
10	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 36.000BTUS SIMPLES EVAPORADORA	20	R\$ 225,00	R\$ 4.500,00
11	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	40	R\$ 90,00	R\$ 3.600,00
12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 112,50	R\$ 1.687,50
13	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	15	R\$ 135,00	R\$ 2.025,00
14	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS SIMPLES EVAPORADORA	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00
15	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS EVAPORADORA	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
16	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 12.000 BTUS	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
17	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 18.000 BTUS	10	R\$ 135,00	R\$ 1.350,00
18	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 24.000 BTUS	30	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
19	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 36.000 BTUS	10	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
20	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 22.000 BTUS	20	R\$ 225,00	R\$ 4.500,00
21	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO COMPLETA 9.000 BTUS	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
22	MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA	10	R\$ 360,00	R\$ 3.600,00
23	REPOSIÇÃO DE MANGUEIRA TRASPARENTE (DRENO)	15	R\$ 56,25	R\$ 843,75
24	REPOSIÇÃO DA HÉLICE DA CONDENSADORA	10	R\$ 210,00	R\$ 2.100,00
25	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/2 DE COBRE	40	R\$ 9,00	R\$ 360,00
26	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/4 DE COBRE	40	R\$ 15,00	R\$ 600,00
27	REPOSIÇÃO DE SENSOR DEGELO	30	R\$ 67,50	R\$ 2.025,00
28	REPOSIÇÃO DE CABO 2.5mm	100	R\$ 9,00	R\$ 900,00
29	REPOSIÇÃO DE CABO PP 3.1/2 mm	100	R\$ 9,00	R\$ 900,00

FOLHA: 2/1  
 PROC.: 86/2024  
 VOL. 08, Nº 1137 - PÁGINAS: 10

## DIÁRIO OFICIAL

ISSN 2965-2197

30	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/2 DE COBRE	50	R\$ 26,25	R\$ 1.312,50
31	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/8 DE COBRE	80	R\$ 18,75	R\$ 1.500,00
32	REPOSIÇÃO DE CANOS 3/4 DE COBRE	60	R\$ 33,75	R\$ 2.025,00
33	REPOSIÇÃO DE CANOS 5/8 DE COBRE	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
34	REPOSIÇÃO DE CANOS 1/4 DE COBRE	80	R\$ 24,00	R\$ 1.920,00
35	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 1.5MF ATÉ 2.5MF DO VENTILADOR CONDESADORA	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00
36	REPOSIÇÃO DE CAPACITOR 20MF ATÉ 55MF DO COMPRESSOR DA CONDEÇADORA	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00
37	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	12	R\$ 262,50	R\$ 3.150,00
38	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	20	R\$ 337,50	R\$ 6.750,00
39	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ <del>337,50</del>	R\$ <del>3.375,00</del>
40	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 262,50	R\$ 2.625,00
41	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R\$ 262,50	R\$ 2.625,00
42	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS	10	R\$ 262,50	R\$ 2.625,00
43	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 22.000 BTUS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
44	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 24.000 BTUS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
45	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 30.000 BTUS E 36.000 BTUS	4	R\$ 375,00	R\$ 1.500,00
46	REPOSIÇÃO DE GÁS R410 AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS	10	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
47	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS	30	R\$ 225,00	R\$ 6.750,00
48	REPOSIÇÃO DE GÁS R22 AR-CONDICIONADO 30.000 E 36.000 BTUS	10	R\$ <del>375,00</del>	R\$ <del>3.750,00</del>
49	REPOSIÇÃO DE PLACA DA EVAPORADORA	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
50	REPOSIÇÃO DE PORCA 3/8 DE COBRE	30	R\$ 9,00	R\$ 270,00
51	REPOSIÇÃO DE PORCA 1/4 DE COBRE	30	R\$ 9,00	R\$ 270,00
52	REPOSIÇÃO DE RÉLE DA PLACA DA EVAPORADORA	30	R\$ 112,50	R\$ 3.375,00
53	REPOSIÇÃO DE PORCA 5/8 DE COBRE	15	R\$ 15,00	R\$ 225,00
54	REPOSIÇÃO DE SENSOR DE TEMPERATURA	45	R\$ 90,00	R\$ 4.050,00
55	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 12.000 BTUS DA CONDEÇADORA	6	R\$ 525,00	R\$ 3.150,00

## DIÁRIO OFICIAL

ISSN 2965-2197

56	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 18.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 525,00	R\$ 2.100,00
57	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 24.000 BTUS DA CONDEÇADORA	4	R\$ 675,00	R\$ 2.700,00
58	REPOSIÇÃO DO COMPRESSOR COM GÁS 36.000 BTUS DA CONDEÇADORA	2	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00
59	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	10	R\$ 375,00	R\$ 3.750,00
60	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS	4	R\$ 525,00	R\$ 2.100,00
61	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS	4	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00
62	REPOSIÇÃO DO SERPENTINA DE COBRE COM GÁS DA CONDEÇADORA DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS	4	R\$ 675,00	R\$ 2.700,00
63	SOLDA EM CANO DE ALUMINIO	30	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00
64	SOLDA EM CANO DE COBRE	40	R\$ 60,00	R\$ 2.400,00
65	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 22.000BTUS A 36.000 BTUS	20	R\$ 337,50	R\$ 6.750,00
66	TROCA DE LOCAL DE AR CONDICIONADO DE 7.000BTUS A 18.000 BTUS	20	R\$ 262,50	R\$ 5.250,00
67	VALVULA DE SERVIÇO PARA CONDENSADORA	10	R\$ 187,50	R\$ 1.875,00
68	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE RELÊ DA PLACA E DEGEL0	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
69	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CAPACITOR DE 1.5 MF A 55 MF	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
70	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE BASE DE ARCONDIONADO	15	R\$ 37,50	R\$ 562,50
71	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PORCAS DA CONDENSADORA	30	R\$ 15,00	R\$ 450,00
72	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE CABOS PP 2.MM A 3.5 MM	100	R\$ 9,00	R\$ 900,00
73	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE PLACAS	10	R\$ 337,50	R\$ 3.375,00
74	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSORES DA CONDENSADORA	5	R\$ 600,00	R\$ 3.000,00
75	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE SERPENTINA DA CONDENSADORA	5	R\$ 375,00	R\$ 1.875,00
76	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO DE COMPRESSOR	5	R\$ 337,50	R\$ 1.687,50
77	PLACA UNIVERSAL	7	R\$ 225,00	R\$ 1.575,00
78	REPOSIÇÃO PROTETOR TÉRMICO	10	R\$ 33,75	R\$ 337,50
<b>VALOR TOTAL REGISTRADO – duzentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos)</b>				<b>R\$ 223.863,75</b>

Barão de Grajaú – MA, 17 de setembro de 2024.

PAULO SÉRGIO NASCIMENTO BARROS  
Secretário Municipal de Administração

JACKSON RIBEIRO DA SILVA  
JR AR CONDICIONADO